



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE HISTÓRIA

JOSÉ HEWERTON DOS SANTOS OLIVEIRA

**FAZENDA NOVA ACAUAN: ESPAÇO DE PODER E MEMÓRIA NO SERTÃO DA
PARAÍBA (SÃO DOMINGOS, 1842 a 1873)**

CAJAZEIRAS – PB

2024

JOSÉ HEWERTON DOS SANTOS OLIVEIRA

**FAZENDA NOVA ACAUAN: ESPAÇO DE PODER E MEMÓRIA NO SERTÃO DA
PARAÍBA (SÃO DOMINGOS, 1842 a 1873)**

Monografia apresentada à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do Curso de Licenciatura Plena em História, da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, do Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal de Campina Grande.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto

CAJAZEIRAS – PB

2024

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação-(CIP)

O482f	<p>Oliveira, José Hewerton dos Santos. Fazenda Nova Acauan: espaço de poder e memória no Sertão da Paraíba (São Domingos, 1842 a 1873) / José Hewerton dos Santos Oliveira. – Cajazeiras, 2024. 102f. : il. Color. Bibliografia.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto. Monografia (Licenciatura em História) UFCG/CFP, 2024.</p> <p>1. Política- São Domingos - Município- Paraíba -1842-1873. 2. História local. 3. Acauan, Benedito Marques da Silva, 1815-1873. 4. Fazenda Nova Acauan. 5. Sertão da Paraíba. 6. Memória política - Benedito Acauan. I. Sales Neto, Francisco Firmino. II. Título.</p> <p>UFCG/CFP/BS</p>	CDU – 32(813.3)
-------	---	-----------------

JOSÉ HEWERTON DOS SANTOS OLIVEIRA

**FAZENDA NOVA ACAUAN: ESPAÇO DE PODER E MEMÓRIA NO SERTÃO DA
PARAÍBA (SÃO DOMINGOS, 1842 a 1873)**

APROVADO EM: 17 de julho de 2024

COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br FRANCISCO FIRMINO SALES NETO
Data: 17/07/2024 22:46:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto (UFCG)
Orientador

Documento assinado digitalmente
gov.br ANA LUNARA DA SILVA MORAIS
Data: 17/07/2024 21:01:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Ana Lunara da Silva Morais (UFCG)
Examinadora Interna

Documento assinado digitalmente
gov.br ALDILENE MARINHO CESAR ALMEIDA DINIZ
Data: 17/07/2024 22:23:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Aldilene Marinho César Almeida Diniz (CEFET/RJ)
Examinadora Externa

Profa. Dra. Rosemere Olímpio de Santana (UFCG)
Suplente

CAJAZEIRAS - PB

2024

*A minha querida tia Rita Maria da Conceição
(in memoriam) e mãe Edilza Martins dos Santos,
com todo amor e gratidão, dedico!*

MOMENTO DE GRATIDÃO

De todas as etapas deste trabalho, o momento de gratidão é um dos que mais me travam a escrita. Guiado por um leque de sensações, me encontro aflito, temendo não conseguir externá-las. É estranho perceber que cinco anos se passaram e muita coisa aconteceu, novas pessoas entraram e saíram do meu ciclo social, novos lugares integram as minhas memórias, outras sensações fazem parte do meu íntimo. É como se todas as vivências dos últimos anos se coadunassem e me tornassem uma pessoa a qual eu não mais reconheço em comparação ao passado. Refiro-me a uma mudança brusca, composta pela aquisição de muita maturidade e experiência, devido aos longos anos residindo em Cajazeiras, na Paraíba, com pessoas e situações que me colocaram a prova, que me fizeram sorrir, chorar, querer desistir e continuar.

Nessa etapa, a Universidade Federal de Campina Grande - Campus Cajazeiras foi apenas um dos lugares que me fizeram quem eu sou hoje e, para além desse espaço, muitos outros me amadureceram. Nasci em Pombal, na Paraíba, mas resido em São Domingos, também na Paraíba, desde os meus primeiros dias de vida. Morar em Cajazeiras, como estudante universitário, foi uma das melhores experiências que pude ter em vida, pois sentia que a minha melhor versão era potencializada em todos os lugares que frequentava.

A veia cultural da cidade é muito forte. Isso me fazia querer conhecer mais para além da universidade. Assim que ingressei no Ensino Superior, em 2019, ingênuo como todo aluno calouro, internalizei que a cidade de Cajazeiras se resumia a UFCG e que deveria viver em prol dela. Isso me adoeceu de forma imediata, visto que, assim como a vida cotidiana, a acadêmica também tem seus altos e baixos. E isso é frustrante! Permitir que a nossa plenitude dependa de algo que é capaz de nos decepcionar é pedir para que a decepção corrompa a oportunidade de enxergar a felicidade em outros lugares.

Costumo dizer aos meus amigos que não ingressaram na universidade que ela é um espaço que nos põe à prova a todo momento. Ingressamos com um pré-conceito que nos incentiva a querer dar o nosso melhor a todo custo. Chega o momento em que precisamos colocar os pés no chão e entender que não adianta sacrificar a sanidade mental para manter a postura de um excelente aluno. Demorei para entender que até os melhores falham e têm os seus momentos ruins, que nem sempre conseguirão atender às expectativas dos professores, que somos produtos de um passado composto por vivências distintas, as quais implicam no presente. Quando notei que a vivência acadêmica extrapolava a universidade, logo tudo começou a fazer sentido. Foi um *boom* que me fez dizer a mim mesmo: agora estou no controle! Consegui

adequar a minha vida à universidade, enxergando-a como só mais um lugar imerso em um conjunto de vivências.

Agradeço a Deus primeiramente por ter me permitido viver tudo isso. Lembro que, antes de ingressar na universidade, meu maior medo era finalizar o Ensino Médio e não ter para onde ir ou o que fazer. Todas as noites, antes de dormir, orava pedindo a aprovação em uma instituição de Ensino Superior e agora aqui estou.

Além disso, sou grato aos meus amigos que, no início do curso, comigo dividiram apartamento em Cajazeiras: Ricardo Almeida e Walter Nóbrega, amizades que se estendem há mais de uma década e que ultrapassam a vida acadêmica. Gratidão a César Nóbrega, Danilo Silva e Tales Anderson que, posteriormente, se tornaram colegas de apartamento. Por sermos todos do mesmo município, a minha convivência com vocês me fizeram conhecer cada um de uma forma profunda e criar boas conexões.

Do ponto de vista interativo, ousou falar que Cajazeiras me permitiu conhecer pessoas incríveis. Admito que o curso de História e as vivências ao lado de pessoas sensíveis ao mundo me fizeram notar os indivíduos de uma forma mais profunda. Quando falo que conheci pessoas incríveis, não estou querendo ser educado. Estou, realmente, tratando de personalidades que me fizeram olhar para dentro de mim e reconhecer erros, qualidades e oportunidades de remodelações internas. Aproveito o gancho para agradecer ao meu grande amigo e companheiro de quarto Vitor Daniel, o qual perfeitamente se encaixa nessas últimas descrições. Merece todo o meu respeito e admiração, sobretudo, pela capacidade de se envolver em tanta coisa e dar de conta de tudo como se fosse um especialista (risos).

Brincadeiras à parte, você é um grande ser humano, meu amigo Daniel. Saiba que a sua energia é contagiante e, nesses últimos anos, muito me fez sair da zona de conforto. Seu profissionalismo e inteligência são características admiráveis aos olhos de quem o conhece. Como muito você dizia de forma parecida, vivi dez anos em pouco mais de dois anos na sua presença. Foram plenos momentos de felicidade e desespero com as responsabilidades do mundo acadêmico, acompanhado por conversas que acabavam causando crises existenciais e ansiedades, as quais, muitas das vezes, não partiam de questões íntimas, mas de cafés com muito pó e pouca água. Fico feliz em perceber que conseguimos “aproveitar a universidade” da melhor forma possível, ocupando os espaços mais diversos.

Sou grato também as minhas ex-companheiras de apartamento, curso e Iniciação Científica, Érica Teles e Karine Nogueira, pelas boas vivências que juntos tivemos. Admiro o empenho de cada uma. São as mais dedicadas que já conheci. Agradeço aos demais colegas da Iniciação Científica que tive o grande prazer de conhecer entre os muros da universidade:

Antonio Emanuel; Davi França; Luan Batista; Marcus Vinicius; Raurislandia Santos e Walber Vieira. Também agradeço a todos os membros do Grupo de Estudos e Pesquisas em História Regional e Saberes Locais, os quais foram decisivos nas construções dos saberes que, de forma direta, contribuíram para essa pesquisa.

Ainda sobre os colegas da universidade, sou grato Açucena Moreira; Ana Raquel; Breno Amâncio; Cristian Matheus; Daniela Bernardo; David Moura; Emanuel Lucas; Gabriel Andrade; Gabriel Rodrigues; Gabriela Kesya; Janyle Lima; Jonas Alexandre; José Elson; Matheus Sousa; Laiza Melo; Milene Alencar; Ranieri Lima; Valdileide Bento; Vitória Moreira; e Yslan Weslen. Com todos vocês, tive bons e maus momentos que, afinal, fazem parte da arte da vida. Se viver já é um conflito, imagine conviver. Admiro cada um(a) de vocês, em especial, Açucena e Janyle, duas amigadas que tive o prazer de construir no decorrer do curso de História. Ambas nutridas por uma calma personalidade e donas dos abraços mais apaziguadores.

Para além dos muros acadêmicos, agradeço as amigadas que pude construir na cidade de Cajazeiras, pois foram pessoas as quais pude compartilhar minhas vivências e desenvolver vínculos: Cleyson Alves; João Vitor Duarte; Yurgem Albuquerque; Thayson Sousa; Gabriel Fernandes; e Samuel Rian.

Gratidão a uma mulher que não mais se encontra em vida, mas se faz presente no meu coração, a minha tia Rita Maria da Conceição, que faleceu no dia 21 de maio de 2022. Essa data foi uma virada de chave da minha vida e afirmo que foi um dos períodos mais difíceis de enfrentar. Ela era o meu ponto de conforto, a mulher que esteve comigo desde os primeiros dias de nascido, a minha mãe de criação. Quando recebi a notícia de sua partida, me encontrava em Cajazeiras. Aquilo me impactou de uma forma tão intensa, que fiquei sem chão. Voltar para a minha cidade nos fins de semana e perceber a sua felicidade com a minha presença disfarçada de um “já chegou?”, não era mais possível. Foi difícil conciliar a universidade, o luto, a luta contra a ansiedade. Mas no decorrer do tempo, enfrentando a realidade da forma mais lúcida possível, pude, aos poucos, me recuperar.

Nesse momento, tive amigos que foram essenciais na minha recuperação psicológica, em especial, gostaria de agradecer a minha amiga e namorada Viviane Mendes, a qual muito admiro e tenho apreço. Uma companheira que tive o prazer de conhecer na universidade, durante a XI Semana Nacional de História, no Centro de Formação dos Professores, para ser mais específico, em um minicurso. Você, meu bem, esteve comigo nos momentos mais difíceis e sempre me incentivou a visualizar minhas qualidades, mesmo em ocasiões em que eu não acreditava no meu potencial. Para mim, você é uma grande mulher, pedagoga e merece todo o

meu respeito. Obrigado pelo seu companheirismo durante toda a minha trajetória acadêmica e pessoal.

Aos professores e professoras do curso de História que fizeram parte de minha trajetória como aluno no campus Cajazeiras. Agradeço a vocês: Ana Lunara, Dionísio Neto, Dmitri Bichara, Camila Corrêa, Francisco Neto, Francinaldo Bandeira, Geraldo Venceslau, Isamarc Lôbo, Israel Sousa, Janaina Camilo, Laércio Teodoro, Maria Lucinete, Mariana Moreira, Osmar Luiz, Raimunda Coelho, Rodrigo Ceballos, Rosemere Santana, Rosilene Melo e Silvana Vieira. Agradeço ao meu amigo e orientador de pesquisa, o Professor Doutor Francisco Firmino Sales Neto, por toda confiança depositada em mim durante toda a trajetória acadêmica. Desde os primeiros contatos que tive com você, na condição de Professor da disciplina Projeto de Pesquisa I, pude perceber a potência de sua maturidade como pesquisador de Iniciação Científica. Lembro-me que ao falar da temática de pesquisa sem muita segurança na minha oratória, você nutriu meus pensamentos, colocando esperanças na viabilidade do trabalho. Aquilo muito me animou.

Para além dessas primeiras experiências de pesquisa, sou grato pelo privilégio de ter realizado um estudo de campo no município de Arez, no Rio Grande do Norte. Saiba que essa viagem muito significou para mim tanto como aluno, pesquisador, aprendiz, ser humano. Dos momentos mais marcantes dessa semana de pesquisa no município norte rio-grandense, ousou mencionar que a volta para casa muito me marcou. Me lembro que estávamos admirados com a hospitalidade que tivemos e gratos apesar de todo o cansaço. Ao agradecermos pela ótima experiência, que nos permitiu enxergar o mundo da pesquisa com outros olhos, você nos falou que tudo aquilo era uma retribuição do que já aconteceu na sua trajetória como pesquisador. Foi um gesto muito generoso, obrigado pelos conselhos e orientações.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo problematizar a memória política construída em torno da figura de Benedito Marques da Silva Acauan (1815-1873), partindo da fazenda Nova Acauan, como espaço de poder no município de São Domingos, na Paraíba, entre os anos de 1842 a 1873. Buscamos problematizar, a partir de narrativas desenvolvidas por grupos hegemônicos, como a construção de narrativas factuais, seletivas e memorialísticas homogêneas a atuação política de Benedito Acauan como um sujeito ligado aos espaços de poder e como isso se reproduz na memória social dos são Domingenses. Com esse fim, destacamos a importância de problematizarmos esses discursos em favor de construções históricas que não centralizem a figura política de um indivíduo na abordagem da história local do município. Antes, que nos aprofundemos na análise da construção dos jogos de poder que compõem o estabelecimento desses grupos políticos na região. Fundada por Benedito Acauan, após um rompimento político, a fazenda Nova Acauan representa um espaço de memória e poder no sertão da Paraíba. Para subsidiar a pesquisa, consultamos fontes documentais, como jornais da Hemeroteca Digital Nacional, fontes bibliográficas e fontes orais. Do ponto de vista teórico-metodológico, adotamos a perspectiva de análise da chamada Nova História Política, fundamentada nas concepções de René Remond (2003); da História Local, a partir de Vilma de Lurdes Barbosa e Melo (2015); e, a partir de Flávio Heinz (2006), do conceito de *elite*. Ainda do ponto de vista metodológico, trabalhamos com a História Oral, a partir de Alessandro Portelli (1997).

Palavras-Chave: História Local. Memória Política. Benedito Marques da Silva Acauan. Fazenda Nova Acauan. Sertão da Paraíba.

ABSTRACT

This work aims to problematize the political memory built around the figure of Benedito Marques da Silva Acauan (1815-1873), starting from the Nova Acauan farm, as a space of power in the municipality of São Domingos, in Paraíba, between the years 1842 to 1873. We seek to problematize, based on narratives developed by hegemonic groups, how the construction of factual, selective and memorialistic narratives homogenize the political activity of Benedito Acauan as a subject linked to spaces of power and how this is reproduced in the social memory of sãodominguenses. To this end, we highlight the importance of problematizing these discourses in favor of historical constructions that do not centralize the political figure of an individual when approaching the local history of the municipality. First, let us delve deeper into the analysis of the construction of the power games that make up the establishment of these political groups in the region. Founded by Benedito Acauan, after a political rupture, the Nova Acauan farm represents a space of memory and power in the backlands of Paraíba. To support the research, we consulted documentary sources, such as newspapers from the Hemeroteca Digital Nacional, bibliographic sources and oral sources. From a theoretical-methodological point of view, we adopted the analytical perspective of the so-called New Political History, based on the concepts of René Remónd (2003); Local History, based on Vilma de Lurdes Barbosa e Melo (2015); and, based on Flávio Heinz (2006), the concept of elite. Still from a methodological point of view, we work with Oral History, based on Alessandro Portelli (1997).

Keywords: Local History. Political Memory. Benedito Marques da Silva Acauan. Nova Acauan Farm. Paraíba.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 - Fazenda Nova Acauan antes da reforma.....	16
Figura 2 - Divisão territorial dos municípios da Paraíba.....	18
Figura 3 - Fazenda Acauã	37
Figura 4 - Benedito Marques da Silva Acauan	57
Figura 5 - Publicação do <i>Relatório dos terrenos diamantinos</i>	67
Figura 6 - Fazenda Nova Acauan após a reforma em 2015	82
Figura 7 - Casa da Fazenda Monte Carmo.....	84
Figura 8 - Biró Machado.....	88

LISTA DE ABREVIATURAS

CFP	–	Centro de Formação de Professores
CNPq	–	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
EJA	–	Educação de Jovens e Adultos
IHGB	–	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IPHAN	–	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPHAEP	–	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba
PIBIC	–	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
UFCG	–	Universidade Federal de Campina Grande
UFPB	–	Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I.....	30
“E ROMPEU POLITICAMENTE COM O SEU IRMÃO”: CONFLITOS POLÍTICOS E O DESENVOLVIMENTO DE UMA ESPACIALIDADE LOCAL	30
1.1 A CONQUISTA DOS SERTÕES E O ESTABELECIMENTO DAS FAZENDAS DE GADO	32
1.2 ELITES POLÍTICAS E PARTIDOS NA PROVÍNCIA DA PARAÍBA.....	38
1.3 DO CONFLITO ENTRE OS MARQUES E A CONSTRUÇÃO DA FAZENDA NOVA ACAUAN	43
1.3.1 “Quer agora estrear a de escriptor”: Benedito Acauan e os Sertões dos Inhamuns.....	48
CAPÍTULO II	55
DAS HISTÓRIAS OFICIAIS: A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA POLÍTICA DE BENEDITO ACAUAN	55
2.1 POR UMA HISTÓRIA MEMORIALÍSTICA: O LIVRO <i>SÍNTESE DE VIDAS</i>	56
2.2 REELABORAÇÕES DA MEMÓRIA DE BENEDITO ACAUAN: O LIVRO <i>RIACHO DA VIDA</i>	63
2.3 “FIGURA DE DESTACADO PRESTÍGIO POLÍTICO”: O LIVRO <i>O VELHO ARRAIAL DE PIRANHAS</i>	72
CAPÍTULO III.....	78
UM ESTUDO DE ORALIDADE: AS REPRODUÇÕES DA MEMÓRIA POLÍTICA DE BENEDITO ACAUAN NA MEMÓRIA HISTÓRICA DOS SÃO DOMINGUENSES ...	78
3.1 DE ONDE PARTEM AS MEMÓRIAS: A CONSTRUÇÃO DA FAZENDA NOVA ACAUAN..	81
3.2 AS REPRODUÇÕES DA MEMÓRIA POLÍTICA DE BENEDITO ACAUAN NO DISCURSO DOS SÃO DOMINGUENSES	85
CONCLUSÕES.....	94
FONTES	97
REFERÊNCIAS.....	98

INTRODUÇÃO

Antes de mergulhar detalhadamente nas questões históricas que rodeiam este trabalho, penso que seja necessário tratar como surgiu o meu interesse por esta pesquisa. Nesse sentido, partindo de uma realidade distante dos muros acadêmicos, a fazenda Nova Acauan, localizada no município de São Domingos, no sertão da Paraíba, sempre me causou inquietações. Como uma criança curiosa, sempre interrogava aos meus familiares sobre o que representava aquela casa branca no meio da mata. - “É Nova Acauan, meu filho, seu bisavô trabalhou muito por lá”, dizia a minha tia-avó. Isso nunca foi suficiente para sanar a minha curiosidade.

Em 2019, ingressei no curso de Licenciatura em História, no Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal de Campina Grande, em Cajazeiras. De início, foi um susto para mim. O que quero dizer é que, antes de ingressar na Universidade, tudo me assustava. A ideia de ter que deixar, temporariamente, minha família, para correr em busca de um futuro próspero, afligia-me. Não era minha intenção abandonar o conforto da minha casa para residir em um local que de nada tinha conhecimento. Ao mesmo tempo, manter a postura de um aluno dedicado e estudioso, responsável por trazer alegria aos que me admiravam, inspirou-me a manter a cabeça erguida pelo propósito de ingressar em uma Universidade Federal.

Foi tudo muito novo e, considerando a dinâmica de formação, nos primeiros períodos, fui surpreendido com a ideia de que teria que pensar em possíveis temáticas para a construção de um projeto de pesquisa, o qual iria embasar um Trabalho de Conclusão de Curso. Partindo do princípio do que muito me inquietava, decidi que iria trabalhar com a fazenda Nova Acauan, mesmo sem ter a mínima noção do que ela representava historicamente.

Ao tratar do meu objeto de estudo com o Professor Francisco Firmino Sales Neto, que logo seria o meu orientador, pude receber as primeiras provocações, sendo elas: quem residiu nessa fazenda? Quais as condições políticas e econômicas dos sujeitos que se estabeleceram por lá? Que relações este espaço tem com o município de São Domingos? Como as pessoas enxergam o local? Esses questionamentos me fizeram visualizar a fazenda não só como um lugar situado nos confins do município de São Domingos, no sertão da Paraíba, mas transpassada por relações políticas, econômicas e sociais, as quais permitiam construir uma história-problema que dialogasse com a história local. Nessa perspectiva, pesquisando fontes para a viabilidade da pesquisa, pude ter acesso ao livro *Riacho da vida* (2016), escrito por Onaldo Rocha de Queiroga. Trata-se de uma biografia que aborda a trajetória do pai do autor, o ex-desembargador do Estado da Paraíba (1988-2006), Antônio Elias de Queiroga, ex-

proprietário da fazenda Nova Acauan. Na referida biografia, a fazenda é descrita como um lugar de onde partem as suas memórias afetivas de infância.

Grande parte dos sujeitos citados no livro, ocuparam cargos políticos na região de Pombal, na Paraíba, que, àquela época, era município sede da zona rural de São Domingos, o que revela, conseqüentemente, um controle político sobre o local. A primeira parte do livro é descrita a partir das vivências de Antônio Elias Queiroga na fazenda, dando visibilidade a sua formação acadêmica e cultural. A segunda, enfatiza acontecimentos relacionados a sua vida profissional, descrevendo as etapas que o mesmo teve que percorrer para alcançar a advocacia e magistratura, tendo em vista sua formação na área do Direito.

Para reafirmar a genealogia familiar em torno da propriedade, Onaldo Queiroga apresenta, nos primeiros capítulos, aspectos que descrevem o processo de construção da fazenda Nova Acauan, destacando o papel de um de seus antepassados, Benedito Marques da Silva Acauan (1815-1873), como um renomado bacharel em Direito. Este sujeito, nascido na província da Parahyba¹, com origem fincada na propriedade Acauã, que pertencia à região de Sousa na época. Conforme descrito no livro, ele foi vice-presidente da província da Paraíba, como também, correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, advogado e orador nos sertões da Paraíba.

Fundada por Benedito Acauan na década de 1850, em terras pertencentes ao município de Pombal, após um rompimento político com o seu irmão e companheiro na política sousense, o Padre José Antônio Marques da Silva Guimarães, a fazenda Nova Acauan² hoje faz parte do município de São Domingos, o qual não mais pertence ao município de Pombal devido o processo de emancipação política ocorrido em 1994. Benedito Acauan, antes de se deslocar para a região que hoje corresponde a São Domingos, residia na fazenda Acauã, situada no município de Sousa, lugar onde nasceu no ano de 1815, em região que atualmente pertencente ao município de Aparecida, após emancipação política ocorrida em 1994.

¹ Grafado da forma que aparece na documentação analisada.

² Por apresentarem nomenclaturas distintas, conforme os termos se apresentam nos livros que tratam sobre as duas fazendas, usaremos o termo “Acauan” para se referir a fazenda localizada no município de São Domingos, bem como para o sobrenome do sujeito o qual estamos estudando e o termo “Acauã” para se referir à fazenda situada no município de Aparecida.

Figura 1 - Fazenda Nova Acauan antes da reforma



Fonte: Instagram: @fazendasantigas

Considerando esse conjunto de fatos, logo me interoguei: que outras fontes relacionadas a esse sujeito podem existir? Do ponto de vista contemporâneo, é curioso notar como um município tão jovem e pequeno pode guardar curiosidades históricas que ultrapassam o século passado.

De acordo com o historiador Wilson Nóbrega Seixas (2004), o que se sabe em relação à ocupação do aglomerado de São Domingos é que a região foi desbravada por Teodósio de Oliveira Ledo³, seus irmãos e filhos, a exemplo da maioria das cidades do Sertão paraibano.

Na época em que a região que hoje corresponde a São Domingos foi sendo povoada pelos primeiros grupos sertanistas, o território era dividido por datações, sendo elas, a data Formiga, a data Açú, a data São Lourenço e a data Acauan, onde se encontrava a referida fazenda: “Em 1863, um filho do coronel Manoel Ferreira de Sousa comprou o sítio S. Domingos, da data Formiga, em que se figuravam terras, casas, açudes, cercados, fruteiras, cana e mais benfeitorias” (Seixas, 2004, p. 195). Mas a fundação da vila só ocorreu em 1930, quando o proprietário rural Felinto Martins de Sousa fez a doação de um terreno para a construção de uma capela, a qual atraiu posteriormente o interesse de construção de moradias ao seu redor. O termo “data” se refere a um método de divisão de terras da época que considerava acidente geográfico como limite de divisão. Sob esses discursos, é possível perceber a construção de uma história dita oficial, baseada na importância dos grandes homens.

³ Capitão-Mor das Fronteiras dos Piranhas, Cariris e Piancó. Foi um nobre português miliciano das Ordenanças Portuguesas no Brasil, promoveu a exploração e a ocupação dos sertões paraibanos. Mais informações no primeiro capítulo da dissertação de Larissa Daniele Monteiro Lacerda, intitulado *Um novo território jurisdicional, uma nova dinâmica sociopolítica: o sertão do Piancó e os reflexos políticos da segunda metade do século XVIII no interior da Paraíba* (2021).

Conforme os relatos oficiais construídos no livro *Riacho da vida* (2016), O Dr. Acauan, como era conhecido e citado nos anais da Câmara da Corte Imperial, em sua trajetória, rompeu politicamente com o seu irmão, o Padre José Antônio Marques da Silva Guimarães, um dos fundadores do partido liberal na Paraíba. Em decorrência disso, deixou a propriedade Acauã, onde residia na região de Sousa, e fundou no povoado de São Domingos, em terras pertencentes a Pombal, a propriedade Nova Acauan, na década de 1850. Naquele momento, estaria ele associado ao partido conservador, de muita força na região de Pombal, local onde angariou cargos de poder. Ele faleceu anos depois, em 1873, deixando a fazenda sob responsabilidade de seus parentes.

Percebendo a viabilidade de articular essas dinâmicas com a construção da História Local do município de São Domingos, recebi o convite do Professor Neto para atuar como pesquisador voluntário no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq (2021-2023), no projeto intitulado *De Guarátaras a Arez: dinâmicas sociais e processos históricos de formação de uma espacialidade local (séculos XVII a XX)*. A experiência com este trabalho foi essencial tanto para a minha pesquisa quanto para a postura de pesquisador, haja vista que pude ter acesso a leituras que dialogavam com as demandas teórico-metodológicas com o campo da História local.

Verificando que, para além desses discursos oficiais, havia muita pesquisa a ser feita, logo notei que havia condições de dar segmento ao trabalho, pois tive acesso a fontes sobre o tema, sobretudo no site da Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional. Logo, constatei a possibilidade de desenvolver um trabalho que pudesse problematizar as relações políticas de poder exercidas por uma elite familiar que se estabeleceu no sertão da Paraíba.

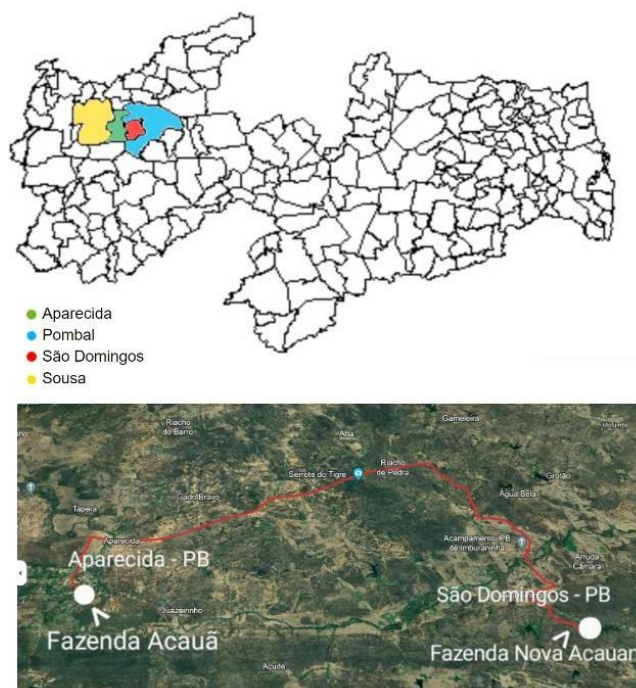
Após um período de amadurecimento, pude perceber a inviabilidade de conduzir algumas etapas da pesquisa. As ideias eram incríveis, mas, como todo historiador, deparei-me com a decepção de não encontrar ou ter acesso às fontes que pretendia. Desse modo, enveredando pelos caminhos viáveis, pude notar que trabalhar com a memória política de Benedito Acauan, partindo da fazenda como um objeto de pesquisa, também era uma opção. Ora, existe uma memória política de cunho factual e personalista que precisava ser problematizada. A maioria das fontes que o mencionaram, o apresentaram como fundador da fazenda e renomado sujeito político no sertão da Paraíba. Contudo, nunca realizaram uma problematização histórica aprofundada, capaz de revelar as outras faces de sua atuação política e suas relações com a história local.

Considerando essas inquietações, logo me sustentei na ideia de que precisaria problematizar a memória política de Benedito Acauan na cidade de São Domingos, embasando-

se nos seguintes questionamentos: considerando a existência dos discursos ditos oficiais, construídos por grupos que detêm o controle sobre as narrativas de uma memória política centrada em uma história factual, como é possível perceber seus impactos na percepção dos sãodominguenses sobre a fazenda? Como isso homogeneiza a percepção da fazenda na memória dos munícipes? Qual postura historiográfica se deve ter frente às posturas apologéticas e factuais que embasam as memórias centradas nos grandes cargos e nos “grandes feitos”? Sob que outras perspectivas podemos tratar a figura de Benedito Acauan?

A Fazenda Nova Acauan, portanto, pode ser visualizada como um lugar de memória (Nora; 1993) e representativa de disputadas políticas de poder. Analisá-la nessa perspectiva não se reduz somente a pensar esse espaço a partir de vivências cotidianas de sujeitos vistos como importantes, mas problematizá-los para além dos relatos memorialísticos. Por isso, torna-se necessário questionar como, a partir da historicidade da fazenda, é possível pensar o poder político exercido por indivíduos pertencentes a uma família que detinha o controle político sobre a região? Como essas relações de poder ajudam a pensar a história local de São Domingos? Como foi construída a memória política em torno da figura de Benedito Acauan e como ela se manifesta na memória dos sãodominguenses?

Figura 2 - Divisão territorial dos municípios da Paraíba



Fonte: Google Earth/Mapa da Paraíba⁴

⁴ <https://www.mapasparacolorir.com.br/mapa/estado/pb/mapa-estado-paraiba-municipios.jpg>

Apesar de que a formação do povoado não está diretamente ligada ao estabelecimento da fazenda na região, isso não impede que ela esteja interligada com a história local do município. Até os dias atuais, não existe nenhum trabalho escrito de cunho historiográfico o qual permita explicar as relações que dinamizaram o espaço da fazenda com o município. Bem como não existem trabalhos que se proponham a abordar a história da cidade. Por isso, é um desejo pessoal a produção de uma pesquisa que se estenda para além de uma história factual. Nesse sentido, percebendo os avanços da investigação historiográfica, que não se detêm somente sobre estudos biográficos, políticos e elitistas (Ferreira e Oliveira; 2019), torna-se visível a necessidade de se construir uma análise histórica da fazenda que aborde não somente a versão dos “grandes” nomes, mas de historicizar relações políticas de poder e as memórias que insistem em reproduzir esses discursos. Assim, considerando-se a relevância do problema levantado, foi realizado um mapeamento de trabalhos que poderiam mostrar a carência de estudos voltados para a questão aqui posta.

Como resultado disso, tivemos acesso aos trabalhos de Nathália Diniz, que dedicou sua linha de pesquisa à história e aos fundamentos da arquitetura e urbanismo nos chamados Sertões do Norte, a partir de estudos com fazendas de gado como patrimônio arquitetônico em suas pesquisas de Mestrado intitulada *Velhas fazendas da Ribeira do Seridó* (2008) e de Doutorado *Um sertão entre tantos outros: fazendas de gado da Ribeiras do Norte* (2013).

Nessas pesquisas, a autora fez a catalogação das fazendas que compunham a região, sobretudo do Seridó, posicionando-se contra a ideia de um sertão homogêneo. Diniz (2013) ressalta que, em algumas regiões do nordeste, a maioria das edificações rurais que foram construídas datam dos séculos XIX e XX e, posteriormente, passaram a ser utilizadas para pecuária e para a produção de algodão. A criação de gado e a agricultura estimularam a ocupação dessas terras e, conseqüentemente, a fundação e o crescimento de algumas povoações. O que fortaleceu ainda mais o poder social e econômico dos fazendeiros, consolidando uma posição de prestígio para eles e suas famílias. No decorrer do seu trabalho, ela analisa a estrutura de cada propriedade rural, considerando algumas questões históricas que as rodeiam.

Percebendo o conjunto de ordens e relações políticas que existiam naquele contexto, atrelado à questão de que a construção dessas fazendas está relacionada ao estabelecimento de homens de poder nos sertões, vale se debruçar aqui sobre trabalhos que contemplam disputas políticas de poder entre famílias. Por isso, vale citar a dissertação de Dêis Maria Lima Cunha Silva (2020), intitulada *Poder local e capital político-familiar: estratégias de poder, familismo e clientelismo da família Leite no sertão paraibano – Desterro–PB (1977-1989)*. Neste

trabalho, ela discute o poder político em Desterro, cidade localizada no Médio Sertão paraibano, referente a uma família que esteve à frente do governo municipal por vários anos consecutivos, sendo detentora de capital político, econômico, social e político-familiar. Ou seja, ela analisa as práticas políticas do clientelismo e do familismo como meio de poder e de construção da rede de influência de uma família que se estabeleceu nessa cidade. Para isso, ela parte da perspectiva de análise da história local, investigando a política durante o período de transição para as cidades do interior da Paraíba.

Portanto, percebendo as dimensões necessárias para a investigação da fazenda Nova Acauan como lugar de partida para analisar a construção da memória política de Benedito Acauan e a possibilidade de estudar as relações de poder político por sujeitos ligados a esses espaços, nos debruçamos aqui sobre o método da Nova História Política. De acordo com René Remond (2003), a história política só tinha olhos para os acidentes e as circunstâncias superficiais, estando fadada a um caráter narrativo e biográfico. Longe da história generalizante, a qual desconsiderava uma análise comportamental do indivíduo dentro da sociedade, buscamos enveredar nossos estudos a partir do estudo de práticas políticas sem nos prender ao exclusivismo dos considerados “grandes feitos”.

Isso gerou uma grande decadência da história política, visto que se interessar pelos grupos privilegiados e esquecer de outras camadas da sociedade era considerado um problema. Diante disso, a sua renovação se apresentou com uma plena força, justamente porque foi estimulada pelo contato com a Ciência Política e pela contribuição de outros setores da Sociologia, da Linguística e da Antropologia (Remond, 2003), as quais ajudaram no aperfeiçoamento de métodos de pesquisa e na utilização de conceitos, que enriqueceram o olhar da História Política. Desse modo, de acordo com Berstein (1998), graças a renovação da História Política, operada conforme a inspiração de René Rémond e sob a visão de que essa Nova História integra todos os atores sociais, eliminando o seu caráter elitista e individualista e passando a eleger as massas como seu objeto central, foi possível haver uma evocação da cultura política.

Assim, como a noção de política é complexa, cabe notar que a sua definição também seja. Nessa perspectiva, ainda de acordo com Berstein (1998), o nascimento de uma cultura política não poderia ser acidental e, sim, correspondente às respostas dadas por uma sociedade face aos grandes problemas e às grandes crises da sua história. Sendo assim, levando em consideração a análise histórica do termo:

[...] a noção de cultura política está pois estreitamente ligada à cultura global de uma sociedade, sem todavia se confundir totalmente com ela, porque o seu campo de aplicação incide exclusivamente sobre o político. Não poderia haver pois antinomia, uma vez que a cultura política, como própria cultura, se inscreve no quadro das normas e dos valores que determinam a representação que uma sociedade faz de si mesma, do seu passado, do seu futuro (Rioux e Sirinelli, 1998, p. 352-353).

Percebendo agora a nova postura política da história, cabe, nesse momento, encontrar um meio revelador da opinião pública e de seus movimentos. É justamente a partir disso que Remond vai perceber a eleição, na condição de origem legítima do poder, como indicadora do espírito público, pois a partir dela é possível notar não somente o ato político de eleger, mas também a entrada em operação de estratégias e os movimentos de opinião. Desse modo, o partido político aparece nesta discussão como o lugar que se opera a mediação política (Rémond, 2003). Ou seja, ele está na condição de receptor das demandas sociais e como agente que toma a iniciativa para supri-las e, além disso:

O partido político está em condições de fornecer ao historiador uma considerável quantidade de informações sobre os grupos que se esforçam por reunir os homens tendo em vista uma ação comum sobre o poder ou a organização de uma sociedade. Informações de ordens diversas, que esclarecem singularmente, por menos que se formulem as perguntas certas, o comportamento do homem na política, e, além disso, o jogo complexo das forças que condicionam e motivam seus atos (Remond, 2003, p. 71-72).

Considerando esse método de análise, será possível analisar a postura de Benedito Acauan enquanto sujeito integrante dos partidos políticos junto os quais fez parte como deputado representante de sua província. Com isso, cabe refletir sobre quem realmente detém o poder no partido político e, para tanto, segundo Remond, existe um jogo de interesses entre os partidos políticos e os grupos que o compõem, confiscando o poder a favor do proveito próprio. O poder pertence a um conjunto de membros, os quais designam “democraticamente” seu chefe. E como o partido não pode renunciar a sua organização, este acaba confiscando o poder a seu proveito (Remond, 2003).

Sendo assim, o poder sempre pertencerá a uma “elite” dirigente em um partido que se diz ser democrático, quando, na verdade, é a opinião de um pequeno grupo que prevalece guiando as decisões políticas. Nesse sentido, interessa aqui analisar o termo “elite”, o qual dispõe de um sentido amplo e descritivo, como propõe Flávio Heinz (2006), não deixando de se referir a categorias ou grupos que pareçam ocupar o topo de estruturas de autoridades ou de distribuição de recursos. Entende-se por essa palavra, nesse contexto, como representação dos

dirigentes, de pessoas influentes, abastadas ou privilegiadas. Por isso, é interessante ressaltar que:

[...] de fato, um número crescente de pesquisadores encontra na noção de elite uma forma de estudar os grupos de indivíduos que ocupam posições-chave em uma sociedade e que dispõe de poderes, de influência e de privilégios inacessíveis ao conjunto de seus membros, ao mesmo tempo que evitam a rigidez inerente às análises fundadas sobre as relações sociais de produção (Heinz, 2006, p. 8).

Nessa perspectiva, apesar da noção de “elite” ser criticada por sua imprecisão, aqui ela se refere a um sujeito que é descendente de grupos familiares que ocupavam espaços de poder. De acordo com Segal (2015), na Paraíba, era a partir de um grupo familiar e uma rede de sociabilidade que o poder era mantido. Com isso, é possível notar que o teor quase homogeneizador desses grupos compostos e recompostos diz respeito a privilégios de uma formação letrada, em que boa parte desses “homens do poder” tiveram uma formação bacharelesca e tomaram para si as bases de sustentação política na Paraíba (Guedes e Santos, 2017). Ou seja, desde meados do século XIX, muitos indivíduos pertencentes a elites familiares formados na Faculdade de Recife⁵, constituíram esse grupo de letrados, pelos quais se estabeleceu o preparo dos chamados “homens de poder”, muitas vezes, na condição de bacharéis responsáveis pelos desdobramentos da política estadual, como Benedito Acauan.

Pensar as relações de poder entre sujeitos, implica analisar o lugar em que esses estão inseridos e quais disputas estão em jogo para que se possa compreender as interações com o espaço. De acordo com Vilma de Lourdes Barbosa e Melo (2015), alguns estudiosos encaram a região como um espaço determinado por limites políticos, podendo ficar circunscrita ao localismo. Isso significa que muitos sujeitos pecam em trabalhar com a História Local desconsiderando as ligações históricas que um espaço tem com outras esferas. A partir de seu livro, intitulado *História local: contribuições para pensar, fazer e ensinar*, a autora afirma que para pensar a História Local como recurso teórico-metodológico, é preciso considerar o local tanto como objeto quanto como referência para o conhecimento da história (Melo, 2015).

Ligada à perspectiva do ensino, Marcos Lobato Martins (2010) afirma que a História Regional aparece como importante campo de estudo, o qual vê o lugar, a região e o território como natureza da sociedade e da história, e não apenas como palco imóvel onde a vida acontece. Ao abordar estas visões, é perceptível o quão complexa é essa discussão e, por isso, diante de

⁵ A quantidade de paraibanos egressos da Faculdade de Direito do Recife foi superada apenas pelos pernambucanos.

tal temática, é relevante ressaltar que ela não se atém somente a contar a história de uma cidade ou de um espaço com limites geográficos. Por isso, é interessante ressaltar que a História local que aqui será trabalhada não se refere somente a uma fazenda localizada na cidade de São Domingos, mas como um povoado que surge em um contexto de exploração dos sertões ou de disputas políticas de poder que implicam no estabelecimento de fazendas de gado. A História Local que pretendemos tratar é aquela que dialoga com outros espaços.

Assim, particularmente, a história local tem-se voltado e considerado as especificidades e particularidades dentro de uma metodologia de pesquisa que considera aspectos da micro-história e da história da vida cotidiana, privilegiando novos objetos e sujeitos, revisitando memórias, envolvendo variados espaços e territórios, dentro, ainda, de temporalidades diversas, na perspectiva da compreensão das relações sociais que são geradas nesses espaços [...] (Melo, 2015, p. 47).

Nessa lógica, debruçar-se sobre essa temática, antes de tudo, implica perceber os sujeitos e suas ações, seja nos espaços políticos, sociais ou econômicos, para notar que tipo de identidade as relações fazem enxergar no local além do espaço físico. Por isso, o trabalho com a História Local se propõe a estabelecer relações espaço temporais, cabendo explicitar que, ao trabalhar com a análise de escalas como um recorte metodológico, o local definido em relação a um espaço específico estabelece conexão com outros espaços (Melo, 2015).

Nessa perspectiva, pesquisar no campo da História Local, levando em consideração as dinâmicas políticas que permeiam os lugares nos quais a história é construída, implica analisar cada detalhe dos objetos de estudo, fazendo com que os resultados adquiram um significado próprio, o que não ocorre em uma abordagem centrada em planos macroscópicos (Martins, 2010). Ainda conforme as concepções de Melo (2015), é necessário romper com a hierarquia do contexto macro sobre o micro, reconhecendo as suas diferenças, sem opor uma sobre a outra, no que essas escalas podem complementar e instrumentalizar o conhecimento histórico. Portanto, não se trata de opor o local sobre o geral, pois trata de uma construção que não promove a separação das esferas históricas.

Ao se propor trabalhar com a memória política de Benedito Acauan, partindo da fazenda Nova Acauan e suas relações com outros espaços, também buscamos nos debruçar sobre o viés da Nova História Política, baseada na superação da centralização de homens ditos importantes nas narrativas históricas. Visto como importante entre a elite política local e reconhecido em livros memorialísticos como “figura de conceito” nos sertões da Paraíba, é inevitável

notarmos a construção de uma abordagem histórica voltada para a elaboração de relatos oficiais. Conforme afirma Melo (2015, p. 70):

[...] ao deparar-se com a história oficial o pesquisador deve estar ciente de que muitas vezes, existem projetos de esquecimentos, ou seja, coisas e fatos que não devem ser lembrados, sob pena de ser ameaçada a unidade do grupo, da comunidade, da cidade, da nação e, questionada suas identidades, fragilizando ou colocando em cheque o interesse comum.

Isso significa que a abordagem histórica desses sujeitos passa a representar uma memória seletiva, a qual considera somente fatos que convêm para a promoção de uma memória política centrada em “grandes feitos”. Ao contrário disso, sabemos que, segundo a Nova História Política, outros agentes sociais também são construtores dessa história que engloba um conjunto de espaços, o que nos permite visualizar o trabalho com a História Local como um movimento que considera não somente a superação de análises localistas, mas de estudos centrados na promoção de figuras de poder. Ainda em relação a esse agente social em consonância com os estudos voltados para a História Local, vale abordar que:

A premissa de um conhecimento histórico que alargue as possibilidades do trabalho com a história local, requer, metodologicamente, a participação dos diversos grupos sociais que formam a comunidade no levantamento, indicação e sistematização das fontes, pois só a efetiva participação permitirá a ela reconhecer a importância e o valor de sua produção cultural e tessitura de suas relações sociais no processo histórico do município (Melo, 2015, p. 73).

Segundo a autora, a participação dos grupos sociais na construção da História Local é essencial para que o conhecimento histórico esteja além dos relatos oficiais. Por isso, ao relacionar seus estudos com o campo da História Oral, por exemplo, ela afirma que as fontes orais na História Local esclarecem o que os documentos escritos não fazem e revelam contextos novos, contemplando a história dos humildes, tirando do esquecimento o que a história oficial tenta sepultar (Melo, 2015).

Outrossim, apresentar uma pesquisa dentro de seus parâmetros e levar em consideração a viabilidade de realizá-la é imprescindível para que ela se desenvolva. Por isso, ao decidir problematizar a fazenda Nova Acauan e os detentores de poder político, foi notável a presença de meios e fontes que, indubitavelmente, podem ser essenciais na construção e na singularidade deste trabalho.

Sobre a fazenda, existem muitas fontes e documentos históricos como livros, fotos, escrituras, relatos escritos e orais que pode nos ajudar a enxergá-la sob diversas perspectivas. Para isso, não se torna necessário somente se debruçar sobre os objetos históricos e abordá-los para a sociedade tal como são descritos ou apresentados. E aqui se faz notável a necessidade de um historiador, o qual investiga e interpreta criticamente os acontecimentos, buscando problematizar memórias a partir de perspectivas que não abordem somente o que é facilmente compreendido, mas para o que estava sendo omitido ou negligenciado pela falta de investigação. Sendo assim, o desenvolvimento desta pesquisa pode incentivar, dentre outras coisas, o tombamento da fazenda Nova Acauan, promovendo o reconhecimento da fazenda e sua história em relação ao desenvolvimento da história regional de São Domingos.

Antes de se debruçar sobre a descrição dessas fontes, é imprescindível debater sobre o conceito de memória e memória política, representativa desses agentes que tiveram seus respectivos papéis na região que hoje corresponde ao município de São Domingos e Pombal. Segundo Halbwachs (1990), os homens tecem a sua memória a partir de diversas formas de interação que mantêm com outros indivíduos. Nesse sentido, a memória individual não pode ser distanciada das memórias coletivas, pois as pessoas são resultados de interações sociais (Araújo e Santos, 2007). Com isso, diferentemente da história, essas memórias coletivas estariam ligadas a movimentos contínuos e lembranças transmitidas por uma memória geracional. Além disso, trabalhamos a fazenda como lugar de memória e considerando os estudos de Pierre Nora (1993, p. 27):

Diferentemente de todos os objetos da história, os lugares de memória não tem referentes na realidade. Ou melhor, eles são, eles mesmos, seu próprio referente, sinais que devolvem a si mesmos, sinais em estado puro. Não que não tenham conteúdo, presença física ou história; ao contrário. Mas o que os faz lugares de memória é aquilo pelo que, exatamente eles escapam da história. *Templum*: recorte no indeterminado do profano - espaço ou tempo, espaço e tempo - de um círculo no interior do qual tudo conta, tudo simboliza, tudo significa. Nesse sentido, o lugar de memória é um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade; e recolhido sobre o seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações.

Aqui, é possível perceber, portanto, a fazenda Nova Acauan como um lugar com significações que vão além da sua perspectiva material. Além de ser a sua própria referência na realidade e rica de presença física, ela se apresenta com um significado simbólico que se diversifica conforme as diferentes perspectivas que se constroem para além de sua representatividade.

É importante ressaltar que, nesse debate, tais memórias podem estar vinculadas àqueles que detêm o poder e que podem decidir quais narrativas deverão ser lembradas, preservadas e divulgadas, o que faz a memória se tornar uma arma política. Nessa lógica, pode-se deduzir que o esquecimento também tem sido uma estratégia política utilizada por políticos em determinados períodos. Desse modo, o narrar da memória política procura *intervir* no mundo social, confrontando a realidade jurídica, cultural e política que pretende silenciar a memória ou produzir outras versões do passado (Lifschitz, 2014, p. 149).

Conforme afirma Javier Alejandro Lifschitz (2014), “memória política” remete à ideia de que todos os povos têm diferentes graus de memória em relação aos acontecimentos políticos vividos. De acordo com essa perspectiva, esta memória política adquire potência quando entra na dimensão do sistema político ou da esfera pública, porque o seu “outro”, o emissor/destinatário de sua mensagem, é sempre o poder. Este, por sua vez, pode chegar a selecionar as “melhores” representações políticas de modo a engrandecê-las no desenvolvimento desta memória.

Nesse viés, no que se diz a esta pesquisa, a memória política em questão pode ser problematizada—a partir de fontes escritas, as quais podem servir como materiais capazes de dispor as informações para uma análise político-memorialística da fazenda Nova Acauan e da figura do seu fundador, sendo elas, *Riacho da vida* (2016), *O velho arraial de Piranhas* (2004) e *Síntese de vidas* (1999). Todos esses livros apresentam versões sobre a postura pública e política de Benedito Acauan, o que nos permitirá analisar como a sua memória foi construída pelos grupos de poder. Desse modo, partindo de uma análise historiográfica, tendo como base o conceito de lugar social (Certeau, 1982), iremos notar como os autores desses livros constroem uma narrativa capaz de homogeneizar a figura política de Benedito Acauan. Sobre esse método de estudo, buscaremos entender a relação deles com a família Acauan, quais princípios políticos são defendidos nos livros e quais narrativas foram produzidas. Conforme ele ressalta Michel de Certeau (1982, p. 57):

Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura).

Para a análise desses livros, presumimos que os autores têm alguma relação com os descendentes de Benedito Acauan. Nessa perspectiva, isso nos leva a deduzir que os discursos que foram construídos são fruto da particularidade de cada autor. Dessa forma, a intenção é

perceber como, a partir de seus lugares sociais, eles constroem uma memória política de Benedito Acauan centrada em elogios factuais e perceber como isso ofusca a compreensão dos jogos políticos de poder que marcaram a sua trajetória como paraibano. Na elaboração de um texto acadêmico ou de um posicionamento de fala, abordamos o nosso lugar social. É, portanto, a partir desse aporte metodológico, que analisaremos os discursos presentes nesses livros.

No que diz respeito a outras fontes escritas ou digitais, percebemos que existem poucos dados sobre Benedito Acauan em pesquisas diretas virtuais. Para ser mais exato, encontramos um site intitulado “*O Senhor Acauã e a Independência do Judiciário no Tempo*”, o qual, de acordo dados contidos na plataforma, é destinado a publicar conteúdo para o público das Ciências Jurídicas. Por ser um sujeito pouco pesquisado, esse é o único site que se dedica a tratar sobre alguns aspectos de sua vida jurídica.

Além disso, é possível encontrar alguns dos seus discursos nos *Annaes do parlamento brasileiro*, a partir da plataforma Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, bem como nos noticiários dos jornais dessa mesma plataforma, como *O cearense*, *O Pedro II* e *O mercantil*, por exemplo, os quais mostram aspectos da sua vida política na década de 1840, como deputado pela província da Paraíba. O fato de algumas produções bibliográficas terem citado que Benedito Acauan foi mencionado nos anais da Câmara da Corte Imperial e representou a província da Paraíba em algumas legislaturas, ajudou-nos a localizar alguns dos seus discursos frente ao leque de fontes.

Considerando o acesso a periódicos que nos permite perceber o papel político e social de Benedito Acauan como integrante dos grupos de poder, buscamos analisar a sua postura por meio de discursos registrados em documentos digitalizados, como jornais e livros dos *Annaes do parlamento brasileiro*. “[...] capaz de oferecer inúmeras informações, discursos e indícios para a análise das sociedades que os produziram e dos meios nos quais eles circularam” (Barros, 2021, p. 442). Essas fontes nos servirão para problematizar a postura política de Acauan, para além das narrativas não históricas que já existem.

Partindo disso, buscaremos analisar os jornais considerando a ligação que há entre suas edições, afinal, não faz sentido problematizá-las separadas uma das outras, com exceção de que ela seja uma fonte de reforço para uma informação pontual (Barros, 2021), como acontece aqui nesta pesquisa. Além disso, é importante considerar a periodicidade do jornal e situá-lo no interior de um conjunto maior, já que as notícias não estão isoladas entre si. E, por fim, nos atentarmos para a inserção política não somente desses jornais, mas dos discursos proferidos nos registros dos *Annaes do parlamento brasileiro*, os quais evocam um posicionamento político a

favor da defesa de um determinado partido político, por exemplo. Por meio desses métodos, buscaremos perceber os jogos políticos de poder que marcaram a trajetória política de Benedito Acauan.

Sob a perspectiva de analisar como a memória política de Acauan se encontra entre os sãodominguenses, recorreremos ao método de pesquisa da História Oral. Em relação a esses campo, as fontes orais podem ser vistas como uma dimensão viva, trazendo novas perspectivas a historiografia, visto que o historiador, muitas vezes, necessita de documentos variados, não se atendo somente aos escritos (Matos e Senna, 2011). Além disso:

Fontes orais são condição necessária (não suficiente) para a história das classes não hegemônicas, elas são menos necessárias (embora de nenhum modo inúteis) para a história das classes dominantes, que têm tido controle sobre a escrita e deixam atrás de si um registro escrito muito mais abundante (Portelli, 1997, p. 37).

Nessa perspectiva, a história oral se volta para as questões da memória humana e a sua capacidade de rememorar o passado enquanto testemunho do vivido, não sendo percebida somente a partir de visões representativas de um só indivíduo, mas de um contexto familiar ou social. Para Portelli (1997), a História Oral é a articulação íntima da história dos eventos, com a história da memória e com a história da interpretação dos eventos através da memória.

Para a construção das entrevistas orais que darão base para a construção de um dos capítulos desta pesquisa, foram escolhidas sete pessoas, naturais do município de São Domingos. A proposta era interrogá-las sobre quais ideias elas tinham sobre a fazenda Nova Acauan e, a partir disso, perceber como as memórias desses grupos são evocadas. Dentre as perguntas feitas, destacam-se: O que você sabe sobre a fazenda Nova Acauan? Qual a importância da fazenda para o município de São Domingos? Além disso, vale ressaltar que essas entrevistas também fazem parte da construção de um projeto/documentário intitulado “*O que as paredes não falam*”, desenvolvido por mim. Voltado para a abordagem de curiosidades históricas acerca da fazenda, a iniciativa partiu da aprovação da Lei Paulo Gustavo, a qual promoveu investimentos no campo da cultura do país, disponibilizando recursos para a execução de ações e projetos culturais. Neste documentário, busquei narrar a história da fazenda para além dos relatos oficiais, de modo a revelar que outros grupos, a não ser os homens de poder, integram a memória do local.

Durante a seleção, buscamos entrevistar tanto pessoas que apresentavam parentesco com os proprietários atuais da fazenda, quanto grupos que não tinham nenhuma proximidade familiar.

Associado a isso, vale ressaltar aqui a complexidade e o caráter particular das fontes orais, haja vista que elas não são meros sustentáculos das formas escritas tradicionais e são diferentes em sua constituição interna e utilidade inerente. Dessa forma, a História Oral aparece como uma forma de intercâmbio entre a História e as demais Ciências Sociais, a qual utiliza como fonte a memória de um testemunho para a compreensão de uma sociedade.

Para entendermos como este trabalho foi organizado até aqui, o estruturamos em três partes. O primeiro capítulo busca apresentar o nosso sujeito de pesquisa, o Benedito Acauan, problematizando a sua postura política enquanto deputado pela província da Paraíba, juiz de Direito e orador, partindo de um recorte temporal que contempla os anos de 1842 e 1873 e suas atuações políticas nas províncias do Norte. Para esse movimento, iniciamos discutindo sobre a construção dos seus espaços de atuação, os sertões da Paraíba, e a edificação dos núcleos de poder, nesse caso, a fazenda Nova Acauan. Partindo de um campo já constituído por elites políticas de poder, analisamos alguns dos seus discursos proferidos nos *Annaes do Parlamento Brasileiro* e jornais locais – ambos extraídos da Hemeroteca Digital Nacional – para entender os jogos políticos de poder que marcaram a sua atuação pelos sertões do norte.

O segundo capítulo pretende analisar como a memória política de Benedito Acauan foi construída, mediante produções memorialísticas que o apresentam aos moldes da história tradicional, baseada no enaltecimento de grandes figuras. Os livros analisados foram: *Síntese de vidas* (1999), de Cícero Vasconcellos; *Riacho da vida* (2015), de Onaldo Rocha de Queiroga; e *O velho arraial de Piranhas* (2004), de Wilson Nóbrega Seixas, os quais não têm como propósito central biografar a sua trajetória pessoal e política, mas mencioná-lo como sujeito integrante de grupos familiares homenageados a partir de uma memória geracional. Considerando a postura memorialística desses autores, mostraremos como ele constroem a memória política de Benedito Acauan e como isso colabora para a construção de uma memória política homogênea. Os capítulos, portanto, podem ser lidos por outras ordens, inclusive, de trás para frente, sem prejudicar a assimilação das ideias.

O terceiro capítulo buscará mostrar como a memória política construída em torno da figura de Benedito Acauan (1815-1873) está articulada a fazenda Nova Acauan. Para isso, selecionamos alguns cidadãos são Domingenses, partindo do método de pesquisa com a História Oral, visando perceber de que maneiras as suas narrativas podem ou não evocar uma memória social capaz de homogeneizar a sua figura em detrimento de outros grupos que compuseram a memória social do local.

CAPÍTULO I

“E ROMPEU POLITICAMENTE COM O SEU IRMÃO”: CONFLITOS POLÍTICOS E O DESENVOLVIMENTO DE UMA ESPACIALIDADE LOCAL

Este capítulo buscará desenvolver uma discussão que, perpassando três momentos, coaduna-se em torno da postura política de Benedito Acauan, enquanto deputado pela província da Paraíba, juiz de Direito e orador nos sertões, partindo de um recorte temporal que contempla os anos de 1842 a 1873 e de atuações políticas que envolvem outras províncias, como a do Ceará, por exemplo.

Antes de sequenciar os próximos passos que serão dados no capítulo, é interessante explicar sobre o que são esses sertões na perspectiva de alguns estudiosos do tema. Do ponto de vista conceitual, conforme afirma Erivaldo Fagundes Neves (2012, p. 16), o termo designou historicamente o “incerto”, o “desconhecido”, o “longínquo” o “interior”, o “inculto”, “numa perspectiva de oposição ao ponto de vista do observador”, que se presume no “certo”, no “conhecido”, próximo do litoral, “num lugar privilegiado, na civilização”. Nessa perspectiva espacial, sob a crítica do discurso regionalista, Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2007) afirma que, até o início do século XX, o sertão era o conjunto de todas as terras que ficavam afastadas da costa, que ficavam distantes das aglomerações urbanas que se distribuíam por todo o litoral brasileiro, passando a ser associado à área sob os efeitos climáticos da seca: o sertão nordestino.

Por sua vez, em perspectiva geográfica, consoante afirma Antonio Carlos Robert Moraes (2003), o sertão não se qualifica como um tipo empírico de lugar, isto é, ele não se define por características intrínsecas de sua composição ou do arranjo de seus elementos numa paisagem típica. Nesse sentido, os *Sertões do Norte*, o qual iremos tratar aqui, se refere a província da Paraíba e do Ceará no século XIX. Apesar da imprecisão do termo, consideramos sertão o espaço que se interliga com outros, sem a demarcação de fronteiras ou domínios, mas que utilizado para se referir ao espaço do interior do território em oposição aos territórios do litoral. É nesses termos, diante da polissemia do conceito, pensamos os sertões como o interior da província do Ceará e, sobretudo, da Paraíba, espaço de atuação política do sujeito aqui estudado: Benedito Acauan.

Assim, considerando que estamos tratando de elites políticas locais, que não se estabeleceram nos Sertões do Norte por acaso, discutiremos, em um primeiro momento, quem

foram esses grupos que chegaram aos sertões e o que representaram as fazendas de gado do interior, considerando os jogos políticos de poder que marcaram esses espaços. Dessa maneira, partindo de uma análise que problematize essas dinâmicas ocupacionais, bem como a postura das elites políticas locais, trataremos da atuação política do sujeito aqui pesquisado, articulando suas ações dentro do contexto do Segundo Reinado. Por fim, chegaremos até a fazenda Nova Acauan, objeto de estudo aqui marcado pela figura política de Benedito Acauan, seu fundador.

Um dos pontos-chave para o desenvolvimento desta etapa é analisar a atuação política desse sujeito, iniciada a partir de 1842, quando ele representou na Câmara temporária da Corte Imperial a província da Paraíba, sendo reeleito como deputado nos anos seguintes, até 1849, quando sua legislatura foi interrompida. Desse modo, partiremos da análise de alguns discursos proferidos por Benedito Acauan nos *Annaes do Parlamento Brasileiro*, a respeito das questões políticas que pairavam sobre o contexto político do país durante o Segundo Reinado, buscando entender, a partir desse sujeito, não só a conjuntura política do país, mas aspectos que dialogam com a conjuntura política local das províncias.

Após se desligar da política nacional, Benedito Acauan teve participação como juiz nos sertões de Inhamuns⁶ no Ceará e, após passar por aquela região, migrou para os sertões da Paraíba, agora como um representante do partido Liberal, passando a atuar na região de Sousa com o seu irmão, o Padre José Antônio Marques da Silva Guimarães, conhecido como o “vigário casado” de Sousa, na Paraíba. Este exerceu quatro mandatos como deputado provincial, onde foi fundador e sustentáculo do Partido Liberal em Sousa e primeiro prefeito da cidade, além de presidente da Assembleia Provincial e, nessas circunstâncias, presidente provisório da província.

Tendo rompido politicamente com o seu irmão, ocorreu o deslocamento de Benedito Acauan para o povoado de São Domingos que, à época, correspondia aos limites territoriais de Pombal. Para esta etapa da produção, usaremos alguns periódicos da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, bem como obras bibliográficas que descrevem questões acerca deste rompimento político. Associados a uma discussão voltada para a História Política com René Remond (2003) e História Local com Vilma de Lourdes Barbosa e Melo (2015). Ou seja, será uma discussão que associará espaços, perpassados por conflitos políticos de poder, expressivos

⁶ Os Sertões dos Inhamuns localizam-se nas cabeceiras do Rio Jaguaribe ao norte da extremidade sudoeste do Ceará e estendem-se numa área cujos pontos extremos possuem distância de 113 km de leste a oeste por 153 km de norte a sul. A região está separada das áreas vizinhas pelas serras: Joanhina e Guaribas ao norte, Flamengo a leste, Bastiões ao sul e a Serra Grande, que faz fronteira com o Estado do Piauí a oeste (Melo, 2012 p. 95-104).

não somente de São Domingos, mas de outras esferas que estão intimamente ligadas à história desse lugar.

1.1 A CONQUISTA DOS SERTÕES E O ESTABELECIMENTO DAS FAZENDAS DE GADO

Antes da chegada dos colonizadores, encontravam-se nos sertões da Paraíba vários povos nativos, como os Tapuias, por exemplo. Diferente do que percebemos hoje, eles eram maioria no território recém ocupado pelos europeus, considerando sua liberdade territorial ainda nos primeiros séculos após a colonização. O litoral, desde a chegada dos primeiros europeus, foi visto como porto seguro, seja porque as condições geográficas muito agradavam às pretensões econômicas, seja pela facilidade de manter contato com o Velho Mundo.

Adentrar os sertões, nesse caso, não foi uma decisão que partiu da curiosidade dos colonizadores em relação às regiões interioranas, em verdade, surgiu de uma necessidade espacial, ou seja, para a condução das atividades econômicas que não mais se viam seguras nas zonas litorâneas. Em meados do século XVII, sob a liderança de membros da família Dias d'Ávila, que buscava expandir suas fazendas e currais de gado, foram realizadas as primeiras entradas no sertão do Piancó (Lacerda, 2021, p. 33) Iniciava-se um processo de ocupação espacial que buscava melhores condições para o desenvolvimento de atividades agropecuárias:

Em outras palavras, por não mais poder dividir o mesmo espaço com a lavoura canavieira, já que começaram a surgir conflitos entre os criadores de rebanhos e os lavradores de cana, devido ao fato de o gado ser criado solto no litoral e causar grandes estragos às plantações, causando prejuízos para os senhores de engenho, os currais de gado passaram a se estabelecer nas regiões mais interioranas (Formiga, 2013, p. 34-35).

Algumas questões pairavam no imaginário dos grupos que pretendiam adentrar os sertões. Tal região era vista como perigosa, pois as crenças indicavam a existência de “criaturas desconhecidas” entre essas zonas. Nesse caso, o obscuro era um motivo para se temer a provável existência de seres capazes de devorar os seres humanos. Por isso, enquanto o litoral era associado à ideia de civilidade, aqueles lugares mais adentro eram o seu oposto, característico da barbárie, ou seja, o sertão, como espaço nativo, seria também bárbaro (Morais, 2018).

Antecedente a esse período de ocupação colonial dos sertões, algumas disputas políticas e econômicas foram travadas entre portugueses e holandeses no litoral e, mais uma vez, os povos nativos foram vítimas dessas disputas de poder. Interessados pelo controle açucareiro nas

capitanias, os holandeses travaram disputas com os portugueses, de modo a articular grupos indígenas locais para guerrear. Vitoriosos, os portugueses puderam iniciar, de fato, o seu projeto colonizador, a partir da concessão de mercês régias em forma de terras quanto de cargos e parentes, quando puderam construir aldeamentos e fazendas de gado.

De acordo com Mayara Formiga (2014), o projeto colonial português pretendia adentrar as terras do Brasil a oeste, a partir da concessão de terras nas quais esses grupos estabeleceram suas fazendas de gado, na condição de uma elite político-econômica. Nos sertões adentro, o clima e a vegetação eram favoráveis à criação bovina. Por isso, é possível dizer que uma das principais pretensões desses grupos, ao ir além do litoral, era justamente investir na criação de gado, além de outras possibilidades, as quais estão descritas abaixo:

[...] a ocupação de novas terras era a grande oportunidade de enriquecimento para aqueles que não dispunham de capital para montar engenhos no litoral, e encontravam no sertão a oportunidade de desenvolverem atividades produtivas. Um terceiro ponto assinala que o Estado promoveu a ocupação do sertão como forma de garantir a segurança de seus territórios, por receio de ocorrerem novos ataques à colônia, além do interesse em fazer do criatório de gado uma atividade que se tornasse rentável para própria capitania, com vistas à exportação (Formiga, 2013, p. 36).

A partir disso, o reordenamento espacial passou a ser um dos principais interesses por parte da coroa portuguesa que, associado à ideia de civilidade, buscou trazer a visão de que o sertão precisava ser adaptado aos costumes europeus. Nessa perspectiva, considerando os “benefícios” de ampliar o território sob domínio da coroa portuguesa, convinha investir na ocupação desses territórios guerreando com e contra os nativos:

A conquista do interior das chamadas Capitanias do Norte do Estado do Brasil e o completo estabelecimento dos colonos no sertão, só foi possível após inúmeros conflitos armados entre os colonizadores portugueses e os povos indígenas, que envolveram sesmeiros, indígenas aliados, missionários, conquistadores, sertanistas e oficiais régios. Essas disputas ficaram conhecidas como guerra dos bárbaros, tendo como uma de suas principais causas, o controle sobre as terras no sertão. Nesse sentido, os povos indígenas representaram um dos maiores obstáculos para a expansão da pecuária e a definitiva ocupação dos portugueses, que só veio a ocorrer após o fim dos conflitos, que duraram entre os anos de 1650 e 1720 (Formiga, 2013, p. 44).

A fim de levar a “civilidade” e estabelecer arraiais como postos de avanço militar, o que já explica o surgimento de algumas fazendas de gado no interior do sertão da Paraíba, que dariam origem aos núcleos habitacionais, os portugueses conseguiram ocupar o interior das

terras, utilizando os povos nativos e escravizados como mão de obra, consolidando assim um sistema econômico voltado para o latifúndio. Assim sendo, é possível perceber que, em confronto com os povos indígenas, os portugueses sofreram grandes resistências, acarretando um número considerável de mortes de ambos os lados. Quando não conseguiam ter o domínio sobre as populações indígenas, buscavam o serviço de grupos sertanistas habituados a lutar com os grupos ditos hostis:

No fim do século XVI, os desbravadores originários das vilas de São Paulo se destacaram como experientes sertanistas, pois possuíam uma específica arte da guerra, mais precisamente a guerra contra os “bárbaros” e escravos negros dos quilombos, se destacando, ainda, no desbravamento dos sertões em busca de pedras e metais preciosos, tendo em vista que possuíam um perfil perfeitamente adaptável às condições climáticas do semiárido sertanejo. Dessa forma, os bandeiristas paulistas adentram os sertões do norte, muitas vezes, servindo a governos locais, principalmente nos momentos em que não se conseguia combater com eficácia os indígenas, tornando assim, o trabalho desses sertanistas, a solução necessária (Formiga, 2013, p. 50).

Em um momento inicial, os colonos buscavam fazer alianças com os grupos nativos, propondo uma aliança em troca de recursos. Considerando que existiam tribos inimigas, os portugueses viram a oportunidade de se aliarem a um dos lados da disputa e angariarem estratégias a seu favor. A proposta era reunir mais adeptos para conseguir derrotar as populações nativas que não simpatizava com o projeto colonizador. Todavia, havia casos em que os povos nativos não aceitavam as alianças com os europeus, o que fazia os portugueses aprisioná-los, chegando a utilizá-los como soldados nas guerras contra outros nativos inimigos e também como mão-de-obra nas fazendas de gado e lavouras.

Outro estudo que podemos mencionar para esta discussão é, justamente, a dissertação de Larissa Daniele Monteiro Lacerda (2021), intitulada *Um novo território jurisdicional, uma nova dinâmica sociopolítica: o sertão do Piancó e os reflexos políticos da segunda metade do século XVIII no interior da Paraíba*. Nesse trabalho, ela problematiza as transformações ocorridas na dinâmica sociopolítica do sertão do Piancó. Para este movimento, ela constrói um diálogo que abarca a presente discussão. Durante esse contexto de invasão e estabelecimento dos portugueses nos sertões da Paraíba, ela descreve que:

As correspondências trocadas entre o governador-geral do Estado do Brasil e as autoridades das capitanias do Norte demonstram a preocupação em conseguir manter o controle sobre as ribeiras e territórios que interligavam as capitanias do Rio Grande do Norte – principal foco da guerra – e da Paraíba. Nelas estão registradas as ordens que determinavam a criação de aldeamentos,

a instalação de soldados e o envio de mantimentos e armas (Lacerda, 2021, p. 36).

Nesse trecho, a autora estava se referindo a dificuldade de alguns grupos sertanistas de expandirem os seus interesses políticos e econômicos devido à dificuldade de vencerem a disputa territorial com os povos nativos da região, durante o contexto da “Guerra dos Bárbaros” (Puntoni, 1998)⁷. A intenção era estabelecer postos militares, os quais representavam não somente uma conquista militar sobre os novos territórios, mas uma conquista simbólica, inspirada na ideia de que a civilização estaria sendo levada para as regiões do interior do Brasil.

Dentre os principais núcleos habitacionais do sertão da Paraíba que foram criados após a invasão dos portugueses, financiadas pela Coroa, governadores-gerais e governadores da Capitania do Norte, podemos citar o Arraial de Piranhas que, de acordo com Yan Morais (2018), foi resultado de uma incursão liderada por Teodósio de Oliveira Ledo, o qual atuou de forma decisiva no desenrolar da conquista e da colonização portuguesa do sertão oeste da Capitania da Paraíba, em 1697. Esses sertanistas eram financiados pela Coroa e por governadores-gerais, governadores das Capitanias do Norte e:

[...] foi após a entrada liderada por ele em 1697, já com os devidos auxílios recebidos, que os portugueses conseguiram erguer o Arraial de Piranhas, que foi elevado à Povoação Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó, no ano de 1702, devido à possibilidade de fixação do homem branco e seus arraiais de gado (Morais, 2018, p. 45).

Ainda de acordo com Yan Morais (2018), a formação desses núcleos representava um complexo de defesa em um contexto que ocorria a “Guerra dos Bárbaros”, confronto entre colonos e povos nativos que resistiam ao caráter expansionista português. Ao contrário do que se pensa, o processo de implantação desses arraiais ou fazendas de gado no sertão da Paraíba não foi feito de maneira uniforme, em que os sertanistas seguiam um percurso horizontal.

Algumas regiões foram difíceis de serem tomadas, haja vista a forte resistência dos grupos que já ocupavam o local. O que fazia os portugueses mudarem o rumo de suas explorações e se estabelecerem em outras zonas. Por isso, seria equivocada afirmar que os colonizadores adentraram os sertões seguindo um curso que se limita ao oeste, pois havia circunstâncias que obrigaram esses grupos a regredir, seja pelas condições geográficas ou de confronto com os nativos resistentes.

⁷(Puntoni, 1998).

Durante o século XIX, pesquisadores vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico Paraibano - IHGP se propuseram a tratar sobre o sertão da Paraíba em suas obras. Dentre alguns destes pesquisadores podemos citar Wilson Nóbrega Seixas. Em sua obra, *O velho arraial de Piranhas* (2004), ele traz alguns apontamentos sobre os povos nativos que se encontravam nos sertões durante as primeiras invasões dos sertanistas. Os campos dos “índios Jenipapos, Coremas, Panatis, Pegas e Icós pequenos” estavam já defasados devido à chegada da Casa da Torre. Fundada por Garcia d'Ávila, com o tempo, tornou-se o maior “feudo do Nordeste” (Seixas, 2004). Foi ela quem primeiro adentrou os sertões da Paraíba na intenção de descobrir e explorar novos territórios. Sendo assim, a presença de Teodósio de Oliveira Ledo ocorreu somente após as primeiras invasões no interior.

Estando estabelecida a elite político-econômica que ditou os rumos do sertão da Paraíba, percebemos o estabelecimento de um sujeito que adquire inúmeras fazendas que lhes foram auferidas por meio da Casa da Torre da Bahia, o Coronel de Ordenanças José Gomes de Sá. Dentre as primeiras propriedades construídas no sertão da Paraíba, destaca-se a fazenda Acauã, construída pelo mesmo em meados da segunda metade do século XVIII (Pires *et al.*, 2020). Localizada no território que hoje corresponde ao município de Aparecida, na Paraíba, essa moradia é considerada uma das mais antigas fazendas de gado e algodão ao nível local e regional no sertão da Paraíba. Assim como em outras regiões, o estabelecimento dessa fazenda na região também representou a vitória do colonizador sobre os nativos da região. Como afirmou Lacerda (2021), um dos objetivos da Coroa portuguesa em conquistar os sertões era facilitar o contato e a união entre os Estados do Brasil. A criação do Arraial de Piranhas, portanto, teve como objetivo garantir a despovoação indígena para posterior ocupação lusitana, o que justifica a construção desses espaços de poder.

Figura 3 - Fazenda Acauã

Fonte: YouTube: POR AI PELO SERTÃO JAIR SOM⁸

Quando tratamos do surgimento das fazendas do sertão da Paraíba, é possível perceber que um dos fatores que induziram esse processo foi o movimento de transferências dos rebanhos de gado para os sertões. A fazenda Acauã, nesse contexto:

[...] foi construída em meados da segunda metade do século XVIII pelo coronel de Ordenanças José Gomes de Sá, estando situada nas margens do rio Piranhas e pertencente ao atual município de Aparecida – que durante algum tempo se apresentava enquanto distrito da cidade de Sousa (Pires *et al.*, 2020, p. 68).

A fazenda Acauã é uma das mais antigas construções do sertão da Paraíba e foi palco de muitos eventos políticos, os quais cabem serem analisadas sob a perspectiva da História Local, por exemplo. Considerando o contexto em que o estado vizinho, Pernambuco, estava querendo promover um levante republicano, alguns líderes da conhecida Confederação do Equador – o conhecido Frei Caneca – que voltava do estado do Ceará, preso pelas forças imperiais, esteve na fazenda.

Portanto, através dessas discussões podemos perceber que a conquista desses sertões foi marcada, principalmente, pela invasão dos europeus que, chegando ao interior do Brasil, entraram em conflito com os povos nativos a fim de angariar recursos e postos de avanços. Como consequência desse processo de ocupação, surgiram as chamadas fazendas de gado, marcadas pela presença dos homens de poder que comandaram, a partir do século XVII, a política e a economia no sertão da Paraíba. É nesse contexto que a fazenda Acauã surge como

⁸ https://youtu.be/e_Z42nvNEt8?si=z4-totj1IAXLYxgQ

um dos primeiros núcleos no interior da região, dando base para que outros grupos políticos pudessem se estabelecer na região.

1.2 ELITES POLÍTICAS E PARTIDOS NA PROVÍNCIA DA PARAÍBA

Estabelecidas as fazendas de gado como espaços representativos de grupos com grandes poderes aquisitivos no sertão da Paraíba, devido à pecuária extensiva e posse de longas terras, caberá agora analisar quem foram os sujeitos que partiram desses espaços para constituírem a política nacional no contexto das primeiras décadas que marcaram o Segundo Reinado. Nesse sentido, esta etapa da produção pretende colocar em evidência as elites locais, que em virtude da sua posição social, conseguiram enveredar na carreira política e se tornarem sujeitos influentes.

Para tanto, partiremos de algumas atuações políticas de Benedito Acauan para compreender alguns aspectos políticos deste período. O “Dr. Acauaã”, como era conhecido nos *Annaes do Parlamento Brasileiro*, que chegou aos cargos de vice-presidente da província da Paraíba e deputado entre os anos de 1840 e 1849, quando sua legislatura foi interrompida.

Iniciemos essa discussão problematizando o que estamos chamando de elite. E, nessa lógica, podemos dizer que estamos diante de um conceito polissêmico, o qual se associa a diversas esferas da sociedade, sejam elas políticas, econômicas, intelectuais, culturais, etc. Aqui, nos referimos a elites políticas, porém, apesar da delimitação do campo, ainda é perigoso utilizarmos tal termo para se referir a esse grupo social, tendo em vista que essa delimitação ainda permite a existência de lacunas.

O historiador Flávio Heinz traz essa discussão em seu livro *Por outra história das elites* (2006), declarando haver uma imprecisão do termo. Segundo ele, vários historiadores se acomodaram a utilizá-lo de maneira *instrumental*, ou seja, muitos estudiosos encontram na noção de elite a opção de estudar sujeitos que ocupam posições-chave na sociedade:

Trata-se, com efeito, de um termo empregado em um sentido amplo descritivo, que faz referência a categorias ou grupos que parecem ocupar o “topo” de “estruturas de autoridade ou de distribuição de recursos”. Entende-se por esta palavra, segundo o caso, “os ‘dirigentes’, as pessoas ‘influentes’, os ‘abastados’ ou os ‘privilegiados’, e isto, na maior parte dos casos, sem outra forma de justificação, uma vez que o ‘poder’ da elite impor-se-ia por si próprio e prescindiria de maiores explicações (Heinz, 2006, p. 07).

Nessa lógica, para sermos mais precisos, nos referimos a uma elite política familiar que, diferente de todos os sujeitos integrantes da sociedade de uma época, usufruem de privilégios

que permitiram, ao longo do tempo, preservar a sua condição social. Partindo dessa ideia, é possível perceber que o sujeito o qual buscamos analisar, se enquadra no que chamamos de uma elite política imperial.

Para este caso, cabe mencionar a obra do historiador e cientista político José Murilo de Carvalho, *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial* (2008), a qual focaliza as elites e suas ações e relações sociais e econômicas. Em suas considerações sobre elite política, ele pontua dois métodos dos quais podemos partir para definir este termo. O primeiro, a “posição”, definindo a elite como constituinte de sujeitos que ocupam posições formais de poder; e o segundo, parte da “decisão”, da qual o poder se desloca a partir de uma ação com outros grupos que ocupam ou não essa posição. Destarte, o sujeito aqui posto em questão vinha de uma família que detinha poder e recursos, o que possibilitou que ele pudesse ter uma formação letrada:

Elemento poderoso de unificação ideológica da elite imperial foi a educação superior. E isto por três razões. Em primeiro lugar, porque quase toda a elite possuía estudos superiores, o que acontecia com pouca gente fora dela: a elite era uma ilha de letrados num mar de analfabetos. Em segundo lugar, porque a educação superior se concentrava na formação jurídica e fornecia, em consequência, um núcleo homogêneo de conhecimentos e habilidades. Em terceiro lugar, porque se concentrava, até a Independência, na Universidade de Coimbra e, após a Independência, em quatro capitais provinciais, ou duas, se considerarmos apenas a formação jurídica (Carvalho, 2008, p. 65).

Por ser descendente de uma elite política familiar que ditou a economia e a política local do sertão da Paraíba, Benedito Acauan se formou em Direito pela Faculdade de Olinda em 1837 e, no decorrer de sua carreira jurídica, se envolveu na política brasileira, chegando a representar na Câmara temporária da Corte Imperial a província da Paraíba em 1840-41, quando se tornou deputado estadual e federal pela mesma província nos anos seguintes.

Conforme Carvalho (2008), além da formação superior, havia outro fator que colaborou para conferir unidade à elite imperial, sendo justamente a “ocupação” mediante a transmissão de valores. Ou seja, conforme a sua visão, ao passo que essa elite política se desenvolveu entre sujeitos de poucas ocupações, os índices de homogeneidade ideológica, habilidades e interesses teriam aumentado.

A partir dessas análises, é possível notar o teor quase homogeneizador de grupos que tiveram o privilégio de uma formação letrada e bacharelesca, dando origem aos “homens de poder” que tomaram para si as bases de sustentação política da Paraíba (Guedes e Santos, 2017).

Nessa perspectiva, partiremos agora para uma revisão do contexto político paraibano, em consonância com a política nacional, para entendermos as dinâmicas dessas elites políticas no exercício de poder em sociedade.

O recorte temporal que nos debruçamos se localiza entre os anos de 1843 a 1873, período correspondente às primeiras décadas do Segundo Reinado, marcado pelo revezamento entre liberais e conservadores na política imperial. Mas, antes de tratarmos do período aqui recortado, é interessante fazermos algumas considerações acerca dos antecedentes da chegada de Dom Pedro II ao poder.

Segundo Carvalho (2008), o desfecho do Primeiro Reinado representou o distanciamento de muitos políticos associados ao imperador, permitindo que um novo grupo surgisse para conduzir a política do país. Considerando que, na primeira metade do século XIX, o Brasil ainda era um país recentemente independente, vale tratar que isso não impediu que as elites da época pudessem demonstrar insatisfações com o governo, dentre as quais estavam associadas ao mal uso do poder moderador por parte do imperador.

Para melhor entendermos esse contexto político, também é válido citar o trabalho de André Felipe de Albuquerque Espínola, *A alternância de poder e os presidentes da província da Parahyba do Norte entre 1840 e 1853* (2017), no qual ele se dedica a discutir sobre a alternância política entre os partidos liberal e conservador, durante as primeiras décadas do Segundo Reinado. Em sua discussão, ele aponta alguns antecedentes do período a partir do qual ele se propôs a desenvolver a sua pesquisa, o que será conveniente para podermos vislumbrar as questões que pairavam sobre a época.

Além do incômodo que o centralismo excessivo de D. Pedro I estava causando à classe política brasileira, a qual se encontrava sedenta para participar do poder político e dele tirar seu prestígio e distribuição para as respectivas clientelas locais (Espínola, 2017), ainda havia as rixas políticas entre liberais e conservadores e os conflitos entre brasileiros e portugueses que estavam radicalizados no Brasil.

Nessa ótica, em que as elites pretendiam tomar as rédeas da política brasileira, o segmento vencedor foi uma facção moderada dos liberais, que percebendo inseguranças no sistema político do país, o ajustaram em prol de uma maior descentralização do poder político. Dessa maneira, as instituições do Império começaram a ser redesenhadas e a alternância de poderes entre os partidos liberais e conservadores passou a compor o cenário político brasileiro, sob o olhar moderador de D. Pedro II.

Na província da Paraíba, a política se enraizava por meio da articulação de uma base familiar, composta por grupos que, interessados em eleger os complacentes com os seus ideais políticos, conservam uma lógica oligárquica de governo. De acordo com Linda Lewin (1993, p. 113):

Na Paraíba, os membros desses grupos de base familiar organizavam localmente o eleitorado para fornece-lhe os votos, defendiam seus interesses partidários em seu município e os serviam lealmente nos cargos políticos de que fossem detentores ou nos postos do serviço público em que ingressavam por nomeação.

Em sua obra *Apanhados históricos da História da Paraíba* (1980), Celso Mariz faz alguns apontamentos em torno dos partidos liberal e conservador. Na Paraíba, o Partido Conservador foi fundado com os Carneiro da Cunha (Joaquim Manoel, Manuel Florentino e Manuel Maria), os Chacon, José Lucas de Sousa Rangel, Francisco de Assis Pereira Rocha e Frederico de Almeida e Albuquerque (Mariz, 1980, 142-143). Dentre as ideias que corroboram com o programa do partido, estava a pretensão de diminuir a competência das assembleias provinciais e fortalecer as autoridades com leis de compreensão sobre as tendências que pudessem levar ao anarquismo. Já o partido Liberal, pregava a maior autonomia das províncias, a abolição do conselho de Estado, a temporalidade dos senadores e postulados (Mariz, 1980).

Diante do contexto de desordem governamental, o poder central se fortaleceu, abrindo caminho para algumas leis que mudariam o caminho do país. Dentre elas, se encontra a Lei de Interpretação do Ato Adicional, de 12 de maio de 1840, que foi uma medida direcionada a conter os poderes das Assembleias Provinciais. De acordo com Espínola (2017), sabendo dos efeitos drásticos dessa decisão, os liberais se juntaram ao imperador e promoveram o golpe da Maioridade, garantindo a nomeação de um gabinete liberal. Nesse sentido, o parlamentar Antônio Carlos, conduzindo a máquina liberal, nomeou como presidente da Paraíba Francisco Xavier Monteiro da França:

Os liberais fizeram naquele ano a maioria da Assembleia Legislativa, qual, além das velhas figuras do partido, se viram outros nomes de honra e futuro como Cel. João Leite Ferreira, de Piancó; o Dr. Benedito Marques da Silva Acauã, irmão do vigário Guimarães, de Sousa; Dr. Lourenço Dantas Correia de Góis do Teixeira; Luís Vicente Borges, de Areia (Mariz, 1980, p. 144-145).

Valendo-se da linguagem memorialista que o autor apresenta para tratar desses sujeitos políticos, é possível perceber algumas articulações de poder de elites políticas familiares na

Paraíba. Refiro-me à integração de Benedito Marques da Silva Acauã ao partido fundado pelo seu irmão, o Padre Marques Guimarães.

Considerando a perspectiva teórica da História Política, renovada a partir da obra *Por uma história política*, de René Rémond (2003), é possível notar que esta história vivenciou, na primeira metade do século XX, um período de declínio. Porém, a partir da década de 1970, ela se revigorou devido a alguns contatos com outras disciplinas como a Antropologia, por exemplo. Partindo dessa nova abordagem, buscaremos analisar a atuação de Benedito Acauan na Câmara dos Deputados Provinciais da Paraíba no decorrer do período proposto.

A chegada dos liberais ao poder durou pouco tempo. Devido aos escândalos da eleição geral de 1840, o gabinete dos Andrada chegou a cair juntamente com os liberais em todo o império, dando caminho para que os conservadores chegassem ao poder, chegando Pedro Rodrigues Fernandes Chaves ao poder na presidência da Paraíba. Desse modo, no ano de 1841, o Parlamento aderiu a dois projetos: as leis do Conselho de Estado e a reforma do código do processo. Estas, na visão dos liberais, representam a gênese de um autoritarismo que poderia comprometer o futuro do país.

Empreendidos em interromper o programa legislativo, os liberais tentaram reverter a situação, não chegando a conseguir, o que causou uma revolução. Na Paraíba, os liberais permaneceram firmes na revolução, apesar de que França Leite, um dos representantes, acabou sendo deportado:

Não tardou nesta província o agente do novo gabinete, Pedro Rodrigo Chaves que em 4 de maio recebeu o governo das mãos de Monteiro da França. Esse Rodrigo Chaves, (ao depois barão de Quarain) não foi feliz na Paraíba. A 21 de agosto ia com amigos pela estrada de Santa Rita quando uma emboscada na mata lhe desfecha tiros certos, ferindo-o fortemente. Pedro Chaves imputou o crime aos liberais que desmontara e a quem chamava “facção anarquista”, “partido do cacete”, impotente de para uma revolução porém capaz de um assassinio. Em suas falas ao Ministério, não esqueceu Chaves de frisar que os vice-presidentes da província, tirados da Assembléia Liberal, eram todos daquele partido que assim haviam assentado eliminá-lo para alcançar o poder. Esses vice-presidentes eram João Coelho Bastos, Joaquim Avundano, Manoel Lobo de Miranda Henriques, Padre Marques Guimarães, Luís Vicente Borges e Benedito Marques de Acauã (Mariz, 1980, p. 146).

Aqui, é possível perceber algumas acusações que muito dizem sobre as disputas políticas de poder que representavam a grande parte do cenário político brasileiro durante os primeiros anos do Segundo Reinado. De acordo com Myraí Sagal e Serioja Mariano (2015), após assumir a administração da província, o referido presidente chegou a demitir alguns

funcionários justificando questões administrativas e isso teria levado os envolvidos a se revoltarem contra o presidente. Por outro lado, o grupo opositor afirmou que a pretensão do presidente era substituí-los por sujeitos ligados ao seu partido. Desse modo, entre os motivos que o fizeram culpar os liberais pela tentativa do seu assassinato foi a presença de José Paulo, o ex-subprefeito da Vila do Imperador, que havia sido demitido.

Portanto, a partir dessa discussão, é possível notar que, ao chegar aos cargos de vice-presidente da província da Paraíba e de deputado na década de 1840, Benedito Acauan assumiu lugares de poder os quais marcaram a sua trajetória política. Como membro integrante de uma elite política, termo que se trata de um grupo que usufruem de privilégios e ocupam postos de poder, a atuação política de Bendito Acauan nos serviu de base para a percepção das disputas entre membros dos partidos Conservador e Liberal durante o Segundo Reinado.

1.3 DO CONFLITO ENTRE OS MARQUES E A CONSTRUÇÃO DA FAZENDA NOVA ACAUAN

Partindo de um contexto onde o revezamento dos partidos liberal e conservador compunha a política imperial, buscaremos agora delimitar essa discussão ao nível local, quando Benedito Acauan decidiu atuar nas províncias da Paraíba e do Ceará. Nesse caso, vale postular que antes de atuar como um político influente nos sertões da Paraíba e do Ceará, como um liberal que era, além de ocupar o cargo de vice-presidente pela província da Paraíba em 1840-41, o Dr. Acauan conseguiu se eleger para a legislatura de 1845-1847, sob o governo de Frederico Carneiro Campos.

Para tratar do sistema político da época e entender as articulações entre presidentes e deputados na corte imperial, utilizaremos então o trabalho da Miriam Dolhnikoff, *O pacto imperial: as origens do federalismo no Brasil* (2005), no qual ela afirma que o desenvolvimento do Estado Nacional brasileiro e a subsistência da unidade do império advêm da articulação das elites políticas, atuantes no cenário nacional. Nesse caso, considerando as conexões da política local com a nacional, em sua obra, é possível perceber algumas alterações na organização política do país, as quais irão permitir mais autonomia governamental às províncias.

Com a extinção do Poder Moderador e do Conselho do Estado, veio também a criação das Assembleias Legislativas Provinciais com autonomia para decidir sobre as questões públicas. A partir de então o governo provincial seria composto por duas instâncias, sendo: as assembleias legislativas e a presidência de província:

Às Assembleias cabia o direito de determinar as despesas municipais e as provinciais, bem como os impostos que deveriam ser cobrados para fazer frente a tais despesas. Ficava igualmente a seu cargo fiscalizar o emprego efetivo das rendas públicas, tanto provinciais quanto municipais, além do controle final das contas. Tinham, por outro lado, a obrigação de, com esses impostos, fazer construir as obras necessárias ao desenvolvimento da província, prover a segurança da população, com competência para criar e manter uma força policial própria para este fim, e promover a instrução pública [...] (Dolhnikoff, 2005, p. 99).

Essas Assembleias legislativas eram compostas pelas elites de província que tinham fortes poderes e influências sobre suas regiões, enquanto o presidente era nomeado pelo imperador e agia como uma espécie de representante na sua região. Entre suas funções estava garantir a vitória nas eleições dos candidatos afinados com o ministério em exercício (Dolhnikoff, 2005, p. 101).

O presidente sempre agia a favor dos interesses do Rio de Janeiro, de onde os poderes auferidos para ele provinham. O que nos leva a duvidar da autonomia fornecida às províncias, pois, tendo o governo central o poder de decidir o cargo de presidente de província, isso sugere que a elite provincial não tinha tanta força para poder decidir os assuntos em torno do poder executivo.

Localmente, a lógica era a mesma, pois as autoridades obedeciam aos poderes centrais do império. Os prefeitos eram considerados pelos liberais uma medida necessária para a manutenção da ordem interna, um agente do Executivo, sob as ordens do presidente, com funções de polícia (Dolhnikoff, 2005, p. 121). Além disso, ao prefeito, ainda era dada a autoridade de nomear cidadãos que iriam ocupar funções administrativas, como, por exemplo, a nomeação de advogados para exercerem as funções de juiz de direito na ausência do titular, dentre outras funções.

No caso da província da Paraíba, os seus deputados ficavam responsáveis por decidir acerca de muitos assuntos relativos à instrução pública, ao orçamento dos municípios, etc. (Segal e Serioja, 2015). Dentre essas responsabilidades, algumas entraram em debate na Câmara dos Deputados, como o caso da seca, que estava afetando as províncias do norte do país, por exemplo.

A partir de um olhar atento sobre o corpus documental - *Annaes do parlamento brasileiro* – encontrado na hemeroteca digital, é possível notar Benedito Acauan na condição de deputado, discursando a favor de melhorias para a região do norte devido às consequências da seca:

Senhores, a camara ha de lembrar-se que eu a primeira vez que fallei sobre esta materia na primeira discussão do orçamento da fazenda, disse que negaria meu voto ao projecto que se discute, se o governo apresentasse uma medida mais completa, pela qual a sorte de tantos miseraveis se tornasse melhor, e não tivessesmos ainda um dia de vêr uma sorte igual, talvez mesmo nos que ainda agora existem, e o que é mais, de vêr centenares de individuos depois de passarem por todos os horrores da fome acabarem por ser victimas della; mas, Sr. presidente, com magua eu o digo, o governo nada ha oferecido a este respeito; entretanto pede meu dever como representante da nação, pede o interesse social, pede a humanidade mesma que eu diga que não somente o governo mas o corpo legislativo tem obrigação perfeita com a maior proptidão tomar uma providencia para melhorar a deploravel estado daquellas provincias (Annaes dos parlamento brasileiro, Terceiro Anno da Sexta Legislatura, 1846, p. 321-322).

As discussões postuladas na câmara dos deputados eram baseadas mediante pautas que guiavam a fala de cada indivíduo a compor a bancada, evitando que eles pudessem tangenciar os seus discursos, o que, mesmo assim, muito ocorria. No caso aqui apresentado, Benedito Acauan mostra o que ele defendia ser a realidade do seu local de origem, buscando fazer com que o governo direcionasse os seus olhos para aquelas regiões acometidas pela seca. Sob um olhar contemporâneo, conforme Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2011) na sua obra *A invenção do nordeste e outras artes*, é possível perceber aqui como a indústria da seca já se fazia presente naquele contexto. Como representantes de suas províncias, os políticos buscavam articular propostas que trouxessem melhorias para sua região de onde sua trajetória política se iniciou, já que beneficiava tanto a população local quanto a sua imagem. Nessa lógica, a Benedito Acauan, não bastava somente as autoridades governamentais auxiliarem os famintos fornecendo apenas alimentos. Era preciso mais que isso:

Senhores, a sociedade sómente deve socorros alimentarios áquelles que por enfermidade se achão na impossibilidade de adquirir com que satisfação suas necessidades, sómente os indigentes enfermos têm o direito á caridade pública; mas aquelles que não são enfermos, que podem adquirir o necessario para sua manutenção, e que por força das circunstancias não encontrão trabalho, o dever da sociedade não está em dar-lhes esmolos, está em dar-lhes occupação e trabalho, o contrário é crear a mendicidade, animar os vicios e nutrir a ociosidade, que as leis têm tanto cuidado de previnir com razão, para que se convertendo em vício não busque o caminho do crime, pois que um homem ocioso já é um máo começo (Annaes dos parlamento brasileiro, Terceiro Anno da Sexta Legislatura, 1846, p. 322).

Em sua visão, os indivíduos que não obtinham algum tipo de ocupação ou trabalho na sociedade da época, estavam suscetíveis a se tornarem viciados, criminosos ou mendigos, cabendo ao governo geral pensar em alternativas que sanassem a problemática por um longo

prazo. Partindo disso, é possível notar que essas decisões, muitas vezes, geraram intensos debates. Além de casos relacionados às políticas emergenciais que buscavam melhorias para as regiões do país, outras questões se mostravam como pautas pertinentes na Câmara dos Deputados, como as decisões em torno da concessão de aposentadoria, por exemplo.

Conforme Dolhnikoff (2005), a aposentadoria dos empregados provinciais geraram muitas controvérsias entre os deputados na Câmara dos Deputados, tendo em vista que, no Brasil do século XIX, a aposentadoria era uma espécie de favor ou recompensa. Como o Estado brasileiro estava em processo de construção, isso gerou uma certa impotência entre os procedimentos que cediam o benefício aos que serviram de alguma forma ao país, já que o governo necessitava atrair indivíduos dispostos a empregar-se nos serviços para que se constituíssem uma burocracia estatal.

Sobre esta temática, para entendermos como se davam esses debates na Câmara dos Deputados, é válido analisar o discurso proferido por Benedito Acauan, durante a sessão do dia 16 de agosto da legislatura de 1845. Uma das pautas do dia era tratar sobre a procedência de um direito à pensão para uma mulher que havia perdido o seu marido: a baronesa de Taquary. Aproveitando o ensejo para discutir sobre as questões que englobam o debate, Benedito abriu um debate:

Sr. presidente, não ha duvida que a constituição garante as recompensas conferidas aos serviços prestados ao estado; não ha duvida que garante também o direito a ellas adquirido sem a distincção de serviços ordinarios e extraordinarios, que fez o meu nobre amigo deputado por minha provincia; distincção que, além de não ser fundada na mesma constiuição, é inadmissível por contraria os principios de justiça, pois que, Sr. presidente, o funcionario publico que tem a seu favor uma longa serie de annos de serviço, e que por sua idade ou enfermidade se acha inhabilitado de continuar a prestar estes mesmos serviços, não póde deixar de ter uma remuneração (Annaes do Parlamento Brasileiro, 1845, p. 564).

Em sua fala, visando introduzir a pauta do dia, o Dr. Acauã demonstrou ser a favor de que um indivíduo inabilitado a exercer cargos públicos pela sua idade ou condição de saúde fosse contemplado por uma remuneração. Para a condução do debate, em seguida, o deputado fez alguns questionamentos do tipo: sob quais pretextos os servidores públicos deveriam ser remunerados? Com que condições as remunerações deveriam prestar? Tudo isso, como uma forma de questionar e aguçar os seus companheiros do parlamento a refletirem em conjunto sobre a situação. A discussão na Câmara era acompanhada pelas Assembleias Províncias. Em algumas delas, leis sobre aposentadorias eram aprovadas sem controvérsias. Em outras, a

aposentadoria gerava polêmica (Dolhnikoff, 2005, p.247). Assim, tendo dado seus questionamentos para que a Câmara dos Deputados pudesse se articular ao seu raciocínio, Benedito Acauan mencionou diretamente as questões que justificavam o fornecimento de uma pensão para a baronesa:

Sr. presidente, em um governo livre é sabido que o cidadão tem dever de prestar serviços ao paiz; mas quando elle tem prestado estes serviços por longos annos, quando por idade avançada ou por enfermidade não póde continuar a prestalos, então tem direito ao testemunho do reconhecimento da nação; então a nação deve vir em socorro daquele que dedicou suas forças e talentos em sua utilidade; deve recompensar o preço dos sacrificios feitos por esse cidadão. Mas o fallecido tenente-general barão de Taquary, teria esta longa série de serviços? Estaria no caso de merecer o reconhecimento da nação? Estaria no caso de ser remunerado? Dizem os nobres deputados que fallarão a favor, dissirão os illustres membros da comissão que sim, e não me é licito duvidar; mas forão os seus serviços remunerados? Dizem os nobres deputados que não; entretanto eu digo que sim. Mas quero suppôr por um momento que não forão; terá por ventura a sua viuva diteito a ter hoje uma pensão directamente paga pelo thesouro publico por principio de rigorosa justiça ou mesmo por principio de equidade? Digo que não (Annaes do Parlamento Brasileiro, 1845, p. 565).

Aqui, é possível perceber que, assim como alguns deputados, Benedito Acauan se manifestou a favor do recebimento da pensão por parte da baronesa, considerando que o falecido marido dela, por muito tempo, contribuiu com a nação, sendo remunerado pelos seus serviços. Porém, supondo situações adversas, ele se mostrou contra o fornecimento do benefício. Desse modo, é possível perceber que as discussões no parlamento eram rodeadas de controvérsias, em que as minúcias de cada questionamento implicam em uma nova análise profunda dos casos analisados.

A década de 1840, portanto, foi um período turbulento quanto à concessão de aposentadorias, mas foi somente em 1846, a partir de um projeto apresentado pela Comissão de Assembleias da Câmara, que o direito de aposentadoria foi reconhecido. Nesse caso, diferente do que outras nações da época faziam, no Brasil, os cofres públicos ficariam responsáveis por conferir o pagamento aos aposentados.

Uma possível explicação para tal residiria na presença da escravidão. Enquanto na Inglaterra e na França se enfrentava as profundas transformações trazidas pelo capitalismo industrial e a consequente necessidade de estabelecer em novas bases as relações trabalhistas, no Brasil, esse problema era restrito ao Estado, que não podia contar com o trabalho escravo: era preciso criar um corpo de trabalhadores livres que, no processo de constituição do espaço público, atuasse de acordo com as concepções modernas de relações de trabalho (Dolhnikoff, 2005, p. 251).

É necessário frisar que estamos nos referindo à primeira metade do século XIX, período em que a escravização dos povos africanos era vigente no país, constituindo a mão de obra da época. Nessa lógica, é possível perceber, consoante a autora, que esse cenário econômico, baseado por uma mão de obra não assalariada, não contribuía para que as concepções ditas modernas naquele contexto pudessem adentrar a realidade brasileira.

Por conseguinte, considerando as conexões da política local com a nacional, a qual impediu que a nossa análise se concentrasse sob uma perspectiva localista, foi possível notar como alguns discursos de Benedito Acauan não permitiam margens interpretativas no que concerne somente a sua região, mas revelava, mesmo que indiretamente, a opinião pública da conjuntura da política nacional. Com isso, é possível notar como a sua postura pública manifesta os seus interesses políticos. Discursando sobre causas diversas, é nítida a postura crítica de Benedito Acauan acerca de como a política do país estava sendo conduzida, principalmente, quando chega a criticar as falhas da Constituição da época.

1.3.1 “Quer agora estrear a de escriptor”: Benedito Acauan e os Sertões dos Inhamuns

Em 1848 os conservadores retomaram o poder, período em que governava João Antônio de Vasconcelos, que, inclusive, é um caso particular a ser analisado, tendo em vista que este tomou posse ainda com os liberais no poder, mantendo-se no cargo com a chegada dos conservadores, no gabinete de 29 de setembro de 1848, chefiado pelo conservador Pedro de Araújo Lima. Dentre os deputados que teriam sido reeleitos para o período de 1848 a 1851, se encontrava o Benedito Marques da Silva Acauan. Não durou muito para que, no ano seguinte, a legislatura fosse dissolvida:

Não contando esse gabinete com o apoio da maioria da Câmara dos Deputados, que em questão de confiança já havia derrotado, em 26 de Maio, o ministério mixto 8 de Março anterior, de que foi ministro do império e presidente do conselho o Visconde de Macahé, conseguiu que o imperador por Decreto de 5 de Outubro adiasse as sessões parlamentares para 23 de Abril do ano seguinte; mas, logo que foi julgada a revolução praieira, que rebentou em Pernambuco, e morto o insigne brasileiro e denotado liberal, o deputado desembargador Joaquim Nunes Machado, victimado no Recife em 2 de Fevereiro de 1849, o imperador, ouvindo o Conselho de Estado, dissolveu a mesma Câmara por decreto de 19 do dito mez e anno, referendado pelo ministro do império José da Costa Carvalho, Visconde e futuro Marquez de Mont'Alegre, sendo convocados os novos eleitos para 1º de Janeiro de 1850 (Revista trimestral do Instituto do Ceará. Dissoluções Parlamentares no Brasil, p. 308-309).

Conforme a revista do Instituto Histórico do Ceará ressalta, quando os conservadores estavam no poder e não tiveram apoio da Câmara dos Deputados, seus poderes ficaram limitados. Por isso, partindo de um contexto em que ocorre a Revolução Praieira, a última das grandes revoltas do Império, a qual surgiu devido à disputa de poder local, no tocante aos atritos nas disputas por cargos, ocorreu a dissolução da Câmara por decisão do imperador. O que fez com que os deputados que tinham sido eleitos perdessem seus mandatos, tendo que tomar outros rumos políticos, a exemplo de Benedito Acauan, na província da Paraíba, que teve que se deslocar para a província do Ceará.

O caso de Benedito Acauan chama atenção, justamente porque, ao se mudar para a província do Ceará, ele promoveu mudanças políticas na região, dando origem a conflitos políticos de poder local. Para a análise dessa questão, buscaremos enveredar essa discussão a partir da problematização de algumas fontes documentais – jornais da Hemeroteca Digital – pelos quais foi possível identificar não somente o impacto que as notícias tinham sobre a sociedade da época, mas também, as correntes ideológicas que embasaram as notícias e opiniões.

Por enveredar na carreira política muito cedo e ter alcançado altos cargos dentro da Corte Imperial, o que era típico entre a maioria dos bacharéis em Direito da época, Benedito Acauan conseguiu angariar muito prestígio social, passando a ser reconhecido como homem da lei, justo pela sua postura política e humana em seus discursos. Assim, tendo se estabelecido na região conhecida sertões dos Inhamuns, no Ceará, Acauan chegou a denunciar a realidade política de um grupo familiar chamado “os Fernandes Vieira”, que estaria levando a sociedade local a perecer diante de um governo local dito corrupto.

De acordo com Billy Jaynes Chandler, em sua obra *Os Feitosas e o sertão dos Inhamuns* (1980), durante os primeiros anos do Segundo Reinado, alguns grupos ligados a justiça do Estado ameaçaram o poder dos potentados nos sertões do Inhamuns, dentre elas, agentes da polícia da área e do poder judiciário. Sendo um desses agentes, Benedito Acauan, denunciou a realidade política da região por meio de uma crônica, intitulada *A conquista dos Inhamuns ou azorrague saquarema*, publicada em 1853, no opúsculo sobre assuntos políticos do Ceará.

No Ceará, as elites políticas da época eram compostas pela família Feitosa, representando o partido liberal; e os Fernandes Vieira, comandando as forças do partido conservador. Como mostra Chandler (1980), a família Fernandes Vieira tornou-se muito influente nos sertões dos Inhamuns depois dos Feitosas, que, posteriormente, passaram a ser conhecidos como Carcarás, devido à presença de uma fazenda que carregava esse nome. Nessa

lógica, o mais recente grupo de poder teria assumido uma posição de vantagem na região de Inhamuns em consequência da riqueza e prestígio de Francisco Fernandes Vieira.

Na condição de representante do poder judiciário na época e ainda como liberal, Benedito Acauan chegou a se articular com os Feitosas, assumindo várias críticas à família Fernandes Vieira, como é possível ver no seguinte noticiário retirado de um jornal da época:

Em um folheto, que por paga da família Feitosa acaba de ser publicado pelo Dr. Benedicto Acauã na typographia do *Cearense*, é denunciada a existência de grandes crimes commetidos pela família Fernandes Vieira no termo do Saboeiro; e como temos o maior interesse em que todos os crimes sejam punidos, partam d'onde partirem, rogamos a S. Exe. o Sr. presidente da província haja de mandar syndicar delles para que seus autores soffram o devido castigo e fazemos eata supplica com tanto mais instancia, quanto vemos que o Sr. Dr. Vilella merece plena confiança dos chimangos e equilibristas, e estes Srs. estando sempre a faser insinuações a este respeito, não devem perder occasião tão opportuna. Esperamos pois ser attendidos (Pedro II, SUPPLICA, anno XIII Data: 6 de setembro de 1853).

Assim como muitos grupos de poder que se consolidaram como políticos influentes de suas províncias devido à formação bacharelesca, não foi diferente com os Fernandes Vieira. Foi Miguel Fernandes Vieira, nascido em Saboeiro, em 1816, e formado em Direito em Olinda, no ano de 1837, o mais influente político da família e foi, na realidade, quem granjeou o título para seus pais (Chandler, 1980, p. 76). Desse modo, o partido conservador, o qual Miguel Vieira se tornou chefe, surgiu em oposição ao regime do presidente da província do Ceará, José Martiniano de Alencar, representante da máquina liberal.

Com a queda dos liberais no Rio de Janeiro, o partido conservador e seus membros ganharam uma nova vida, atraindo um considerável apoio popular e estabelecendo-se como uma das mais importantes facções políticas do Ceará. Ainda durante os últimos anos que antecederam o Segundo Reinado, o próprio Miguel Vieira junto a um sócio fundaram o *Jornal Pedro II*, em Fortaleza, o qual sustentou as ideias do partido conservador até o fim do Império. Em relação à crônica que ainda estaria sendo escrita por Benedito Acauan, o referido jornal informa:

Recebe-se assignaturas para a *Historia de Inhamum* escripta por um bacharel ali residente, que renunciando a carreira parlamentar por serem as eleições muito mal feitas, a da magistratura, para a qual já esteve entra não entra por achar-se muito corrompida, e a administrativa porque não póde servir a um governo monarchico que é sem duvida o peor dos governos, quando não dá algum ossinho a roer, — quer agora estrear a de escriptor, louvarei disposição, que merece todo o apoio. A assignatura é de garrote por exemplar, entregue na

ocasião em que o assignante pozer o preto no branco. — Outro sim, se alguém pretender figurar em dita historia póde fazer valer seus direitos mediante um novilhote, ou mesmo novilhota, que aguente a viagem para villa de Souza, e na falta alguma rede de papouco que sirva para um bacharel deitar-se (Pedro II, 11 de junho de 1853).

O jornal refere-se à presença de Benedito Acauan nas terras dos Inhamuns. Como crítico da função de escritor, a qual agora ele desempenha na região, o autor da redação faz questão de frisar que Acauan teria renunciado a carreira de parlamentar não só porque as eleições da época eram muito mal feitas, mas em virtude dele não poder mais angariar recursos a favor da sua permanência como político no local. No jornal, ainda é possível perceber o autor da matéria frisar que os indivíduos que promoveram a história escrita por Benedito Acauan estavam sujeitos a se prejudicarem mediante seus bens. Assim, tendo lido as matérias do jornal, as quais teriam criticado a sua postura política na região, ele se manifestou:

Sr. Redactor: — Ao ler os insultos, que contra mim de mixtura com outros muitos homens respeitaveis derramou no jornal *Pedro II* n.º 1250 o ex-delegado Castello Branco, disse de mim para mim; — demasiado desigual seria a lucta com esse homem desalmado, sem educação, e sem coração, que mais de dous annos ha, tem flagellado esta comarca; agora pois que começou deferil-o a justiça, que hoje parece surgir para esta terra assolada, agora que desesperão se une aos remosos, que lhe labutão n'alma, è caridade abandonal-o á esta desesperação embora proveniente não do arrependimento; mas da impotencia de continuar ma pratica dos males, de que alimentava: — este abandono pois è a unica resposta, que dou aos insultos do Sr. Castelo, insultos unicamente motivados da opposição legal, que lhe-hei feito, e á seus comparsas, que como elle formigão de excessos, e de crimes contra comarca inteiramente á muito atada e fustigada em pelourinho (O Cearense. Data: sexta-feira, 2 de setembro de 1853; n.º 659, anno VII).

Na narrativa reconstruída por Benedito Acauan, é possível notar que, selecionando as falas que contra ele despacharam palavras de revolta no Jornal *Pedro II*, sua pretensão era mostrar que o indivíduo o qual teceu críticas a sua postura não passa de um opositor que está sendo prejudicado pelo seu trabalho justo. Além disso, ele ainda fez questão de frisar que não existe resposta melhor do que o silêncio de um homem que tem consciência dos seus atos de justiça por uma região assolada por grupos políticos corruptos.

Por outro lado, se portando como um liberal da época, Benedito Acauan chegou a se posicionar no Jornal *O cearense*. Nesse caso, as primeiras páginas do jornal faziam questão de informar que o folheto estava “[...] destinado a sustentar as idéias do partido liberal; e sò toma a responsabilidade dos artigos da redação, devendo todos os mais, para serem publicados, vir competentemente legalizados” (O Cearense. Sexta-feira, 2 de setembro de 1853; n.º 659, anno

VII). Dessa forma, ciente dos insultos dirigidos ao seu trabalho em correspondências do Jornal *Pedro II* e a sua carreira política, Benedito Acauan se manifestou da seguinte maneira:

Se ridículo pois é o que à este respeito inventa o auctor d'aquella correspondencia, não menos ridicula é a fabula relativa as minhas pretensões à senador. Não sò tenho idade ainda para isso, como eu sou o primeiro a reconhecer, que quando a tivesse, me faltava o merecimento devido á tão eminente lugar, demais por veses hei tido, e escripto, que no estado da maior corrupção eleitoral, com que lidamos, não pretendo impenhar-me, para que meu nome apareça nas urnas; porque em verdade as provincias, ha muito não elegendos depotados, e nem senadores (O Cearense. Data: terça-feira, 6 de setembro de 1853; n° 660, anno VII).

A partir dessa fala, é possível perceber que ele se via como um político renomado, disposto a conduzir a política da forma mais justa possível, não sendo viável a sua reintegração ao seu grupo devido às eleições estarem sendo feitas de forma corrupta. Em relação a sua obra, criticada no Jornal *Pedro II*, Benedito Acauan ainda faz questão de colocar que:

O autor da referida correspondencia sem duvida è algum dos que figurão no opusculo, em que sobre o título de — Conquista do Inhamum — escrevi a chronica negra, e horrorosa de 1851 até o começo do corrente anno, e por mais que tenha procurado aquele autor á força de emprestar em outras correspondencias crimes horrorosos á comarca do Inhamum, ou antes á uma familia, a quem vota odio entranhavel, não pôde faser, com que uma administração inteligente, e com sentimentos de justiça não atendesse aos clamores das victimas (O Cearense. terça-feira, 6 de setembro de 1853; n° 660, anno VII).

Cogitando que o autor da correspondência seja um dos que criticaram a sua obra, Benedito Acauan fez questão de dizer que as críticas tecidas contra ele eram frutos de um grupo que não queria ver a sua presença naquela comarca, haja vista que suas decisões como juiz de Direito muito afligia os interesses políticos das elites locais.

De modo geral, é possível analisar que, não conseguindo dar continuidade a sua carreira política como deputado pela província da Paraíba, com possibilidades de chegar a altas patentes dentro da Corte Imperial, Acauan decide enveredar sua carreira jurídica como forma de sustentar o seu nome na região. Na região do Inhamuns, no sertão do Ceará, Acauan deixou seu legado como escritor-advogado articulado ao partido liberal que denunciou a realidade política local.

Após sua atuação política no cenário nacional, Benedito Marques da Silva Acauan retornou a sua vida provinciana como advogado, voltando a residir na fazenda Acauã, situada, à época, nos limites territoriais de Sousa, na Paraíba. Como já salientado por Celso Mariz

(1985), o senhor Acauan era irmão do Padre José Antônio Marques da Silva Guimarães que, além de exercer o seu ministério, era um sujeito articulado na política sousense. Nessa perspectiva, vale ressaltar que ele foi um dos fundadores do partido liberal, o qual teve fortes influências na região durante o Segundo Reinado de Dom Pedro II.

Partindo desse contexto, vale tratar de um episódio que mudou os rumos da família Marques na política regional. Na condição de liberais, Benedito Marques da Silva Acauan e o seu irmão, Padre José Antônio Marques da Silva Guimarães, eram os maiores representantes do partido na região de Sousa e, durante a construção da chapa que disputaria uma vaga para Deputado Provincial naquele período, o genro de B. Acauan, o Doutor e Juiz municipal Joaquim da Costa Ribeiro, militante da política sousense, teria sido excluído, o que gerou uma certa indignação por parte de Benedito Acauan.

Tendo rompido politicamente com o seu irmão, Benedito Acauan não se despediu somente de uma rede política familiar de poder, mas do partido político o qual por muitas décadas defendeu. Tornando-se um político defensor dos princípios conservadores, ele decidiu sair da fazenda Acauã e resolveu residir na cidade de Pombal, dando continuidade a sua carreira como advogado, onde foi suplente de Juiz Municipal, Presidente da Câmara Municipal e Comissário de Instrução Pública, tendo ainda voltado à Assembleia Provincial para a legislatura de 1870-71.

De acordo com Cícero Vasconcellos de Araújo (1999), Benedito Acauan teria se casado com Cândida Benedita Nobre da Silva Acauã, “de importante família de Pombal” e, a partir dessa união, teria ele construído sua residência na zona rural do município de Pombal, dando o nome de fazenda Nova Acauan. Ao se referir à família da esposa de B. Acauan, é possível perceber uma visão elitista do autor.

Conforme apresenta André Heráclio do Rêgo, em sua obra *Família e coronelismo no Brasil: uma história de poder* (2008), para compreender os aspectos econômico e político de uma sociedade, é necessário deixar de lado o estudo isolado do indivíduo, devendo-se privilegiar a estudo integrado da família. Nesse caso, a política de casamentos é uma forma de analisarmos o contexto sobre o qual estamos nos debruçando. Por isso, mais do que sentimentos efetivos, o que guiava, na maioria das vezes, a união entre famílias de poder era a necessidade de preservar seu patrimônio.

Portanto, notamos que, ao se envolver com a política local, inicialmente na província do Ceará, Benedito Acauan tomou uma postura passiva na política local. Ele estava, portanto, recorrendo ao tema da justiça para se posicionar no jogo político, o que demonstra que o mesmo estava dentro das redes de poder das elites sertanejas. Ou seja, passou a denunciar uma realidade

política da região do Inhamuns, chegando a se articular com grupos familiares que, defensores de uma ideologia política liberal, eram atendidos pelos interesses políticos de Acauan.

CAPÍTULO II

DAS HISTÓRIAS OFICIAIS: A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA POLÍTICA DE BENEDITO ACAUAN

Este capítulo pretende analisar como a memória política de Benedito Marques da Silva Acauan foi construída ao longo do tempo, partindo de produções memorialísticas que mencionam aspectos de sua vida enquanto um sujeito atuante na política nacional e local. Nessa perspectiva, a proposta aqui será utilizar algumas produções para notarmos como os autores constroem a memória política centrada nos “grandes feitos” de Benedito Acauan e analisar como isso colabora para a construção de uma memória homogênea.

O primeiro livro que iremos analisar será *Síntese de vidas* (1999), de Cícero Vasconcellos. O livro se trata de uma produção memorialística-genealógica, em que o autor se propõe a discutir as raízes de sua família, dentre elas os “Acauans”, a quem demonstra ter um grande apreço. Dentre eles, se destaca o referido Benedito Acauan, sobre o qual ele faz alguns apontamentos sobre seus envolvimento políticos, além de alguns aspectos referentes a sua vida pessoal.

Em seguida problematizaremos o livro *Riacho da vida* (2015), de Onaldo Rocha de Queiroga, no qual, em meio a uma narrativa biográfica que contempla a trajetória jurídica de seu pai, o ex-desembargador do estado da Paraíba, Antônio Elias de Queiroga, o autor menciona Benedito Acauan, seu trisavô, como fundador da fazenda Nova Acauan. Para a construção do livro, Queiroga se propõe a analisar alguns aspectos históricos da fazenda, entre os quais sua fundação, momento em que ele se depara com Benedito Acauan. Desse modo, na fase inicial do livro, ele se compromete a fazer alguns apontamentos sobre a trajetória política de Acauan, destacando outros aspectos que, para a sua percepção, ajudam a definir a imagem deste sujeito político que articula a fazenda pelos seus feitos.

O terceiro livro o qual nos propomos analisar chama-se *O velho arraial de Piranhas* (2004), de autoria do historiador pombalense Wilson Nóbrega Seixas. A produção propõe discutir sobre aspectos históricos que deram origem à cidade de Pombal, de modo a considerar todas as etapas que antecedem e sucedem à formação político-econômica local. Nesse apanhado de informações que reúne para trabalhar aspectos políticos da cidade, ele destaca Benedito Acauan como sujeito influente e ativo nas questões políticas locais, o que nos permite analisar

de que forma as suas colocações constroem uma memória política deste sujeito e quais as suas implicações para a percepção da política regional na época.

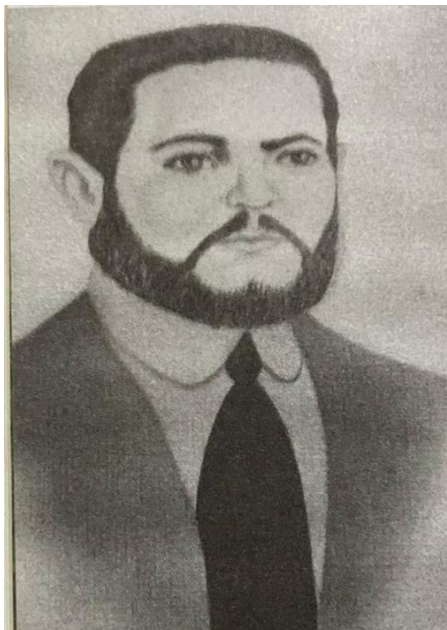
Dessa maneira, a proposta aqui é analisar como este sujeito político se apresenta nos respectivos livros e como isso implica na construção de uma memória política longe de problematizações. Considerando o lugar social (Certeau, 1982) dos autores, especialmente a relação deles com a família Acauan, os princípios políticos dos livros e as narrativas que produziram, será possível responder a essas questões aqui levantadas.

2.1 POR UMA HISTÓRIA MEMORIALÍSTICA: O LIVRO *SÍNTESE DE VIDAS*

Por muito tempo, a História Política esteve centrada nos grandes feitos dos homens, exaltando personagens políticos importantes que estavam ligados aos espaços de poder. Segundo René Remond (2003), a história política só tinha olhos para os acidentes e as circunstâncias superficiais, estando fadada a um caráter narrativo e biográfico. Consequentemente, esse caráter daria base para a construção de memória políticas que buscavam enaltecer os grandes nomes, de modo a não se debruçar sobre aspectos que pudessem problematizar a trajetória política dos sujeitos. Com a chegada da Nova História Política, as narrativas puderam ser problematizadas, abrindo espaço para que outros sujeitos, não necessariamente ligados aos espaços de poder, fizessem parte dessa construção histórica.

No caso aqui analisado, a construção dessa memória política centrada nos grandes nomes e feitos se dá por meio da abordagem de Benedito Acauan em produções biográficas e memorialísticas, produzidas por indivíduos comprometidos em enfatizar o apeço afetivo para com sujeitos que integram a árvore genealógica familiar. Porém, é inegável que, em meio a toda afeição parental, exista um conjunto de discursos os quais contribuíram para a construção de memórias políticas capazes de consolidar uma visão exclusiva e apologética de um indivíduo.

Figura 4 - Benedito Marques da Silva Acauan



Fonte: *Riacho da vida* Queiroga (2016)

Apesar de não comprometido em centralizar a figura de Benedito Acauan em seu livro, o autor aqui apresentado o menciona de maneira estritamente política, sempre fazendo questão de realçar os seus “grandes feitos”, seja na condição de deputado pela província da Paraíba, como prefeito de política, ou como representante da corte imperial.

Sob essa ótica, cabe postular os perigos de apresentar os indivíduos pelos aspectos mais superficiais da sua vida, haja vista que, pouco se faz além de consubstanciar a sua existência (Oliveira, 2017). Por isso, não se pretende aqui descredibilizar as memórias parentais construídas por esses autores, mas mostrar como alguns trechos referentes à trajetória política de Benedito Acauan fomentam a produção de memórias centradas em seus “grandes feitos” e como isso impede que outros fatores sejam notados como importantes para a problematização de sua figura.

A primeira produção aqui analisada será *Síntese de Vidas*, de Cícero Vasconcellos de Araújo. Segundo o autor, a produção é, antes de tudo, uma demonstração de afeto e carinho, já que, em seus oitenta anos, quis homenagear seus parentes e amigos. Para tanto, ele teve que pesquisar no Instituto Histórico do Rio Grande do Sul e buscar fontes com parentes da Paraíba. Dentre os sobrenomes familiares que ele considera importante a serem homenageados em sua obra, se encontram os Vasconcellos, Araújo, Ribeiro da Silva e o ramo Acauan, na busca de manter viva a memória dos seus antepassados. Dessa maneira, considerando que a intenção do autor muito afirma sobre o seu lugar de fala, torna-se nítida a sua relação com os descendentes

da família Acauan, quando na capa do livro é feita a seguinte menção: se espera manter viva a memória dos seus antepassados, bem como daqueles parentes e amigos com quem o autor conviveu.

O autor nasceu na cidade de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, em 1919, tendo se mudado para Porto Alegre. Em 1938, foi nomeado Oficial Administrativo do Estado, tendo se formado na área de Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Considerando a área de formação do autor e como a história passa a ser construída a partir de seus conhecimentos, alguns estudiosos insinuam sobre os perigos de uma construção histórica personalista. Como propõe Melo:

Deve-se buscar, então, a superação da prática de alguns indivíduos que assumiram a função de *historiadores* ou *intelectuais* oficiais das cidades - o médico, o padre, o bacharel em direito, o professor - e que, em suas produções, apresentam um grau exacerbado de factualismo e personalismo, em uma versão doméstica da história oficial a qual se apresenta uma listagem que exalta os *grandes homens* e os *cidadãos ilustres* que devem ser lembrados e reverenciados (Melo, 2015, p. 44).

Está visível que a proposta do autor é construir uma memória afetiva em relação a seus parentes, seja os que continuam vivos ou faleceram. Entretanto, não se deve ignorar que, em meios as suas colocações, existe uma tentativa de abordar algumas questões históricas, as quais inferem numa opinião pública capaz de edificar uma memória política que esquece de abordar as problemáticas que compõem as relações políticas de poder. Assim como o indivíduo opera, mesmo que inconscientemente, uma seleção das vivências que merecem ou não ser guardadas na memória, os grupos sociais também guardam recordações do passado e valorizam determinados fatos mais do que outros (Vasconcelos, 2011, p. 02). Ou seja, o modo como os sujeitos são lembrados no livro aqui analisado reafirma a visão de um meio social, o que faz com que esta memória seja produto de um lugar composto por um conjunto de sujeitos.

Não estou aqui querendo afirmar que o autor deveria se atentar para as questões teórico-metodológicas de uma pesquisa e abordagem histórica. Porém, isso não impede que possamos identificar um certo grau factual capaz de consolidar uma visão personalista do Benedito Acauan. Assim, em alguns trechos da obra, Araújo cita:

Recebemos, vindos da Paraíba por intermédio da Sra. Cândida (uma das descendentes do tronco “Acauan”), trabalhos do historiador paraibano, Dr. Deusdedit de Vasconcellos Leitão, nos quais, além de outras figuras da elite

intelectual daquele Estado, cita, como destaque, o Dr. Acauan (Araújo, 1999, p. 05).

Membro da Academia Paraibana de Letras, Deusdedit Leitão foi responsável por reunir algumas fontes e construir algumas narrativas em torno da figura de Benedito Acauan. Como forma de demonstrar apreço pelo seu parentesco, mesmo que distante, Araújo faz uma pesquisa superficial sobre a vida de Acauan, tendo acesso a algumas fontes documentais, nas quais reúne informações biográficas que ressaltam, além de elogios pessoais, a abordagem de cargos políticos, como forma de enfatizar a sua importância social a partir do meio político. Em uma carta para o Deputado João Vicente Goulart, Leitão faz a seguinte colocação:

Estamos colhendo informações para a feitura de ensaios genealógicos de algumas famílias paraibanas. Entre elas, interessa-nos, de modo especial, a família ACAUÃ, originária do Bacharel Benedito Marques da Silva Acauã, que, por sua vez, estava ligado aos Gomes de Sá, como descendente que era do Capitão-mor José Gomes de Sá, fundador da cidade de Sousa [...] (Instituto Paraibano de Genealogia e Heráldica. João Pessoa, 3 de junho de 1983).

A partir dessas colocações, é possível identificar um completo interesse pelas questões genealógicas. Nessa perspectiva, o fato é que, para esses autores, a memória articulada aos “grandes feitos” são essenciais para que os sujeitos se tornem peças centrais de uma história contada. No livro, Araújo (1999) cita que “sabemos que os pais do Dr. Benedito Marques da Silva Acauan construíram-se no Brasil entre o fim do século XVIII e o início do XIX, ele, português de nascimento, ela, de ilustre família brasileira (p. 05).

Além disso, o parentesco com figuras políticas que dominaram a economia da região de Sousa e Pombal, no século XVIII, se mostra como fator essencial para realçar o valor social de Benedito Acauan. E como eles se referem a uma elite política familiar que se estabeleceu no sertão da Paraíba e deram origem a grupos que continuam conduzindo a política local, é inegável que a preservação de memórias saudosistas ofusquem os conflitos políticos de poder que os integram. Nessa lógica, buscando construir uma memória exclusivamente positiva de Benedito Acauan, o autor introduz:

Transcrevemos a seguir, com anuência do ilustre historiador, que muito contribuiu para a difusão dos valores que engalanaram o homem público, a biografia de um dos mais ilustres filhos da Paraíba. O sangue deste paraibano, misturado ao nosso do Rio Grande do Sul, gerou aqui uma plêiade de homens e mulheres, igualmente merecedores de nossa admiração e respeito (Araújo, 1999, p. 07).

Nutrido por laços consanguíneos, no trecho, é possível perceber a intenção do autor em construir uma biografia de Benedito Acauan baseada no reconhecimento desse sujeito. Em sua narrativa, é possível notar a sua empolgação em dissertar sobre ele, haja vista o seu respeito e admiração pelos seus descendentes. Em um trecho da biografia produzida pelo autor, ele afirma que: “Esse ilustre paraibano descendia, pelo ramo materno, de um dos fundadores de Sousa, o Capitão-mor José Gomes de Sá, de quem era trineto (Araújo, 1999, p. 08). A partir desse trecho, é notável a importância que o autor atribui aos “grandes feitos” e ao parentesco entre os grupos de poder.

No caso aqui analisado, não vemos somente a construção de memória políticas focadas nos grandes cargos e feitos, mas de memórias articuladas a um espaço físico-geográfico, capaz de se ligar a outras esferas. Em um dos trechos do livro, ainda no tópico referente a biografia, Araújo trata do estabelecimento de Benedito Acauan na região de Pombal, por meio da construção de uma fazenda que carregaria o seu sobrenome, a fazenda Nova Acauan.

Tendo se consorciado com Cândida Benedita Nobre da Silva Acauã, de importante família de Pombal, ali se fixou residência, organizando uma fazenda modelar a que deu nome de Nova Acauã, talvez na intenção de homenagear o seu tio-avô o Padre Luiz José, da Acauã, chefe da revolução de 1817 no sertão Paraibano. Em Pombal, ocupou o cargo de Prefeito de Polícia, exerceu atividades profissionais que se estenderam a toda região sertaneja, inclusive nas zonas limítrofes do Rio Grande do Norte e do Ceará, dedicando-se, igualmente, às lutas políticas, como liberal de boa formação doutrinária, tendo participado da Assembleia Provincial durante a legislatura de 1840-41, quando, por votação de seus pares foi eleito Vice-Presidente da Província (Araújo, 1999, p. 09).

A fazenda foi construída na região que atualmente corresponde ao município de São Domingos. Na época, o povoado era dividido por datações e cada uma era dominada por um fazendeiro. Após um rompimento político com o seu irmão, o Padre José Antônio Marques da Silva Guimarães, devido à exclusão do seu genro da chapa de uma eleição que ocorreria na cidade de Sousa, Benedito decidiu deixar a fazenda Acauã, atualmente localizada no município de Aparecida, para residir nas proximidades da cidade de Pombal, aonde ele foi se articular a política local.

Para tratar desse assunto, Araújo (1999) ressalta que, “Depois de brilhante e proveitosa atuação no cenário político nacional retornou à vida provinciana como Advogado de Pombal, onde foi suplente de Juiz Municipal [...] (p. 10). Ao estar ciente sobre o rompimento político ocorrido entre Acauan e seu irmão, o autor se debruça sobre elogios que constroem uma memória política de Acauan como um bom atuante na política nacional.

Outrossim, no trecho acima, Araújo afirma que Benedito Acauan casou-se com Cândida Benedita Nobre de “importante família de Pombal”. De acordo com André Heráclio Rêgo, em sua obra *Família e Coronelismo no Brasil* (2008), o casamento entre sujeitos integrantes de uma elite social fazia parte de uma estratégia cuja finalidade era cimentar as alianças familiares e garantir os interesses da família e da parentela. Isso significa que, no campo político, isso seria fundamental para o fortalecimento do poder, haja vista que unidos e guiados por um interesse em comum, teriam recursos suficientes para permanecerem nos espaços de poder.

Após falar do estabelecimento de Benedito Acauan na fazenda que carregaria o seu sobrenome, Araújo faz questão de ressaltar a participação dele em cargos políticos, na condição de Prefeito de polícia na cidade de Pombal e vice-presidente da Província da Paraíba entre os anos de 1840-41. Assim sendo, se mostrando preocupado em relatar sobre os descendentes de Benedito Acauan, o autor se propõe a descrever a relação deles em seu livro, trazendo até mesmo aspectos que justificam o sobrenome que carregam:

Na persistência da dúvida, prosseguimos nas investigações, quando, então, encontramos, nas biografias do Dr. Benedito (1), Dr. Benedito (2), Dr. Manoel e outros da família “Acauan”, fatos que nos levaram a atribuir a mudança do nome para Acauan a um sentimento de brasilidade que nutriam em seus corações [...] (Araújo, 1999, p. 13).

Como forma de preservar a sua nomenclatura nas gerações seguintes, muitos sujeitos nomeavam os seus filhos e filhas batizando-os com o seu nome. Entre os Acauans isso muito ocorreu, o que gerou muita confusão na construção da biografia de Benedito Acauan, pois décadas após a sua morte, quatro descendentes foram batizados com o mesmo nome. Buscando justificar a escolha do sobrenome “Acauan” como representativo da família, Araújo (1999) afirma que a condição política do Dr. Benedito (1), brasileiro de coração e nascimento, que grandes trabalhos ofereceu à sua terra, quer como político, quer como advogado (p. 14). Para entendermos essa afirmação, é necessário ressaltar que o termo Acauan, refere-se, antes de tudo, a uma ave típica de todas as regiões do Brasil. Apesar de encontrada em outros países, para muitos, ela é considerada símbolo de força e resistência. Dessa forma, ao invés de preservar o sobrenome “Guimarães”, com raízes em Portugal, Benedito Acauan optou por uma nomenclatura que exaltava o sentimento de nacionalidade:

[...] a atitude patriótica do Dr. Benedito (1) ao nacionalizar o seu sobrenome (chamava-se Guimarães e passou a se chamar Acauan – conhecido pássaro dos cerrados nordestinos.) não podia portar nenhuma intenção de desrespeito ao seu

pai, uma vez que lhe dedicava grande admiração e respeito (Araújo, 1999, p. 14).

No decorrer do livro, o autor se debruça a tratar de informações biográficas de cada um dos descendentes do ramo “Acauan”. Seguindo a proposta da sua produção, era sua intenção reunir a maior quantidade de dados possíveis que pudessem descrever a genealogia desta família. Dentre os ramos familiares que ele apresenta estar dividido por quase todo o Brasil, um deles nos chama atenção: o ramo da Paraíba. Após o autor biografar os sujeitos que compõem esse ramo, ele faz questão de retomar algumas discussões que constroem a memória política de Benedito Acauan.

Dr. Benedito exerceu atividades profissionais que se estenderam a toda região sertaneja, inclusive às zonas limítrofes do Rio Grande do Norte e do Ceará, dedicando-se, igualmente, às lutas políticas, como liberal de boa formação doutrinária [...] (Araújo, 1999, p. 98). Seguindo a lógica de uma narrativa centrada na abordagem dos lugares de poder que Acauan ocupou, Araújo (1999) ainda disserta que:

Logo depois era nomeado Inspetor Geral dos terrenos diamantinos da Bahia, saindo do Rio de Janeiro a 4 de outubro de 1846 em viagem de inspeção de que apresentou circunstanciado relatório, datado de 15 de abril de 1847 e publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de cuja instituição fazia parte como sócio correspondente (p. 98).

Para finalizar o tópico referente aos apanhados genealógicos da família “Acauan”, Araújo faz questão de retomar questões que remetem a pessoa de Benedito Acauan. No trecho, ele descreve da seguinte maneira: “Para concluir a apresentação de atos e fatos pertinentes à família “Acauan”, trazemos à lume a refulgência de dois dos seus: a “célula mater”, Dr. Benedito Marques da Silva Acauan (1); e, seu filho, o Doutor em Medicina Manoel Marques da Silva Acauan (Araújo, 1999, p. 109). Como fato pertinente para a sua produção memorialística, fez a transcrição do diploma de Benedito Acauan para enfatizar a sua formação nas Ciências Jurídicas. Em seguida, agradece a Antônio Elias de Queiroga, que, à época, era desembargador da Paraíba e guardava nas paredes do seu escritório os diplomas dos seus feridos antepassados:

[...] valemô-nos, ainda, de um dos seus antecedentes, que muito colaborou para a realização deste trabalho, o insigne Desembargador Antônio Elias Queiroga, que, num gesto fidalgo, aplaudindo atos dos seus antecessores, guardou com carinho, possivelmente em quadros nas paredes do seu escritório, os diplomas de formatura dos dois acima citados (Araújo, 1999, p. 109).

Aqui, é possível perceber a proximidade do autor com alguns membros descendentes da família de Benedito Acauan, nesse caso, Antônio Queiroga. Por meio de uma narrativa saudosista, o autor enriquece a memória política de Acauan por meio da abordagem de fatos isolados que exaltam o lugar social desse sujeito político.

Nessa lógica, percebemos aqui a articulação de uma memória estritamente política, que liga um sujeito que ocupa espaços de poder a fazenda. A fazenda Nova Acauan, portanto, foi fruto não somente de conflitos políticos de poder, mas de interesses ligados a junção de elites familiares integrantes de uma nova rede política capaz de angariar um lugar de destaque para seus membros. Assim, considerando a visão do autor sobre a figura política de Benedito Acauan, é necessário destacar que:

[...] a memória política só adquire potência quando entra na dimensão do sistema político ou da esfera pública, porque o seu “outro”, o emissor/destinatário de sua mensagem, é sempre o poder. Já não se trata de memórias espontâneas cuja finalidade é a de serem compreendidas e reconhecidas como verdadeiras. O narrar da memória política procura intervir no mundo social, confrontando a realidade jurídica, cultural e política que pretende silenciar a memória ou produzir outras versões do passado (Lifschitz, 2014, p. 149).

Isso significa que todos os dados biográficos referentes ao sujeito político aqui postos, reunidos no livro *Síntese de vidas* (1999), são produtos de uma memória selecionada por um indivíduo que, partindo de um lugar social marcado por relações íntimas de afeto com os descendentes de Benedito Acauan, constrói uma memória política familiar e apologética. Ou seja, detentor do poder de escolha dos fatos que deverão ser lembrados pelos grupos que terão acesso a sua produção, o autor faz uma série de elogios não só a figura de Acauan, mas de dos seus decedentes familiares como forma de demonstrar gratidão por ser descendente desse grupo. A dimensão genealógica se destaca, na medida em que vai compondo vínculos entre gerações. Essa memória acaba ganhando potência não somente entre os seus leitores, mas também entre escritores que, envolvidos com os discursos oficiais e personalistas, acabam renovando em suas produções, adequando novas versões a essa memória política, como a próxima obra que aqui analisaremos.

2.2 REELABORAÇÕES DA MEMÓRIA DE BENEDITO ACAUAN: O LIVRO *RIACHO DA VIDA*

Publicada por Onaldo Rocha de Queiroga, em 2016, o livro *Riacho da vida* se trata de uma produção biográfica, comprometida em contar a história de vida de Antônio Elias de Queiroga, pai do autor. Tendo residido na fazenda Nova Acauan durante a infância e parte da vida adulta, Antônio Queiroga teria se formado na área das Ciências Jurídicas e atuado como advogado na Paraíba. Nesse perspectiva, o livro é dividido em duas partes, em que a primeira se compromete a detalhar as origens desse sujeito, de modo a apresentar a fazenda como um espaço marcado por vivências afetivas e a sua formação em Direito. Já a segunda parte, apresenta suas atuações na advocacia até a chegada da sua magistratura, quando se torna desembargador pelo estado da Paraíba.

No primeiro capítulo da primeira parte do livro, intitulado “Fazenda Nova Acauan”, Onaldo Queiroga busca fazer um apanhado geral da história da fazenda articulada ao seu fundador, Benedito Acauan, destacando como isso levou o estabelecimento de sua família no local. Assim como o livro mencionado no tópico anterior, o autor desta produção estava empenhado em biografar a vida de Benedito Acauan, pois, também na condição de descendente do sujeito aqui pesquisado, a sua pretensão é homenagear o seu pai. Para isso, Acauan é colocado em sua produção como sujeito base de todo o princípio genealógico, fomentando a construção de um memória política centrada nos espaços de poder. Nas primeiras páginas do livro, é possível notar as seguintes colocações:

A fazenda Nova Acauan foi fundada por Benedito Marques da Silva Acauan, o qual nasceu na província da Parahyba, no ano de 1815, com origem fincada a propriedade Acauan, pertencente, à época, à vila de Sousa. Benedito bacharelou-se em Direito pela antiga Faculdade de Direito de Olinda – PE, em 1838. Após receber o cargo de bacharel, exerceu o cargo de inspetor geral dos terrenos diamantinos na Bahia (Queiroga, 2016, p. 24).

Em suas primeiras colocações, é possível perceber a construção de um discurso que associa a imagem de Benedito Acauan aos “grandes cargos”. Como membro integrante de uma elite política e econômica da Paraíba, ele consegue a formação em Direito, considerado, à época, um grande passo para se enveredar na carreira política estadual e nacional. Na história política tradicional é atribuído muito valor às origens. Nesse caso, como fundador da fazenda, Benedito Acauan muito se associa a origem da fazenda, onde e quando tudo começou.

No decorrer da obra, o autor se propõe a descrever alguns aspectos da trajetória política de Benedito Acauan, sendo eles a sua participação na Câmara da Corte Imperial entre os anos de 1842 e 1845, a qual foi dissolvida no primeiro ano de seu funcionamento. “Foi novamente eleito deputado pela Província junto à corte, para a legislatura de 1844 a 1847, sendo reeleito

para o período de 1848 a 1851. Essa legislatura foi dissolvida em 1849’ (Queiroga, 2016, p. 24). Partindo dessas abordagens, está evidente que existem muitas questões políticas de poder a serem problematizadas no recorte temporal estabelecido pelo autor, sobretudo, se considerarmos os registros dos discursos nos Annaes da Corte Imperial.

Partindo da ideia de Lifschitz (2014), segundo a qual a memória política está associada a ações intencionais, é possível notar esse movimento na seleção das narrativas apresentadas por Onaldo Queiroga em *Riacho da Vida*. Ainda nas primeiras páginas da sua produção ele apresenta o seguinte fato:

Celso Mariz, em artigo intitulado *A Paraíba no Império - da evolução político-partidária*, inserido na obra *Paraíba: conquista, patrimônio e povo*, organizada por José Octávio de A. Melo e Gonzaga Rodrigues, traçou alguns comentários sobre a trajetória do Dr. Acauan. Segundo consta em seu texto, ele foi vice-presidente da Província na gestão do presidente Rodrigo Chaves. Ressalta ainda que publicou duas obras: *Relatório dos terrenos diamantinos e Conquista dos inhamuns*. (Queiroga, 2016, p. 24).

Sabe-se que o governo de Rodrigo Chaves na Paraíba foi conturbado, haja vista os conflitos referentes aos rearranjos políticos da época. A nível nacional, Dom Pedro II tinha acabado de chegar ao poder com o golpe da maioria em 1840, logo nomeando um gabinete Liberal, do qual Benedito Acauan fazia parte. No ano seguinte, com a queda do gabinete, o partido Conservador chegou ao poder, representado por Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, o que tornou um grande descontentamento entre os representantes políticos liberais. Sobre a chegada de Rodrigues Chaves à presidência da província, em sua obra, *Apanhados históricos da História da Paraíba* (1980), Celso Mariz frisa que:

Não tardou nesta província o agente do novo gabinete, Pedro Rodrigo Chaves que em 4 de maio recebeu o governo das mãos de Monteiro da França. Esse Rodrigo Chaves, (ao depois barão de Quarain) não foi feliz na Paraíba. A 21 de agosto ia com amigos pela estrada de Santa Rita quando uma emboscada na mata lhe desfecha tiros certos, ferindo-o fortemente. Pedro Chaves imputou o crime aos liberais que desmontara e a quem chamava “facção anarquista”, “partido do cacete”, impotente para uma revolução porém capaz de um assassinio. Em suas falas ao Ministério, não esqueceu Chaves de frisar que os vice-presidentes eram João Coelho Bastos, Joaquim Avundano, Manoel Lobo de Miranda Henriques, Padre Marques Guimarães, Luís Vicente Borges e Benedito Marques de Acauã” (Mariz, p. 146).

Nesse trecho, é possível perceber que grupos descontentes com a nomeação do gabinete formado buscaram depor o recém-presidente da província de forma cruel e que as

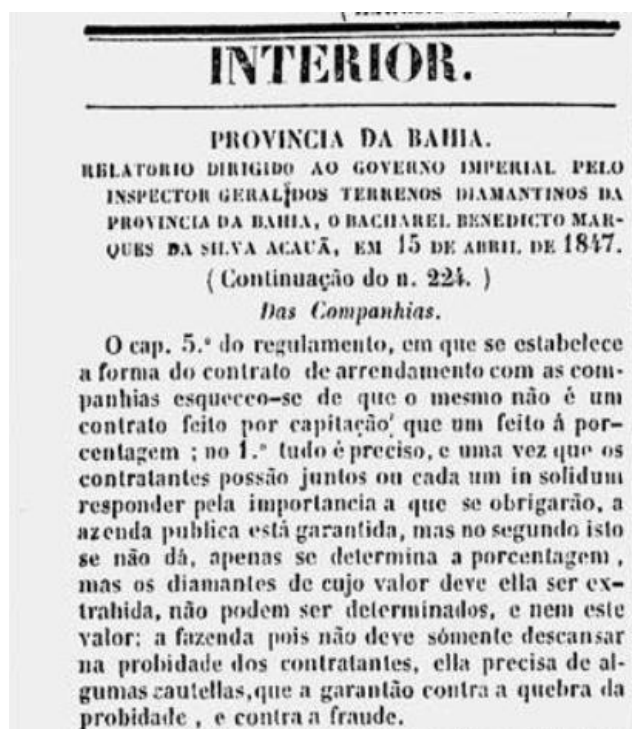
relações políticas de poder não eram estáveis na Paraíba. Além disso, nota-se que outros sujeitos integravam a vice-presidência da província à época, dentre eles, um dos fundadores do partido liberal da Paraíba, o Padre Marques da Silva Guimarães, irmão de Benedito Acauan. Desse maneira, percebe-se a composição de grupos familiares de poder ocupando espaço na política estadual.

Todavia, assim como o autor Queiroga, Celso Mariz também faz algumas colocações de cunho personalista em relação à postura política do sujeito aqui abordado. Refiro-me a um trecho interessado em elencar os nomes que fizeram parte da legislatura da década de 1840, quando Benedito e outros sujeitos chegaram ao poder:

Para a Câmara Geral, legislatura de 1845-1847, são eleitos deputados João Coelho Bastos, Miguel Joaquim Aires do Nascimento, Felizardo Toscano de Brito, Benedito Marques da Silva Acauã e Nicolau Rodrigues dos Santos França e Leite [...] Benedito Acauã, bacharel de 1838, homem de talento, inspetor dos terrenos diamantinos da Bahia, publicou memórias interessantes dessa comissão (1847) e da “Conquista dos Inhamuns” (1853), afamado-se ainda como advogado e orador em nossos sertões (Mariz, 1985, p. 148).

Apesar de que o Dr. Acauã, como é conhecido, ser citado entre outros sujeitos que compunham a legislatura de 1845 - 1847, Mariz faz questão de fazer um adendo sobre as produções de cada um desses sujeitos políticos em seus campos de atuação. Sobre Benedito Acauan, ele enfatiza suas principais obras, sendo o relatório dirigido ao governo imperial, relacionado aos terrenos diamantinos, assunto que também é abordado na obra *Riacho da vida*, e a “*Conquista dos Inhamuns*” (1853). Para complementar suas colocações, ele ainda utiliza o termo “homem de talento” para se referir a sua postura enquanto sujeito político. Assim, é possível perceber a repetição de fatos que, ao tratarem de elogios à postura de um sujeito, edificam uma memória homogênea baseada numa visão memorialística.

Figura 5 - Publicação do *Relatório dos terrenos diamantinos*



Fonte: Hemeroteca Digital Nacional. Jornal “*O mercantil*” (1847)

Conforme o periódico, do jornal “*O mercantil*”, o relatório o qual Queiroga cita no seu livro foi dirigido ao governo imperial pelo inspetor-geral dos terrenos diamantinos da província da Bahia, o bacharel Benedito Marques da Silva Acauan, em 15 de abril de 1847:

Esse relatório foi dividido em duas partes: a primeira ocupou-se da administração, mediação e arrendamento dos terrenos diamantinos bem como das companhias, dos faiscadores e das explorações. Já a segunda parte descreveu os terrenos diamantinos, particularmente aqueles que o Dr. Acauan considerava poderem proporcionar ao Império uma renda considerável (Queiroga, 2016, p. 24-25).

Sobre essa questão da relação entre Benedito Acauan e os terrenos diamantinos, nos vale tratar da dissertação de Maria Cristina Dantas Pina, intitulado *Santa Isabel do Paraguassú: cidade, garimpo e escravidão nas lavras diamantinas, século XIX* (2000), a qual ela analisa a história da formação da Vila de Santa Isabel do Paraguassú, buscando entender a complexidade e diversidade da formação do local confrontando com análises que homogeneizam o “sertão”. Como representante do IHGB e considerando que uma das preocupações da instituição, para além da construção de uma história nacional, eram os limites territoriais, assim como muitos estudiosos que se dedicaram a pesquisar sobre a fauna, flora, relevo e economia do Brasil,

Benedito Acauan também acabou se envolvendo na preocupação de construir relatos oficiais a pedido do governo imperial, nesse caso, o dos terrenos diamantinos na Bahia. Como destaca Pina (2000, p. 29):

Em proporções menores - artigos, capítulos de livros ou revistas - Homens ligados ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia ou ao governo provincial registraram suas memórias, após viajarem pelo interior, e elaborarem relatórios oficiais a pedido do governo. Entre eles, destacam-se Gustavo Adolfo de Meneses, Durval Vieira de Aguiar, Francisco Vicente Viana, Benedicto Marques de Acauã, Orville Derby, Henrique Prager, além de Francisco Ignácio Ferreira, que organizou um Dicionário das Minas no Brasil, no qual destaca a produção de Lavras.

Por esse motivo, ao analisarmos as colocações feitas por Onaldo Queiroga, em seu livro *Riacho da vida*, é possível notar que os cargos políticos são postos como patentes de reconhecimento político-social, o que contribui para que a memória política desse sujeito seja construída tendo como base a dimensão factual. Benedito Acauan é reconhecido como vice-presidente da província. Em um trecho de sua obra, o autor ressalta:

Benedito Marques da Silva Acauan, ou Dr. Acauan, como era conhecido e citado nos anais da Câmara da Corte Imperial, também era correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Como já referido, escreveu relatório dirigido ao Governo Imperial relativo aos terrenos diamantinos, em 15 de abril de 1847, o qual foi publicado pela revista do Instituto Histórico, tomo 9º, nas páginas 227 a 260 (Queiroga, 2016, p. 24).

Além da centralidade posta nos cargos políticos ocupados por Benedito Acauan na província da Paraíba, o autor faz questão de frisar o seu envolvimento na Câmara da Corte Imperial, quando deputado pela província. Ademais, postulado o seu envolvimento político ao nível nacional, Queiroga ainda salienta que ele era um representante do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e autor de relatórios dirigidos ao Governo Imperial, algo que também é possível notar em alguns trechos do livro *Síntese de vidas* (1999). A partir das parecidas citações, deduzimos que Onaldo Queiroga tenha se inspirado no livro de Cícero Araújo para produzir o seu livro *Riacho da vida* (2016), conservando, assim, uma memória factual de Benedito Acauan.

Em uma matéria publicada pelo *Correio Forense*, como parte de um site criado pelo Diretor responsável Ricardo Bezerra, especializado em assuntos jurídicos, incrementado com serviços e informações destinadas à comunidade jurídica, intitulado *O Senhor Acauã e a*

*Independência do Judiciário no Tempo*⁹, o redator se propõe a descrever as falas de Benedito Acauan enquanto representante político da Paraíba nas sessões da Corte Imperial. Como a formação dos envolvidos na instituição do site está ligada a área das Ciências Jurídicas, o redator faz questão de abordar os relatos partindo do seu lugar de fala:

É importante proceder-se o registro de trechos de seus vários discursos proferidos quando Deputado junto ao Congresso Imperial, no período de 1842 a 1849, haja vista sempre demonstrar em seus pronunciamentos, coragem e visão avançada e justa para um homem público do Século XIX.¹⁰

Aqui, Acauan é descrito como um sujeito que, ao discursar acerca dos assuntos públicos na Corte Imperial, demonstrava ter uma visão avançada em relação aos demais sujeitos políticos que integravam o Parlamento brasileiro. Nessa perspectiva, o fato é que também devemos desconfiar dessas narrativas que buscam somente elogiar a postura desses homens de poder, haja vista que, na história política, as dinâmicas são constituídas por relações que implicam a sobreposição de discursos em detrimento a outros, o que gera conflitos políticos de poder.

De acordo com algumas informações do site, ele teria sido desenvolvido com a intenção de contemplar uma comunidade jurídica que o acessava. Porém, prezavam pela simplificação das matérias, visando atingir um maior público, ou seja, aqueles que não estavam adaptados a uma linguagem jurídica. Sobre isso, é importante lembrarmos que, sendo esses grupos responsáveis por publicizarem essas informações, a eles também é dada a responsabilidade sobre os fatos que estão sendo apresentados. Desse modo, estamos diante uma matéria de caráter jurídico-memorialista, a qual engrandece a figura de Benedito Acauan em detrimento a uma fraca opinião pública da época. Conforme afirma Melo, é preciso lembrar que:

Sobre a população vir a questionar a história oficial: Destaca-se, assim, a consideração, por parte de elementos do governo, que repassam a ideia de que, ao *povo*, quase sempre iletrado, foi reservado o papel de observador na seleção daqueles fatos ou *grandes personagens* que devem, ou não, serem homenageados pela historiografia oficial. Entendemos que este procedimento cristaliza uma visão dos heróis que ora estão demarcando a história local através dos monumentos, símbolos, nomes de praças e ruas, publicações, entre outros (Melo, 2015, p. 46).

Sabe-se que a grande parte dos grupos que tiveram acesso a esse site são compostos por sujeitos ligados à área das Ciências Jurídicas. E considerando a prática de alguns advogados

⁹ Publicada no dia 26/02/2004 em um site intitulado Correioforense.com.br - A Justiça do Direito Online: <https://www.correioforense.com.br/colunas/o-senhor-acaua-e-a-independencia-do-judiciario-no-tempo/>

¹⁰ Idem.

que assumiram a função de historiadores oficiais das cidades, associado ao fato que ao público geral foi reservado o papel de observador na construção da história dita oficial, é possível identificar que a matéria referente ao papel jurídico de Benedito Acauan na Corte Imperial brasileira faz parte da construção de uma memória política que preza pelos seus “grandes feitos”. A população, portanto, permanece como meros leitores e observadores dessas matérias, o que culmina da disseminação de uma história factual.

Ao se tratar das relações entre Benedito Acauan e a propriedade Nova Acauan, é possível identificar que Queiroga se embasa nas informações contidas no referido site. Como forma de explicitar as origens do sujeito político, a redação aborda “que o Sr. Acauã em sua trajetória rompeu politicamente com o seu irmão Padre Marques Guimarães, este deputado em várias legislaturas Estaduais”. Com esse rompimento, Benedito Acauan teria deixado a propriedade Acauã, localizada no território que hoje corresponde ao município de Aparecida, e teria se deslocado para terras próximas a São Domingos, que, à época, pertencia a Pombal. Contudo, é possível identificar em ambas as narrativas que não há uma problematização que possibilite ir a fundo nos conflitos políticos de poder que marcaram tal rompimento político entre esses membros. No tocante a *Riacho da vida*:

Dr. Acauan também era advogado de elevado conceito e destacado orador dos sertões da Parahyba. Em sua trajetória, veio a romper politicamente com o seu irmão, padre Guimarães, que fora deputado em várias legislatura estaduais. Em decorrência desse rompimento, Benedito Marques da Silva Acauan deixou a propriedade Acauan e fundou, no povoado de São Domingos, Município de Pombal, a propriedade Nova Acauan. Nesse período, chegou a ser presidente da Assembleia Municipal de Pombal e faleceu quando exercia o cargo de juiz da mesma cidade (Queiroga, 2016, p. 25).

Ao analisarmos essa citação, podemos perceber que não é a pretensão do autor se aprofundar nos conflitos políticos de poder que guiaram esse rompimento entre irmãos. Pelo contrário, a sua proposta é construir um discurso biográfico, enfatizando a relevância jurídica de Benedito Acauan na condição de advogado nos sertões da Paraíba. E isso é perceptível quando ele utiliza o termo “elevado conceito” para se referir a sua atuação no poder judiciário da época. Além disso, Queiroga faz questão de frisar que, em meio ao seu estabelecimento na região de São Domingos, Benedito Acauan teria se tornado presidente da Assembleia Municipal de Pombal, ou seja, embasa um discurso centrado nos cargos de poder como forma de potencializar a relevância política do sujeito.

Para além da abordagem dos cargos e patentes alcançados por Benedito Acauan, no decorrer da narrativa, Queiroga articula a sua participação nas sessões da Corte Imperial.

Dentre os discursos que ele apresenta em sua obra, a opinião do “Dr. Acauan” no que compete ao tema da “Independência do Judiciário” se mostra como um dos “acontecimentos mais importantes” de sua trajetória política:

Em meados de 1841, como deputado da Província da Parahyba, ao discursar no Congresso Imperial, pontificou: “[...] não sei se temos juízes, permita a Câmara que o diga, porque vejo por um lado juízes dependentes do governo e, por outro lado, juízes dependentes daqueles mesmos a quem administram a justiça. Não sei se existem juízes no País.” (Queiroga, 2016, p. 25).

Antes de se aprofundar na temática, Queiroga faz questão de mostrar ao leitor que, Benedito Acauan era um homem crítico daquele tempo. Naquele contexto, o Poder Judiciário não tinha autonomia sobre algumas decisões políticas, o que fazia com que juízes fossem corrompidos pelos grupos de poder. Nesse sentido, partindo do pressuposto de que, a memória que temos acesso é fruto da escolha de grupos que detêm o poder sobre elas, cabe analisar como isso se procede na visão do autor, pois ele se dedica a, no decorrer da obra, abordar algumas falas de Benedito, como forma de ressaltar a sua “reconhecível” postura enquanto sujeito político.

Ao discutir essa temática no decorrer do livro, Queiroga vai apresentando o posicionamento de Benedito Acauan na Câmara da Corte Imperial no que se refere as suas críticas ao cenário judicial. E se embasando na afirmativa de que, para Benedito, não existiam Juízes de punho firme no país e se mostrando favorável ao posicionamento desse sujeito, o autor afirma que:

É de se imaginar que o Dr. Acauan, à época, tenha vislumbrado que, dentro da política e da administração interna do Poder Judiciário, havia alguém no comando desse Poder que, de forma inescrupulosa e descompromissada com os deveres e objetivos do Judiciário, usava manto de autoridade maior para fazer gerências indevidas e inaceitáveis, tanto no campo administrativo como na órbita judicial. (Queiroga, 2016, p. 25).

Aqui, é possível notar que ele potencializa a opinião de Benedito Acauan, desenvolvendo a visão de que, como deputado representante da província da Paraíba, se mostra como um homem corajoso por enfrentar uma realidade que poucos políticos teriam coragem de denunciar. Isso nos permite visualizar como as memórias políticas de alguns sujeitos são produzidas, considerando que, ao selecionarmos os fatos que devem ou não serem registrados e lembrados, estamos permitindo que outros acontecimentos não sejam vislumbrados com a mesma potência. Portanto, deve-se considerar que, em meio a tantos

discursos proferidos por Benedito Acauan como um representante político paraibano, a abordagem dessa temática e de sua opinião compõem uma seleção que visa instituir uma memória política.

Para firmar a sua opinião crítica em torno de todo esse cenário, Queiroga apresenta um discurso encontrado nos *Annaes do Parlamento Brasileiro*, onde Benedito Acauan afirma que: “O Poder Judiciário tem a missão também de equilibrar os outros poderes políticos, eu quero, pois, juízes que, quando algum governo queira perseguir a um cidadão, façam justiça ao inocente perseguido; eu não quero juízes que estejam à discrição do governo [...]”. Ou seja, ele está contestando a submissão dos juízes às autoridades e vontades governamentais.

Ainda como forma de mostrar a criticidade e competência de Benedito Acauan na condição de Deputado representante da província da Paraíba, Queiroga apresenta outra temática em seu livro. Dessa vez, associada a lei de 03 de dezembro de 1841, a qual teria criado os cargos de delegado e subdelegado, atribuindo-lhes poderes para agirem como se fossem juízes (Queiroga, 2016). Nessa lógica, em um discurso feito por Benedito Acauan, ele teria provado a inconstitucionalidade dessa lei, pois afrontava a perpetuidade e a inamovibilidade, as quais teriam sido garantidas na Constituição de 1824. Para complementar a sua visão, ele ainda ressaltou que:

O Doutor Acauan denunciou uma realidade inconcebível, porém, verdadeira, à época. Naquele tempo, alguns subdelegados e delegados agiam quase sempre à margem da lei, buscando alcançar interesses próprios e de políticos. Muitas vezes, praticavam torturas para fins de conseguir confissões. E mesmo quando não logravam êxito nas confissões pretendidas, chegavam ao extremo de crucificar cidadãos (Queiroga; 2016, p. 27).

Aqui, o autor buscou construir uma imagem “admirável” da figura política de Bendito Acauan, a qual ele denuncia uma realidade que aos seus olhos era inconcebível. Ele se referiu aos delegados e subdelegados que agiam à margem da lei buscando angariar recursos políticos a seus interesses. Como percebemos no capítulo anterior, Acauan também era um sujeito passível de pretensões políticas. Desse modo, foi possível notar uma gama de narrativas, capazes de construir um discurso homogêneo, os quais centralizam a postura política de Benedito Acauan com base nos seus “grandes feitos” e lugares de poder.

2.3 “FIGURA DE DESTACADO PRESTÍGIO POLÍTICO”: O LIVRO *O VELHO ARRAIAL DE PIRANHAS*

O velho arraial de Piranhas (2004), sob a autoria do historiador pombalense Wilson Nóbrega Seixas, nos traz muitos aspectos a serem analisados. Começamos pelo lugar social do autor. Natural do município de Pombal, Seixas foi um sujeito que, diferente da maioria das pessoas da sua época, teve acesso à educação, chegando a estudar em “renomados” colégios, como o Liceu Paraibano, por exemplo. Após formado em Odontologia, se descobriu como pesquisador e enveredou a carreira de pesquisador, chegando a ingressar no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano em 1965, tendo ocupado cargos na Diretoria. Conforme apresenta Margarida Maria dos Santos Dias em seus estudos no livro *Intrépida Ab Origine: o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local - 1905/1930* (1996), o IHGP foi criado para a formulação de uma história paraibana que mostrasse a grandeza desse Estado.

Os fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, em linhas gerais, tinham grandes semelhanças com os fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Também tinham, como atividade principal, cargos públicos e/ou burocráticos. Tinham formação idêntica, construída, principalmente, nos bancos escolares do Liceu Paraibano e/ou Faculdade de Direito de Recife (Dias, 1996, p. 35-36).

É notável, então, que Seixas se encaixa no perfil aqui tratado pela autora, o que configura e justifica a sua postura como construtor de uma narrativa que, de acordo com o pensamento da época, era de reconhecível cunho memorialístico. “Esses associados iniciaram um trabalho de preservação da memória que não tinha parâmetros no Estado, imersos numa concepção de que a eles caberia o trabalho de catalogação das fontes e reconstituição do processo histórico [...]” (Dias, 1996, p. 40). A partir dessa colocação, vale ressaltar que Seixas não foi um dos fundadores do IHGP, mas que construía um modelo de história tradicional. Sendo assim, se buscava construir uma história que pudesse remeter as origens do país ou do Estado, embasada por uma identidade ainda ligada a ideia de progresso:

A leitura da história empreendida pelo IHGB está, assim, marcada por um duplo projeto: dar conta de uma gênese da Nação brasileira, inserindo-a, contudo numa tradição de civilização e progresso, idéias tão caras ao iluminismo. A Nação, cujo retrato o instituto se propõe traçar, deve, portanto surgir como o desdobramento, nos trópicos, de uma civilização branca e européia (Guimarães, 1988, p. 08).

A soberania do princípio nacional enquanto definidora de uma identidade social é muito marcante os pensadores dessa instituição. Nesse sentido, definido o lugar social de Wilson Seixas, agora identificamos que apesar de seu livro se enquadrar como uma escrita

historiográfica tradicional, baseada numa história oficial, sob a perspectiva de discursos personalistas que engrandecem as figuras políticas, definidora de “grandes marcos” que fizeram parte da história da cidade, é também uma produção que nos serve de base para a problematização das questões até aqui apontadas. Devido ao seu grande esforço em homenagear no livro *O velho arraial de Piranhas* (2004), a cidade que, no ano de 1962, estaria completando 100 anos de elevação a tal categoria, ele reuniu um leque de fonte históricas.

Esta produção é dividida em trinta e quatro (34) capítulos, os quais buscam abordar aspectos relacionados à história política, econômica, social e cultural da cidade de Pombal, considerando os seus primórdios até os dias mais recentes. Basicamente, a intenção do autor foi reunir o máximo de fontes possíveis para produzir uma história que abarcasse todos os fatos históricos da cidade. Desse modo, como aborda Celso Mariz, produtor do prefácio da referida produção, “O livro é um hino de afeto e dedicação às raízes, à história, à paisagem, à vila de Pombal [...] (p. 117).

Sob a ótica desses discursos, será possível perceber a construção de uma memória política de Benedito Acauan que, ao se deslocar para o município de Pombal, devido ao seu rompimento político com o Partido Liberal, ele teria se estabelecido neste município se associando ao Partido Conservador. Nesse viés, de maneira mais precisa, nos interessa a análise do capítulo XXVI, intitulado “A assembleia na monarquia, nossos primeiros representantes no legislativo estadual e a criação da cidade”. Após fazer um apanhado geral de todos os processos históricos da cidade de Pombal, Seixas adentra no período monárquico. Nesse tópico, a sua intenção é abordar as questões políticas que permeavam sobre o país na época, sobretudo na Paraíba, representada por sujeitos que compunham a assembleia legislativa.

A partir do título do capítulo, é possível perceber a intenção do autor em associar os fatos políticos à história oficial da cidade como forma de firmar a relevância do local como parte integrante da política nacional. Após tratar sobre o espírito político da província da Paraíba, Seixa concentra sua narrativa no município, destacando como fato relevante a elevação do local à categoria de cidade: “No entanto, foi o Dr. Augusto Carlos de Almeida e Albuquerque quem apresentou o projeto que elevou Pombal a categoria de cidade. O projeto de lei, foi apresentado à Assembléia Legislativa que teve sua primeira leitura na sessão de 20 de junho” (Seixas, 2004, p. 297). Elevada à categoria de cidade, o autor faz questão de citar que as Câmaras municipais eram redutos dos “filhos da terra”, o que permitiu que ele pudesse elencar alguns nomes de sujeitos que constituíram a presidência da cidade, dentre eles, Benedito Acauan:

Ao despontar do ano de 1869, e entregue já o município aos labores pacíficos, assume a Presidência da Câmara o Dr. Benedito Marques da Silva Acauã. Figura de destacado prestígio político não somente neste como também no município de Sousa, de onde veio. Era filho do antigo liberal de igual nome [Benedito Marques da Silva], que foi presidente da Província, deputado geral e advogado brilhante (Seixas, 2004, p. 301).

Como já foi abordado a partir das obras anteriores, Benedito Acauan teria se deslocado da região de Sousa–Paraíba, onde residia na fazenda Acauã, para a região de Pombal, devido a um rompimento político com o seu irmão, um dos fundadores do Partido Liberal da Paraíba, o Padre Marques Guimarães. Com isso, ele teria se associada ao Partido Conservador, de grande força em territórios pombalenses. Devido ao prestígio que ele tinha nos sertões da Paraíba, reflexo das suas origens enquanto sujeito descendente de uma elite política familiar que ditou os rumos políticos durante boa parte do século XVIII, conseguiu se articular a política local da cidade de Pombal sem muita resistência. Na citação, é possível perceber a intenção do autor em destacar a atuação política de Acauan enquanto representante da Câmara Municipal, de forma memorialística, utilizando o termo “figura de destacado prestígio” e “advogado brilhante”.

Observe-se que, ao nível nacional, havia muitas disputas entre os partidos políticos liberal e conservador¹¹ na busca por representatividade na Corte Imperial. Esses conflitos políticos refletiam também localmente. Em Pombal, por exemplo, ocorreram lutas diretas entre membros desses partidos na busca por uma posição de destaque na Câmara Municipal na década de 1870. Nesse cenário, o autor menciona a participação de Benedito Acauan como um dos principais expoentes na luta contra os liberais que buscavam tomar o poder de seus apoiadores:

Domiciliou-se o Dr. Benedito em Pombal, que o elegeu deputado estadual no período 1870/1871. Aqui fez política com os conservadores, ao lado do comandante João Dantas de Oliveira. Certa vez, teve que lutar contra o processo que se adotava, então, no tocante às eleições municipais para Vereadores e Juízes de Paz. Chegavam aqui, em 7 de setembro de 1864, a mandado de Dr. Paulo Silva, forças de polícia estadual, sob o comando de Francisco de Oliveira Melo, delegado de Piancó, com a finalidade de perturbar as eleições municipais, para cuja vitória o partido situacionista lançava a mão de todos os meios possíveis, a fim de conseguir o domínio liberal em nosso município (Seixas, 2004, p. 301).

¹¹ Conforme André Espínola (2017), em seu trabalho *A alternância de poder e os presidentes da Província da Parahyba do Norte entre 1840-1853*, em 1840 começaram a ser redesenhadas as principais instituições políticas do Império. Em meio a transformações econômicas e políticas, a estabilidade foi alcançada mediante um sistema político e eleitoral no qual se alternavam no poder as facções de dois partidos políticos nacionais, o partido liberal e o partido conservador, que tratavam suas disputas sob o olhar moderador do Imperador Dom Pedro II, que poderia fazer-se de seus poderes para resolver questões que os partidos não se mostrassem capazes de resolver (p. 11).

Interessados em tomar o poder dos conservadores, os liberais causaram terror na cidade, chegando a tomar uma das urnas, as quais estariam sendo usadas para o período eleitoral e levá-la para longe dos olhos do público que se preparava para exercer a sua cidadania. Além disso, conforme o autor, ainda nas vésperas das eleições, soldados da polícia local, assegurados de seus armamentos, teriam desfilado pelas ruas da cidade na intenção de causar terror entre os cidadãos. Percebendo toda essa articulação grupal, os conservadores

[...] representados por João Dantas de Oliveira, Cândido José de Assis, Vicente José da Costa, Francisco José da Rocha Formiga, decidiram, por intermédio do Dr. Benedito, fazer uma representação ao Juiz de Direito da Comarca, protestando contra as violências, abusos e irregularidades cometidas no recinto da Igreja e durante o pleito eleitoral para a escolha de Vereadores e Juízes de Paz da cidade de Pombal (Seixas, 2004, p.302).

Como autoridade representante da cidade de Pombal, Benedito é posto como mediador do conflito que acabara de se estabelecer na região. É possível notar então a pretensão do autor em relatar a postura pública e política dos sujeitos que integraram a Câmara Municipal. Esses sujeitos, seriam, então, parte de uma história oficial da cidade de Pombal, biografados como pessoas ilustres, merecedoras do respeito dos que pudessem ter acesso a esta produção. Para consolidar a memória política de Benedito Acauan, esta que, embasada em “grandes feitos”, o autor finaliza as suas colocações inserindo-o um lugar de pertença: O Dr. Benedito, político muito influente e proprietário de “Nova Acauã”, em S. Domingos, deste termo, era casado com D. Jovina da Silva Acauã, filha do major Quinca (Seixas, 2004, p. 302).

Assim sendo, considerando todas as produções analisadas até aqui, percebemos que, engajados em biografar a vida pública e política de seus parentes, os primeiros autores acabaram construindo uma narrativa factual, guiada pela produção de uma história oficial que articula a imagem de Benedito Acauan a um espaço, nesse caso, a fazenda Nova Acauan. Apesar do seu engajamento na política local e nacional, tanto Araújo quanto Queiroga produziram discursos centrados nos seus “grandes feitos”, ou seja, na abordagem de fatos que induzem os leitores a visualizar Benedito Acauan de forma apologética.

Se tratando do campo político, destacamos que existem grupos que ocupam posições-chave na sociedade e conseqüentemente detêm um poder político que, em conflito com outros grupos, conduzem a integração dos espaços políticos. Nesse sentido, volto a afirmar que a pretensão desse trabalho não é descredibilizar as narrativas construídas em torno das memórias familiares apresentadas por ambos os autores, mas criticar a postura tradicionalista de abordar a imagem do sujeito aqui estudado, tendo em vista a história centrada nos “grandes feitos”,

superada no século passado. Assim, partindo do princípio de que analisamos livros que apresentam uma história política tradicional, destacamos que esta etapa do trabalho focou na análise historiográfica de produções as quais apresentam um perfil semelhante aos do IHGP, nos permitindo as respectivas problematizações.

CAPÍTULO III

UM ESTUDO DE ORALIDADE: AS REPRODUÇÕES DA MEMÓRIA POLÍTICA DE BENEDITO ACAUAN NA MEMÓRIA HISTÓRICA DOS SÃO DOMINGUENSES

O presente capítulo busca problematizar, a partir do uso da metodologia de pesquisa baseada na História Oral (Portelli, 1997), e considerando o conceito de lugar social (Certeau, 1982), como a memória política construída em torno da figura de Benedito Acauan (1815-1873) se apresenta na memória social dos são dominguenses. A abordagem metodológica usada será então útil para podermos notar como as narrativas podem ou não evocar uma memória social capaz de homogeneizar a sua figura em detrimento a outros grupos que compuseram a memória social do local. Assim, sob a perspectiva do trabalho com a História Local, é importante ressaltar que:

Quando se trata do campo da memória histórica, a abordagem local busca diretamente a relação com fatos e elementos que ajudem a resolver os problemas efetivos da comunidade em estudo, sendo encarada como um instrumento de transformação social e de protagonismo, trazendo significado ao ato de conhecer e construir a história, possibilitando apreender-se que o Estado não é uma entidade que se coloca acima do cidadão, mas que é por ele construído (Melo, 2015, p. 46-47).

Os entrevistados, portanto, não serão meros suportes na construção dessa análise histórica, mas reveladores de uma realidade que necessita ser problematizada, pois, seguindo a lógica desse protagonismo social, eles são sujeitos históricos ativos. Desse modo, torna-se necessário ter em mente que isso significa lembrar que estamos falando não com “fontes” – nem estamos por elas sendo ajudados – mas com pessoas (Portelli, 1997, p. 17).

Ainda conforme Portelli (1997), diferente das fontes escritas, as fontes orais apresentam uma característica particular, que é revelar a intensidade dos discursos a partir da entonação da voz do entrevistado. Sob esta ótica, é preciso lembrar sobre a descrença que há sobre essa metodologia de pesquisa por parte de alguns estudiosos, que desconfiam de sua veracidade e legitimidade. Ao contrário do que se pensa, a oralidade tem sido considerada uma importante fonte em nossos estudos, porque é um instrumento de criação e de construção de memória social, como produção de consciências e formulação de referências identitárias (Domingues e Carrozza, 2013, p. 147). Com isso, é possível perceber que, a História Oral valoriza grupos os quais não teriam a oportunidade de se inserirem como determinantes na construção histórica a

partir da escrita. Do ponto de vista trabalhado pela História Local, consoante a História Oral como metodologia de pesquisa, Melo (2015, p, 47) aponta que essa prática

[...] tem-se voltado e considerado as especificidades e particularidades dentro de uma metodologia de pesquisa que considera aspectos da micro-história e da história da vida cotidiana, privilegiando novos objetos e sujeitos, revisitando memórias, envolvendo variados espaços e territórios, dentro, ainda, de temporalidades diversas, na perspectiva da compreensão das relações sociais que são geradas nesses espaços.

Nesse sentido, ao percebermos que os sujeitos que dominam a escrita estão ligados aos espaços de poder, fica fácil identificar porque alguns discursos se sobrepõem a outros. Por esse motivo, é possível deduzir que as “fontes orais de classes não hegemônicas são ligadas a tradição da narrativa popular. Nesta tradição as distinções entre gêneros de narrativa são percebidos diferentemente da tradição escrita das classes educadas” (Portelli, 1997, p. 30). Por isso, partindo da ideia de que esses discursos se apresentam com tonalidades e gêneros narrativos distintos, aqui, notamos como se essa sobreposição se constrói. Ou seja, apresenta-se uma perspectiva homogeneizante, que distancia a história do homem concreto, excluindo, assim, a ação histórica de vários segmentos sociais com suas experiências (Melo, 2015, p. 48).

Nessa perspectiva, ao partirmos de sujeitos que irão tratar da fazenda Nova Acauan para podermos perceber como a memória de Benedito Acauan se apresenta na memória social dos sãodominguenses, reafirmamos que, este espaço, é marcado pelas suas ações ao longo do tempo e, por isso, há de se deduzir que estamos perdurando a ligação desse sujeito com o local. Por isso, vale lembrar que a nossa intenção não é desvincular a memória desse sujeito da fazenda, haja vista que, como fundador do local, é previsível que Acauan seja associado à memória em torno da fazenda. Mas o que realmente importante é não ser a memória apenas um depositário passivo de fatos, mas também um processo ativo de criação de significações (Portelli, 1977, p. 33).

Visto isso, considerando que a proposta aqui é problematizar a sua memória social, isso não significa que a fazenda se reduza a este sujeito, tendo em vista que também partiremos de abordagens que descentralizam a sua figura de cena, dando espaço para outros grupos que marcaram a historicidade do local. Sob essa ótica, é importante refletir que:

Ao pensarmos em estudar os discursos e as memórias, utilizamos a história oral, que é uma construção de diferentes tempos da memória, para valorizar as múltiplas experiências contidas nas diferentes formas de se fazer, refletidas pela cultura oral que é uma vivência, um estar no mundo, o modo de vida dos sujeitos sociais (Domingues e Carrozza, 2013, p. 146).

Por isso, a proposta é analisar a memória histórica deste sujeito em meio aos relatos que integram as lembranças em torno da fazenda Nova Acauan. Nesse sentido, a escolha dos entrevistados se baseou na ideia de que cada um poderia abordar a fazenda de modos distintos, o que justifica a opção por sujeitos de diferentes idades, profissões e lugares de fala. A logística das entrevistas foi interrogar os sujeitos, buscando extrair a ideia que eles tinham sobre a fazenda, esperando que, em algum momento, eles pudessem mencionar a figura do sujeito aqui estudado para que pudéssemos perceber como a sua memória se encontra “resguardada”.

Apesar de reveladora de uma rica historicidade, a fazenda ainda não é conhecida para além dos sites e biografias, que pouco se aprofundam sobre os aspectos que integram a importância histórica e cultural do local. Isso justifica também a pretensão em construir o documentário intitulado “*O que as paredes não falam*”, pois, como o próprio título afirma de forma implícita, a fazenda Nova Acauan é um espaço representativo de diferentes grupos, rica em historicidade e, como veremos no decorrer do trabalho, muitos munícipes não apresentam conhecimentos sobre o local. A proposta no curta-metragem é, portanto, trazer as duas faces da história: como as narrativas oficiais apresentam a propriedade e como é possível enxergá-la para além delas. Na maioria dos relatos, iremos perceber que poucas informações se sabem sobre a fazenda e Benedito Acauan. Porém, o pouco narrado se mostra compatível com os discursos oficiais construídos pelos grupos hegemônicos, baseado em fatos políticos isolados. Este capítulo, portanto, dialoga com o documentário mencionado, de modo que ambos foram construídos em conjunto e sob as mesmas perspectivas metodológicas.

Visto isso, como afirma Portelli, é de se considerar que as “entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas” (Portelli, 1997, p. 31). Ou seja, em alguns casos, devido à sobreposição dos discursos ditos oficiais e da “legitimidade” que eles carregam sobre a opinião das classes não hegemônicas, muitos relatos deixam de ser ouvidos. Por isso, faz-se necessário dar espaço para que os grupos que não estão no lugar de poder possam ser peças-chave na produção do conhecimento histórico.

Sendo assim, considerando a fazenda como ponto de partida das memórias que aqui serão abordadas e problematizadas, apresentamos como esse espaço, de fato, se constituiu no território de São Domingos e, a partir disso, perceberemos como os discursos se mostram entre os sujeito que direta ou indiretamente apresentaram relações com a propriedade.

3.1 DE ONDE PARTEM AS MEMÓRIAS: A CONSTRUÇÃO DA FAZENDA NOVA ACAUAN

De acordo com o livro *Riacho da vida* (2016) de Onaldo Queiroga, Benedito Marques da Silva Acauan nasceu em 1815, na fazenda Acauã. Descendia, pelo ramo materno, do Capitão-mor José Gomes de Sá, de quem era trineto. Era seu pai o português Luiz Antônio Marques da Silva Guimarães. Por ser descendente de uma elite político-econômica, Benedito Acauan teve condições de estudar, algo que não era acessível para todos os grupos sociais da época, e se tornar advogado, político e orador nos sertões da Paraíba.

Vale lembrar que estamos nos referindo ao período monárquico, contexto no qual a ideia de nação brasileira estava em construção. Neste caso, às primeiras décadas pós-independência, quando Dom Pedro I abdicou do trono e abandonou o território brasileiro devido às insatisfações das elites políticas locais. À vista disso, estando o Brasil sob domínio de uma regência com caráter provisório, composta por grupos locais de poder, é possível perceber um conjunto de insatisfações com a política regencial brasileira. Refiro-me às rebeliões que ocorreram durante o Período Regencial (1831-1840).

Antes de se desprender politicamente de Portugal, não existia um sentimento de nacionalidade e patriotismo no Brasil e isso só passou a surgir após os primeiros anos de independência entre poucos grupos. Nessa perspectiva, é possível perceber que um dos agravadores dessa questão foi justamente a desordem política que vinha se estendendo no país naquelas décadas. A ausência de um poder central autenticamente brasileiro não colaborou para que os grupos em conflito pudessem despertar o sentimento de nacionalidade.

Em contrapartida, outros grupos manifestaram esperanças por melhorias na política brasileira e, neste caso, destacamos um caso localmente revelador desse contexto. Por apresentar laços consanguíneos com Portugal, Benedito Acauan sentiu a necessidade de reafirmar a sua nacionalidade, apesar de ter nascido em território brasileiro. De acordo com Cícero Araújo (1999), ao invés de Acauan, Benedito carregava o sobrenome Guimarães, este que advinha do seu pai, o qual tinha nacionalidade portuguesa. Assim, nutrido pelo sentimento de brasilidade, modificou o seu sobrenome:

[...] a atitude patriótica do Dr. Benedito (1) ao nacionalizar o seu sobrenome (chamava-se Guimarães e passou a se chamar Acauan - conhecido pássaro nos sertões nordestinos), não podia portar nenhuma intenção de desrespeito a seu pai, uma vez que lhe dedicava grande admiração e respeito; (Vasconcelos, 1999, p. 14).

Como é possível notar, ele pretendia firmar suas raízes no Brasil, de modo que seus descendentes também pudessem desfrutar deste princípio nacionalista, carregando o seu sobrenome, representativo de uma simbologia local. Desse modo, ao se tornar fazendeiro na região que hoje corresponde ao município de São Domingos, Benedito Acauan nomeia sua fazenda com o seu sobrenome. Desta vez, não mais para realçar o sentimento de brasilidade, mas para homenagear o seu tio-avô (Padre Luiz José, um dos chefes da Revolução de 1817 na Paraíba).

Na época em que Benedito Acauan fundou sua fazenda, o território que hoje corresponde ao município de São Domingos era dividido por datações: método de divisão de terras que considerava os aspectos geográficos. Ou seja, partindo de um contexto onde ainda não havia cercas de madeira ou arame para a divisão territorial, os proprietários limitavam suas posses a partir de marcações como morros, leitos de rios e riachos. As datas que correspondem ao atual território de São Domingos eram: data Formiga, data Navio, data Açú, data São Lourenço e a data Nova Acauan.

Cada datação era composta por um casarão onde o seu proprietário era responsável por conduzir a dinâmica dos serviços locais e, dentre essas propriedades, apenas uma conseguiu melhor resistir ao tempo, seja pelo predomínio de elites políticas locais, seja pela qualidade da estrutura arquitetônica: a fazenda Nova Acauan.

Nesse cenário, a fazenda se mostra como um caso à parte no sertão da Paraíba, haja vista que ela se diferencia arquitetonicamente de quase todas as propriedades que correspondem ao mesmo período. Normalmente, os casarões apresentam alpendres com uma farta arborização ao seu redor, o que não é possível enxergar na imagem abaixo devido às modificações que a paisagem sofreu com as ações do homem no tempo.

Figura 6 - Fazenda Nova Acauan após a reforma em 2015



Fonte: Instagram: @fazendasantigas

Em relação à estrutura da propriedade, existe uma explicação que pode justificar as características arquitetônicas. Como foi visto no capítulo anterior, antes de migrar para a região que hoje corresponde ao município de São Domingos e construir a propriedade, Benedito Acauan fez uma passagem pelos sertões da província do Ceará, como escritor e advogado. A região é conhecida como os sertões de Inhamuns, onde algumas fazendas locais se caracterizavam pelo telhado de 4 águas, abertura de janelas com portas ao meio e formação quadricular do edifício (Diniz, 2013).

Para dar seguimento a uma discussão histórico-arquitetônica dessas fazendas de gado no sertão da Paraíba, cabe aqui destacar o trabalho de Nathália Maria Montenegro Diniz (2013). A sua produção, intitulada *Um sertão entre tantos outros: fazendas de gado das Ribeiras do Norte*, busca discutir arquitetura rural vinculada à “indústria do criatório” nos *Sertões do Norte*, a partir da catalogação de fazendas, buscando identificar as diferenças e semelhanças entre elas, inaugurando uma nova maneira de trabalhar a arquitetura rural e desconstruindo a ideia homogênea que se tem de um “sertão nordestino”.

Nesse caso, no que concerne à composição dessas propriedades, é possível perceber que, “a partir de meados do século XIX, as casas-sede passaram a ser edificadas com material construtivo mais duradouro (o tijolo cozido), sendo maiores e mais resistentes ao tempo (Diniz, 2013, p. 36), algo que é possível perceber na fazenda Nova Acauan, em São Domingos, a partir de suas paredes espessas com duas colunas de tijolos no segmento das paredes.

A nossa hipótese é de que Benedito tenha se inspirado nas estruturas arquitetônicas da região de Inhamuns para construir sua fazenda em São Domingos. Dentre as fazendas dessa região, temos o registro da fazenda Monte Carmo (Figura 05), no Ceará. A utilizamos como parâmetro de comparação devido ao fato de se assemelhar nas características com a fazenda Nova Acauan. Monte Carmo, uma propriedade com grandes proporções, a mais bem acabada do Sertão dos Inhamuns, construída em 1802 e pertenceu à filha do Visconde de Icó, D. Vitória Fernandes Vieira (Diniz, 2013). Como é possível observar em ambas as figuras, a propriedade se assemelha a fazenda Nova Acauan em alguns aspectos como planta retangular, frente menor que a profundidade e cobertura de quatro águas.

Figura 7 - Casa da Fazenda Monte Carmo



Fonte: Foto de João José Rescala/ Fotografia de 1940. IPHAN/CE.

Do ponto de vista geográfico, é possível ver que a fazenda Nova Acauan foi construída em uma elevação territorial. A escolha por construir fazendas em lugares elevados possibilitava que o fazendeiro tivesse um maior controle do que estava à sua vista. Além disso, era estratégico se estabelecer em proximidade com riachos e arroios perenes, onde mais tarde poderiam ser construídos açudes que iriam abastecer a propriedade durante períodos de estiagem:

As casas sedes de fazendas de gado só vieram a ser erguidas quando as famílias estabeleceram-se nesses sertões, no século XVIII e com mais vigor no século XIX. Nesses dois séculos, predominou a dificuldade de comunicação entre as fazendas e os núcleos urbanos, favorecendo o caráter de subsistência das propriedades (Diniz, 2013, p. 151-152).

Em Nova Acauan, podemos perceber esse caráter estratégico a partir de sua construção próxima ao riacho do Mineiro, que nasce em uma serra localizada no sítio Timbaúba, na fazenda Várzea Comprida. A partir desse riacho foi construído o açude que hoje carrega o mesmo nome da fazenda e que por muito tempo serviu para a pesca e agricultura local. Assim sendo, a fazenda Nova Acauan é resultado de todo esse processo histórico de ocupação dos sertões, marcados pelo estabelecimento de elites políticas que vão conduzir a economia local. É justamente a partir desses espaços que vão surgir as figuras políticas de poder, os quais vão ditar a política provincial, na condição de deputados, senadores, vice-presidente e presidentes de província.

3.2 AS REPRODUÇÕES DA MEMÓRIA POLÍTICA DE BENEDITO ACAUAN NO DISCURSO DOS SÃODOMINGUENSES

Diferente da fazenda Acauã, referente ao município de Aparecida¹², na Paraíba, a fazenda Nova Acauan ainda não é tombada como patrimônio pelos órgãos governamentais, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN) ou Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP), bem como é muito pouco reconhecida entre os munícipes de São Domingos, como parte de sua identidade. Para provar isso, basta-nos analisar como a propriedade é abordada a partir dos discursos oficiais acerca da história da cidade:

Quanto ao turismo, destaca-se locais de interesse histórico; o casarão de Nova Acauã com 21 janelas e nove portas, na qual viveram durante a infância, o Desembargador Dr. Antônio Elias de Queiroga e seu irmão, o renomado médico Dr Avelino Elias de Queiroga, ex-prefeito de Pombal e ex-deputado estadual.¹³

Conforme o discurso produzido, é possível perceber a associação do espaço a figuras políticas de poder. Apesar de que tais sujeitos estarem inclusos nas memórias que integram esse espaço, nota-se a insistência pela abordagem factual, que prioriza a figura dos grandes homens, não permitindo que outros sujeitos periféricos se revelem na história local. Posto isso, percebendo a comunidade como portadora de conhecimentos ligados a sua realidade, resolvemos abordar alguns são dominguenses para tratar da fazenda e perceber quais memória integram o seu imaginário.

Sobre esses momentos de entrevistas, vale ressaltar que se confirmou a necessidade de fazer da conversa um diálogo solto, com perguntas abertas, as quais pudessem fazer com que o entrevistando ficasse à vontade. Tudo isso, considerando a construção do processo de gravação e as adversidades enfrentadas no que concerne a articulação das falas e dos ambientes. Além disso, a ordem das entrevistas foi feita conforme o processo de gravação do documentário, ou seja, por ordem de chegada ao local de entrevista e disponibilidade de cada sujeito. Desse modo, para subsidiar esta fase do trabalho, é importante lembrar que:

¹²(Araújo, 2015).

¹³ Informação extraída de uma fonte histórica intitulada *aspectos históricos e geográficos de são domingos*, de autoria desconhecida.

Essa participação direta dos sujeitos históricos na elaboração do conhecimento promove a valorização da memória como um campo facilitador do resgate da identidade daqueles segmentos silenciados pela historiografia oficial e dos próprios atores sociais no cotidiano, levando-os não só à sua nova inserção na sociedade, mas à consolidação das identidades individuais e coletivas e a consequente ação na sociedade, necessárias no presente (Melo, 2015, p. 75).

Apesar de nossa intenção ser perceber como a memória social de Benedito Acauan se faz presente entre alguns são Domingenses, isso não nos impede de considerar aspectos não relacionados a ele como convenientes para este trabalho, haja vista que a sua não menção também constitui um tipo de memória. Nessa lógica, a primeira entrevistada se chama Valdicleide Queiroga, de quarenta e seis anos¹⁴. Formada em Pedagogia e uma distante descendente dos atuais proprietários da fazenda Nova Acauan, é mais conhecida como Cleidinha. Durante a conversa, a interoguei sobre o que ela sabia sobre a fazenda Nova Acauan e em resposta, ela disse:

O que eu sei sobre a fazenda Nova Acauan é que no ano de 2017, a gente desenvolveu um trabalho na Escola Estadual Cícero Severo Lopes de São Domingos [pausa estendida] durante uma ação, tivemos lá na fazenda pra visitar a casa grande onde o desembargador doutro Elias, Antônio Elias de Queiroga esteve presente relatando toda a história daquelas terras e do grande valor cultural que existe. Então assim, não se sabe com exatidão com prontidão a época de fundação da casa, mas o desembargador relatou que no ano de 1817, por volta do ano de 1814, foi entregue a uma família chamada Benedito Marques, com o sobrenome Acauan. Então, no ano de 1814, a família Benedito Marques de Acauan se instalou nessas terras e nesse período, como havia a fazenda Acauã, no sítio vizinho Aparecida, eles deram esse nome Nova Acauan, em homenagem à terra lá do sítio Acauã (Queiroga, 2024).

A partir das colocações de Valdicleide Queiroga, é possível perceber que o discurso dos grupos políticos de poder se encontram em sua memória. A obra *Riacho da vida*, como já exposto, trata-se de uma biografia do próprio sujeito que aparece na fala da entrevistada. Para a produção desse livro, o autor, Onaldo Queiroga, se embasou em entrevistas com Antônio Elias de Queiroga, o seu pai. Isso significa que, além de construtor de memórias políticas, registradas em um livro dedicado a biografar sua trajetória de vida, Antônio Queiroga ainda constrói as memórias de seus antepassados a partir de narrativas não-escritas.

Nesse sentido, Valdicleide Queiroga faz a articulação de fatos que nos permitem perceber a reprodução dos discursos hegemônicos que muito dizem sobre o seu lugar de fala,

¹⁴ A identidade dos entrevistados será mantida devido todos terem fornecido autorização para o uso do nome e da imagem, tanto para este trabalho, quanto para o documentário.

ou seja, a construção de memórias que relacionam o espaço ao seu fundador e a ênfase existente sobre o ato de fundação. Sobre isso, é importante lembrar que, além de um relato representativo de construções históricas de sujeitos que não estão ligados aos espaços das classes hegemônicas, “essa experiência pode significar também a instituição de uma memória hegemônica, uma forma de reprodução de um discurso “oficial” (Domingues e Carrozza, 2013). Desse modo, a reprodução das histórias ditas oficiais não ocorrem somente a partir dos sujeitos que se encontram nos espaços de poder, mas de grupos que, alimentados pela lógica discursiva factual e personalista, são influenciados a reproduzirem esse tipo de memória política.

De modo idêntico, percebemos essa lógica no entrevistado de nome Jessean Carlos Ferreira de Sousa, o qual possui trinta e quatro anos, é formado em Pedagogia pela UFPB – Universidade Federal da Paraíba e Professor do EJA - Educação de Jovens e Adultos no município de São Domingos. Ao interrogá-lo sobre seus conhecimentos em torno da fazenda Nova Acauan, ele respondeu:

Relatos de que o seu fundador, o senhor Benedito Marques, conhecido por Acauan, rompeu politicamente com o seu irmão, o Padre Marques, Marques Guimarães, e aí então ele deixou a fazenda Acauã no município de Sousa e veio para as terras de São Domingos, na época, zona rural de Pombal, hoje São Domingos, cidade, e lá ele começou a fundar a fazenda Nova Acauan. Então assim, não tenho muita profundidade para falar sobre por que carrega esse nome, mas acredito que está relacionado ao seu fundador, o senhor Acauã. Há algumas histórias que os nossos antepassados, nossos idosos contam com relação à botija, a outras questões de... [pausa] ditos populares, né? Que as pessoas viam coisas por lá, aquela coisa que os nossos idosos contam que, de certa forma, é importante para a nossa história (Sousa, 2024).

Reconhecendo que não tem muito domínio sobre o assunto, notamos que ele sustenta a argumentação com base na memória social do lugar. Ele trata dos fatos de forma mais elaborada, ressaltando sobre o rompimento político entre os irmãos e enfatizando a fundação da fazenda por Benedito Acauan. Além das questões políticas de poder, o entrevistado fornece margem para que a cultura popular se mostre como parte integrante do local. Ao tratar das botijas e dos ditos populares que marcaram as vivências de seus antepassados na fazenda, Jessean Carlos integra novos sujeitos a memória local, algo que também é possível perceber entre os demais entrevistados, como, por exemplo, César Ferreira da Nóbrega, este que possui vinte e seis anos, é formado em Pedagogia pela UFCG campus Cajazeiras e é neto de um dos ex- trabalhadores da fazenda. Ao interrogá-lo sobre as memórias em torno da fazenda, ele respondeu:

Sim, meu avó sempre contava pra gente tudo o que ele vivia lá, mas o que era mais marcante mesmo era que nos dias em São Domingos, quando faltava energia e aí juntava todos os netos na calçada do meu avô e também as outras crianças da cidade, e ali a gente sentava para ouvir as histórias que eles iam contar e as histórias que deixavam a gente assim, como é que posso dizer, encantados com a época, era toda aquela questão mística que envolve ainda a fazenda Nova Acauan. Era as histórias das botijas, das aparições e tudo mais, e isso quando era seis, sete horas da noite só ficava claro da lua, sem energia na cidade. Ele ia contar, mas também contava da época dos engenhos, contava da agricultura, contava também de como era a criação dos filhos, que era totalmente diferente dos dias atuais. De um tudo ele fazia esse recorte (Nóbrega, 2024).

Como é possível notar, o entrevistando apresenta memórias afetivas relacionadas às narrativas de seu avô. Além de representativa de um elite política local, a fazenda também é parte da história de grupos que não estavam necessariamente ligados aos lugares de poder. E, nesse caso, o avô do entrevistando, mais conhecido como Biró Machado, chegou ser morador e trabalhador da fazenda no período que corresponde à segunda metade do século passado.

Figura 8 - Biró Machado



Fonte: Arquivo familiar.

Na fazenda, ele trabalhava coordenando os trabalhadores locais no engenho de cana-de-açúcar. Eles prestavam serviço aos proprietários da fazenda: “O mestre Biró Machado comandava o serviço da caldeira em companhia com Zé Cilino. Ele mexia a garapa para lá e para cá, até identificar o ponto certo para fazer a rapadura. O serviço era pesado. O calor era

intenso” (Queiroga, 2016, p. 22). Desse modo, ao associarmos a fala do entrevistado com o trecho da obra, nota-se uma vertente saudosista, sobretudo, quando ele se remete a “época dos engenhos” para localizar a função do seu avô como ex-trabalhador do local. Para além das memórias afetivas, o interroguei sobre a sua ciência em relação à nomenclatura da fazenda. De acordo com César Nóbrega (2024):

A ideia que eu tenho porque a fazenda carrega esse nome é o que a gente ouvia deles. É porque o seu primeiro proprietário tinha em seu sobrenome o nome Acauã e ele também era familiar do proprietário de Acauã de Aparecida. Então assim, por ter esse parentesco e por lá já ter a fazenda Acauã, por mais que as duas sejam ali do século XIX, mas por ter já o nome lá Acauã, aqui foi essa Nova Acauã.

Durante o momento da gravação, chegamos a entrevistar José Rocha, mais conhecido como “Zé Mago” entre os são Domingueses. Possuindo setenta e sete anos, trabalhou a sua vida toda como agricultor e, atualmente, é aposentado. Como Filho de Biró machado e tio-avô do entrevistado anterior, trabalhou como Cambiteiro na fazenda Nova Acauan, serviço que consistia em carregar a cana-de-açúcar do canavial para o engenho. Quando o interroguei sobre as memórias que possuía em torno da fazenda, ele respondeu:

Lá em Nova Acauan tem mais de dez botijas, nova Acauan tem uma, se você tivesse lá, eu ia mostrar numa parede que tem lá [ninhada] uma mulher dum tio meu sonhou tá lá no lugar do tijolo na [pausas] sala da, o povo chama, sala da rapadura, só é entrar assim, cê vai no corredor, a primeira porta que tem, você entra as esquerda assim, num tem dois paimo assim, tem uma botija lá. Olhe, veio um caba de Cajazeiras, um cara e uma mulher, chegou aqui desceru do trem aqui, de noite, passaro a noite aqui, não de manhã, passaro o dia por aqui e de tarde, de tardezinha ele saíro daqui e foru pra Nova Acauan. Quando chegou lá, Chicotó tava, era quem tomava de conta de Dona Olívia, aí pediram licença pá olhar a casa grande. A casa grande, de Nova Acauan, aí Chicotó disse [pausa longa]. Aí Chicotó entrou ele e tal e começou a entrar de sala em sala e sala e bate papo. Nova Acauan foi muito grande, hoje já derrubaram quase a metade, aí quando chegou lá, que chama a sala do [pausas], a do quarto das cela, que tinha pau bem cumprido assim somente de botar gibão, esses negócio, aí eles entraram, corrigiram, foi ou a mulher ou o homem tiraram uma parte da janela e deixam aberta, aí... tá bom [entonação], tamo atrás de comprar essa propriedade, aí Olívia disse: Nam aqui num tem casa pra vender não. - Pois nós vamo lá po lugar que tem acula em Cajazeiras dos Lourenço, aí foro, pá Cajazeiras dos Lourenço. Quando passaram lá onde o povo chama, chegar na casa grande do coisa, tem uns pé de cajarana que já arrancaram muita botija lá, aí olharo por lá e tal e tal e foi pá uma casa do véi lá, lá em Cajazeiras dos Lourenço, Chico, se chama Chico Terceiro. Aí pediu uma arranjo e tal pá dormir. O véi, disse: - minha casa é pequena, num tem nada, nós tamo vivendo essa vida. Aí disse: - Nam, o sinhô arruma umeno duas cordinha, duas redinha pá nós dormir na latada. Não não, nós quer dormir aqui! Sabe o que que eles

fizeram? Foro dormir cedo, que o povo daquele tem dormia tudo cedo, sete hora já tava dormindo, aí deu a meia noite o véi saiu quando chegou num tinha nada, tava só as duas rede esticada, eles tinha passado lá, passaro da da da das [pausas sequentes] cajarana arrancarou uma botija, vinheram pá Nova Acauan, arrancaram ota e vieram praqui e pegaram o trem de manhãzinha e foru embora, inté hoje. Manheceu o buraco lá, o potim [...] (Rocha, 2024).

A história contada pelo depoente muito revela sobre o folclore popular. De acordo com José D'Assunção Barros (2008), qualquer indivíduo é produtor de cultura, não necessariamente este precisa produzir algo material de cunho artístico ou intelectual. José Rocha, em seu relato, narra sobre a pretensão de um casal cajazeirense em comprar a fazenda Nova Acauan devido à presença de algumas botijas no casarão e em um povoado vizinho. Em sua fala, o casal teria se articulado para ludibriar os proprietários da fazenda.

Diante disso, é possível notar que a fabricação desse elemento na sociedade acontece por meio de práticas e noções cotidianas de modo que “[...]vai encontrar no povo e no popular a vivência de temporalidades que não a presente, que vai em busca do seio das camadas populares, de modos de vida, costumes, hábitos, de formas de pensar, de falar, de maneiras de ser, que preservam o sabor e a cor dos outros tempos” (Albuquerque, 2013, p. 154).

Em seu livro *Lendas e superstições: contos populares brasileiros* (1950), Ademar Vidal narra sobre alguns procedimentos que descrevem as fases de extração da botija, destacando as desvantagens de um procedimento mal conduzido: Por isso, “feliz daquele que teve seu ‘aviso’. Se fôr sabido, cala a boca, não diz nada a ninguém, vai ao local onde suspeita existir ouro, estuda os meios de obtê-lo em silêncio e, depois toma tôdas as precauções possíveis, atira-se ao insano trabalho de esburacamento” (Vidal, 1950, p. 395). Desse modo, há quem diga que existem critérios para que este tesouro necessite de ajuda para ser desenterrado, haja vista que, por vezes, o espírito menciona o nome das pessoas a quem ele deseja compartilhar, o que exigirá a sua ajuda no momento em que o buraco estiver sendo cavado. Uma de suas sustentações para justificar a presença dessas riquezas enterradas, baseia-se na acumulação de riquezas de alguns sujeitos pertencentes a uma elite político-econômica:

Houve época em que os senhores gostavam de guardar dinheiro em panelas ou botijas de barro cru. Muitas viviam enterradas pelo chão. Ou colocadas de jeito nas paredes. Quando se precisava de moedas para fazer alguma despesa, ia-se buscar recursos naqueles depósitos escondidos, encerrando o que havia de mais precioso: resultado das economias. Porém, os donos sempre morriam de repente e, por isso, não tinham tempo de apontar, aos herdeiros, o lugar certo onde se encontravam seus cofres. E se não quando os fantasmas começavam a aparecer, daí nascendo para os vivos uma porção de cogitações no sentido de descobrir esses tesouros perdidos. Sonhos são contados com minuciosidade de que não deixa a menor dúvida ao crente. E toca, então a fazer-se buraco no sítio determinado em pleno sono da noite, coisa mexida com bruxaria (Vidal, 1950, p. 395).

A ritualística da prática exige uma sistematização do herdeiro da botija¹⁵, às vezes, exigem orações durante o processo, no compasso em que outras aparições poderão se fazer presentes visando tirar a atenção de quem está cavando. Os mais supersticiosos acreditam que o espírito está ajudando e fica mais satisfeito quando alguém acha o cofre escondido. Porque, se assim ocorre, verifica-se a libertação instantânea do mal que o persegue [...] (Vidal, 1950, p. 395-396).

Tal prática era muito comum naquele contexto e atualmente, restam as produções em torno desse saber popular, que por muito tempo se encontrou confrontado pelo saber científico ou acadêmico, o saber considerado legítimo. Nesse sentido, segundo Gilmar Rocha, “De fato, é nos anos 60 que o conceito de cultura popular se institucionaliza no discurso artístico e científico, tornando-se relativamente autônomo em relação ao folclore (2009, p. 226), o que legitima a expressão da mentalidade popular a partir de seus costumes e concepções de mundo. Ainda que fundador, devemos considerar que diversas outras questões integram a história da fazenda, como, por exemplo, os sujeitos que, nutridos pela cultura popular, relatam suas vivências na fazenda. Como já exposto, a sua nomenclatura trata de uma homenagem ao tio-avô de Benedito Acauan, um dos chefes da Revolução de 1817¹⁶, o Padre Luiz José, o qual residia na antiga fazenda do município de Aparecida.

Na sequência, entrevistamos Danilo de Sousa Silva, o qual possui 28 anos e é formado em Pedagogia pela UFCG campus Cajazeiras. Interrogando-o sobre os conhecimentos que tem sobre a fazenda, ele afirmou:

Bom, a fazenda Nova Acauã, em minha percepção, tem esse nome com certeza pelo fato de alguém muito importante que deu vida àquele lugar, que construiu, estar por trás. Eu pesquisei sobre [pausa] um pouco, não muito, até porque devido à rotina um pouco puxada, eu não tive tempo de estudar muito — mas Nova Acauã tem o nome do seu fundador, Senhor Acauã — Senhor Acauã — Benedito. Eu sei que ele é família de Antônio Elias de Queiroga, que é uma pessoa muito importante que o pessoal da cidade conhece. Então como eu não conheço muito bem, fica até vago a minha explicação sobre, mas acredito que é um lugar muito importante (Silva, 2024).

¹⁵(Cezário, 2014).

¹⁶ É notória a tamanha visibilidade da Fazenda Acauã como palco de reuniões de grandes nomes do cenário político e econômico da região, na medida em que o Padre Luiz Correia exerceu significativo poder e influência sobre tais acontecimentos datados da época em que foi proprietário do lugar. A fazenda foi herança deixada pelos seus pais, ao ponto que foi utilizada como uma espécie de quartel-general por Luiz Correia e seu filho, o sargento-mor da cavalaria Francisco Antônio Correia de Sá, pelo qual se deu o nascimento de ideias em relação às lutas em busca da independência, a partir do movimento da Revolução Republicana de 1817 (Araujo, 2015, p. 22-23).

Nota-se que, além da associação da nomenclatura da fazenda com o seu fundador, atribui-se importância ao local devido a ele estar ligado a pessoas ditas importantes. É perceptível também o desconhecimento presente em sua fala quanto aos aspectos históricos, os quais poderiam guiar a sua fala. Diferente dos outros entrevistados, Silva afirma ter pesquisado sobre a fazenda Nova Acauan e chegou conclusão de que a propriedade é relevante devido às suas origens estarem ligadas aos homens de poder.

A sexta pessoa a ser entrevistada, de nome Igor Nóbrega Alves, possuiu 21 anos e é estudante de Biologia na UFCG campus Cajazeiras. Explicando que a entrevista fazia parte da construção de um documentário relacionado a história da fazenda, perguntei quais eram os seus conhecimentos relacionado ao local. Em resposta, ele menciona que:

Esse nome da fazenda, eu acho que todo mundo que pensa e conhece o patrimônio histórico da Acauã vai imaginar isso né. Que Nova Acauã seria uma recriação da, da Acauã. E a história, pesquisando um pouco, você percebe que, de fato, tem relação a ver com isso né, que o cara construiu lá, o Benedito, ele se desligou da Acauã e aqui nesse território ele construiu a nova Acauã (Alves, 2024).

Após nos debruçarmos sobre essas narrativas, é possível notar que o rompimento político entre Benedito Acauan e o seu irmão, são um dos fatos que guiam as narrativas que existem sobre a fazenda. Além disso, percebemos que alguns entrevistados articularam a relações existentes entre as fazendas de Aparecida e São Domingos como fator de relevância para a nomenclatura da propriedade mais recente. Desse modo, concluímos que, de fato, a memória dos grupos de poder compõe a memória social dos sãoominguenses. Não pelo fato de que associam a fazenda ao seu fundador, mas pelo caráter homogêneo dos discursos.

Por fim, entrevistamos a sãoominguense chamada Maria do Socorro, mais conhecida como Côca, a qual possui setenta e um anos e trabalhou durante grande parte da sua vida como agricultora. Descendente de um dos moradores da fazenda, o qual prestava serviços para os proprietários da época, ao perguntar-lhe sobre suas memórias relacionadas a fazenda, ela respondeu:

Eu lembro de muita coisa aqui, nasci e me criei aqui, era uma fazenda muito de fartura, tudo que você imaginasse tinha, de tudo de tudo, grande sítio [pausa]. Dois três mês, de moagem, dois três mês de far [pausa]. De fazer farinhada. A gente tinha muita fartura, muito leite, muito queijo, muita manteiga. Morei numa casinha ali na frente. Tinha uns 14 a 15 morador [pausa]. A gente comia... Nossos alimento era, era natural como se diz, num era... Meu pai tinha

um grande sítio aqui, pode falar, um grande sítio. A gente acompanhava ele pra poder comprar açúcar. Ele ia, me lembro como se fosse hoje, na frente, uma fazenda de tudo. Melão, melancia, batata, tudo que você imaginar, tinha, de alimento pá gente (Socorro, 2024).

É notável na fala da entrevista que as suas memórias ligadas à fazenda são de cunho afetivo, haja vista as boas lembranças que tem relacionadas ao seu pai. Diferente dos demais entrevistados, a sua memória nada se associa a figura de Benedito Acauan e nos permite perceber que a fazenda também é marcada por grupos que não estão necessariamente ligados aos lugares de poder.

Conforme estudamos, a atuação política de Benedito Acauan o aponta como descendente de uma elite política familiar da região de Sousa-Paraíba, com origens registradas na fazenda Acauã. Ao tornar-se adulto, ele teria se formado em Direito pela Faculdade de Olinda, em 1837, e logo se envolveu na política provincial, conseguindo chegar ao cargo de deputado provincial e federal, durante algumas legislaturas, entre os anos de 1841 e 1848. Como juiz atuante nas províncias do norte do país, logo ficou conhecido como renomado orador e advogado dos sertões da Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte. De modo geral, essa é a versão mais apresentada nas produções.

Nesta etapa do trabalho, percebemos que ao tratar da fazenda Nova Acauan com os são Domingenses, se sobressai uma memória política de Benedito Acauan centrada na sua integração como sujeito central na história de fundação da fazenda. De todos os entrevistados, apenas dois não o mencionam em seus relatos, o que revela como a história da fazenda também pode ser vista a partir de narrativas não oficiais. Para a escolha dos entrevistados, vale ressaltar que o público seleciona parte de diferentes lugares sociais. No documentário, a proposta é justamente fazer esse balanço de diferentes visões sobre a fazenda Nova Acauan, para que o público compreenda que a sua história não se restringe somente a figura de Benedito Acauan, apesar de fundador da propriedade.

Sendo assim, notamos que a Nova História Política nos permite problematizar a memória social de Benedito Acauan e compreender como um mesmo espaço, a fazenda Nova Acauan, possui diferentes usos e histórias, para além das narrativas oficiais das elites e do poder que tanto dominaram a região por séculos. Dentre esses usos e histórias, está em destaque, por exemplo, a vivências de grupos sociais não ligados aos espaços de poder, as quais se mostram essenciais para a percepção do valor cultural do local.

CONCLUSÕES

Seguindo a lógica de que cada capítulo dessa pesquisa iria problematizar a figura de Benedito Acauan de formas distintas, nessa última etapa, chegamos a três conclusões, as quais se apresentarão conforme a retomada de cada discussão que construímos nos respectivos tópicos do trabalho. No primeiro capítulo, buscamos fazer um movimento contextual para explicar tanto o lugar social de Benedito Acauan, quanto problematizar a sua trajetória política para além das narrativas políticas oficiais. Como resultado, entendemos que ele era descendente de uma elite política familiar que se estabeleceu nos sertões da Paraíba, os Gomes de Sá, “[...] na medida em que participaram da formação de algumas redes parentais que detinham ligações com o povoado de Nossa Senhora do Bom Sucesso” (Pires *et. al*, 2020, p. 67).

Em relação às moradias que compuseram esses espaços de poder, mostramos que as fazendas de gado representaram o estabelecimento de uma elite política e econômica nos sertões da Paraíba. Como integrante desse espaço e usufruindo de privilégios de descender dos grupos de poder local, Acauan chegou aos cargos de vice-presidente da província da Paraíba e ocupou o cargo de deputado durante a década de 1840. Devido a disputas políticas locais familiares, ele se desligou da fazenda Acauã e fundou, na região de Pombal, a fazenda Nova Acauan.

Para além dos discursos oficiais que encontramos sobre a sua carreira política como representante da província da Paraíba, notamos que, assim como quase todos os sujeitos que anseiam por lugares poder, Benedito Acauan também era um liberal de interesses e que articulava decisões a favor de seus ideais. O rompimento político, portanto, não mostra somente o desligamento de Benedito Acauan com o seu irmão e com o lugar onde nasceu, mas a sua adesão aos princípios do partido conservador, reinante na cidade de Pombal na época. Ora, ele não se deslocaria para a região de Pombal e construiria uma fazenda guiado somente pela insatisfação de não poder ver os seus interesses sendo atendidos no partido liberal.

No segundo capítulo, buscamos identificar como a memória política de Benedito Acauan foi construída ao longo do tempo, partindo de livros que, apesar de não comprometidos em se debruçar sobre sua postura política e social no enredo, em parte, tinham a intenção de biografá-lo. Durante a análise dessas fontes bibliográficas, foram elas *Síntese de vidas* (1999), *Riacho da vida* (2016) e *O velho arraial de Piranhas* (2004), como notamos, existe uma

memória política que prioriza a atuação de Benedito Acauan como um sujeito de destaque entre as elites políticas. Todas essas narrativas, as quais homogeneízam a figura política desse sujeito, configuram um modelo de história política factual, contribuindo, assim, para que o saudosismo e o personalismo se destaquem na memória política das obras, retroalimentando a memória social presente entre os grupos que tiverem acessos aos livros.

Desse modo, apesar de que os livros não problematizam as posturas políticas do sujeito aqui estudado, entendemos que o lugar social de cada autor justifica a seleção de suas memórias e que eles não têm a obrigação de saber produzir um conhecimento histórico guiado por todo o rigor teórico-metodológico que se exige para a construção de uma pesquisa histórica, afinal, a finalidade dos livros, como abordaram os dois primeiros autores, era construir uma narrativa de cunho afetivo-familiar.

No que concerne ao segundo capítulo, nos debruçamos sobre o método oral de pesquisa para percebemos como a memória política de Benedito Acauan se fazia presente entre alguns sãoominguenses e como isso configurou uma abordagem histórica voltada para as narrativas oficiais. Nesse sentido, como forma de embasar as entrevistas, partimos da fazenda Nova Acauan como lugar de memória, problematizando o que era esse espaço durante o século XIX, dando margem para os diálogos arquitetônicos que constituíam o local. Desse modo, foi possível concluir que a fazenda Nova Acauan muito se encontra atrelada a figura de Benedito Acauan, o seu fundador, de modo a sempre tratarem do local, dando ênfase a sua fundação e aos cargos políticos ocupados pelo fundador. Como ressaltei, a intenção deste trabalho não é desvincular o local de sua memória política, mas identificar como algumas narrativas homogeneízam a memória política de Benedito Acauan e isso foi perceptível no discurso da maioria dos entrevistados.

Além disso, também notamos que a história da fazenda pode ser vista a partir de narrativas não oficiais. Diferente dos sujeitos que tiveram acesso à educação superior, tanto José Rocha quanto Maria do Socorro, ambos, ex-agricultores, trataram de uma memória particular não ligada a Benedito Acauan, o que releva a integração de outros grupos não ligados aos espaços de poder na narrativa desses sujeitos, como constituintes da historicidade da fazenda Nova Acauan.

A manutenção das memórias sociais na atualidade – do ponto de vista do patrimônio histórico, cultural e artístico – passa a ser valorizado e a sua salvaguarda começa ser defendida até como uma possibilidade para os destinos das cidades (Melo, 2015, p. 90). Nessa perspectiva, será possível enxergar a fazenda Nova Acauan através de um olhar turístico, considerando toda a historicidade que existe a partir da sua própria existência material e por

meio das significações que os sujeitos atribuem à propriedade. Desse modo, o investimento de recursos públicos para uma constante restauração, preservação e utilização serão essenciais para que os futuros sãodominguenses possam se identificar com o patrimônio, considerando que este, faz parte da história local, a qual abarca todos os integrantes que interagem com a memória construída.

A Nova História Política, portanto, permite compreender as relações de poder no sertão da Paraíba ainda pouco estudadas. No caso de São Domingos, é possível perceber os impactos da memória política desenvolvida em torno da figura de Benedito Acauan por meio das abordagens factuais de sua trajetória política. Com os novos estudos, entendemos que as relações políticas de poder que representaram esses grupos durante os últimos séculos, estavam nutridas de interesses, os quais implicavam em disputas por lugares de destaque na política regional da Paraíba.

Outrossim, se espera que esta pesquisa e o documentário¹⁷ em torno da fazenda Nova Acauan possam chegar até os sãodominguenses como materiais os quais irão nutrir os seus conhecimentos históricos acerca do local e de Benedito Acauan. Com esse movimento, esperamos que os grupos se identifiquem com a fazenda e reconheçam-na como parte integrante da história local do município de São Domingos. Sendo reconhecida pela sociedade, o que já legitima a fazenda como um patrimônio, o próximo passo a ser dado será levar o caso aos órgãos públicos visando o reconhecimento da fazenda como um patrimônio pelo Estado, nesse caso, o IPHAEP. Assim, ficaria a cargo deles justamente com a comunidade zelar por um bem representativo da história dos diversos grupos que integram a história do local.

Por fim, esperamos que este estudo possa trazer reflexões pertinentes para o campo da Nova História Política, permitindo que a historiografia brasileira seja enriquecida com novas análises e estudos sobre as relações políticas de poder que marcaram os jogos políticos de poder nos sertões.

¹⁷ Dirigido por José Hewerton dos Santos Oliveira, o trabalho está previsto a ser divulgado a partir do mês de outubro de 2024 e será submetido para a um evento cultural chamado “Mostra Acauã”, o qual consiste na exibição ao público aberto de filmes, palestras, debates, exposições fotográficas e oficinas. O evento ocorre anualmente no município de Aparecida-Paraíba, tendo como sede a fazenda Acauã.

FONTES

Bibliográficas

ARAÚJO, Cícero Vasconcellos de. **Síntese de Vidas**. Metropolis –RJ; [s.n], 1999.

QUEIROGA, Onaldo Rocha de. **Riacho da Vida**. João Pessoa: Ideia, 2016.

SEIXAS, Wilson Nóbrega. **O Velho Arraial de Piranhas (Pombal)**. 2. ed. João Pessoa: Grafset, 2004.

Periódicos

Annaes dos parlamento brasileiro, Terceiro Anno da Sexta Legislatura, 1846, p. 321-322.

Annaes do Parlamento Brasileiro, Segundo Anno da Sexta Legislatura, 1845, p. 564-565.

Revista trimensal do Instituto do Ceará. Dissoluções Parlamentares no Brasil, p. 308-309.

Jornal Pedro II, SUPPLICA, anno XIII Data: 6 de setembro de 1853.

Jornal Pedro II. Anno VII 11 de junho de 1853.

Jornal O Cearense. Anno VII. 2 de setembro de 1853.

Jornal O Cearense. Anno VII. 6 de setembro de 1853.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **O morto vestido para um ato inaugural: procedimentos e práticas dos estudos de folclore e de cultura popular**. São Paulo: Intermeios, 2013.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O Rapto do Sertão: a captura do conceito de sertão pelo discurso regionalista nordestino. **Revista Observatório Itaú Cultural**, v. 1, n. 25, p. 21-35, 2007.
- AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.8, n. 15, p. 145-151, 1995.
- ARAÚJO, Francisco Benedito de. **Patrimônio da Fazenda Acauã: memórias de um sertão esquecido**. Cajazeiras: UFCG, 2015.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento; e SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. História, memória e esquecimento: Implicações políticas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n, 79, p. 95-111, 2007.
- BARROS, José D.'Assunção. Sobre o uso dos jornais como fontes históricas—uma síntese metodológica. **Revista Portuguesa de História**, v. 52, p. 421-443, 2021.
- BARROS, José D'assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.
- BERNSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-364.
- CARROZZA, Guilherme; DOMINGUES, Andrea S. História oral, discurso e memória. **Tempos Históricos**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 141–161, 2000.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- CEZÁRIO, Danilo de Sousa. **São José das Botijas ou as Botijas de Piranhas: a formação de um imaginário histórico - cultural no sertão Paraibano (São José de Piranhas, 1930-1950)**. Cajazeiras: UFCG, 2014.
- CHANDLER, Billy Jaynes. **Os Feitosas e o Sertão dos Inhamuns: a história de uma**

família e uma comunidade no Nordeste do Brasil - 1700-1930. Tradução de Alexander F. Caskey e Ignácio R. P. Montenegro. Fortaleza: Edições UFC: 1980.

DINIZ, Nathália Maria Montenegro. **Um sertão entre tantos outros**: fazendas de gado nas Ribeiras do Norte. 2013. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial**: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005.

ESPÍNOLA, André Felipe de Albuquerque. **A alternância de poder e os presidentes da província da Parahyba do Norte entre 1840-1853**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Centro de Humanidades, Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2018.

FORMIGA, Mayara Millena Moreira. Nas Veredas do Sertão Colonial: o processo de conquista e a formação de elites locais no Sertão de Piranhas e Piancó, (Capitania da Parahyba do Norte, c. 1690 - c. 1768). *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA, 3., 2012, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: Expressão Gráfica; Wave Média, 2012. p.34-87.

GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Revista Estudos Históricos**, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1988.

HALBWACHS, Maurício. **A Memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

HEINZ, Flávio Madureira. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

LACERDA, Larissa Daniele Monteiro. **Um novo território jurisdicional, uma nova dinâmica sociopolítica: o sertão do Piancó e os reflexos políticos da segunda metade do século XVIII no interior da Paraíba**. 2021. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

LIFSCHITZ, Javier Alejandro. Os agenciamentos da memória política na América Latina. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 29, p. 145-158, 2014.

MARIZ, Celso. **Apanhados históricos da Paraíba**. 2. ed. João Pessoa: Editora universitária/UFPB, 1980.

MARTINS, Marcos Lobato. **Novos temas nas aulas de História**. São Paulo: Contexto, 2010.

MATOS, Júlia Silveira; DE SENNA, Adriana Kivanski. História oral como fonte: problemas e métodos. **Historiæ**, v. 2, n. 1, p. 95-108, 2011.

MELO, Cristiane e Castro Feitosa. Conflitos territoriais entre famílias e migração interna nos Sertões dos Inhamuns/CE. **Revista GeoUECE**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 95-104, 2012.

MELO, Vilma de Lurdes Barbosa e. **História Local: Contribuições para pensar, fazer e ensinar.** João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

MORAES, Antonio Carlos Robert. O sertão. Um “outro” geográfico. **Terra Brasilis. Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica**, n. 4-5, 2003.

MORAIS, Yan Bezerra. **E por ser de conhecida nobreza: Elites locais e redes de reciprocidade no sertão do Piancó, capitania da Paraíba do Norte, 1711 – 1772.** 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2018.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sertão recôndito, polissêmico e controvertido. *In*: KURRY, Lorelai Brilhante (org.). **Sertões adentro: viagens nas caatingas séculos XVI a XIX.** Rio de Janeiro: Andrea Jakobson, 2012.

NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, n. 10, p. 7-28, 1993.

PINA, Maria Cristina Dantas. **Santa Isabel do Paraguassú: cidade, garimpo e escravidão nas Lavras Diamantinas, século XIX.** 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador: 2000.

PIRES, Viviane Almeida *et al.* Fazenda Acauã: memórias do semi árido da Paraíba - Brasil. **Revista Brasileira De Filosofia E História**, v. 9, n. 1, p. 63 – 82, 2020.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente?. **Revista Projeto História-Cultura e Representação**. p. 25-39, 1997.

PUNTONI, Pedro Luís. **A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720.** 1998.

REGÔ, André Heráclio do. **Família e Coronelismo no Brasil: uma história de poder.** São Paulo: A Girafa Editora, 2008.

RÉMOND, René. **Por uma história política.** Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural.** Lisboa: Estampa, 1998.

ROBERTO, Antônio. **A importância da História Oral como fonte identitária de um povo: um resgate da memória.** 2009. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/a-importancia-da-historia-oral/20853>. Acesso em: 14 de maio de 2024.

ROCHA, Gilmar. **Cultura popular: do folclore ao patrimônio.** Mediações. v. 14, n.1, p. 218- 236, 2009.

ROCHA, Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano Solange P. **Sociedade e cultura no Brasil**

oitocentista: trajetória e conquistas. João Pessoa: Editora UFPB, 2016.

SANTOS, Shslayder Lira dos; GUEDES, Martinho dos Santos Neto. Elites políticas e partidárias na Paraíba do século XX: subsídios teóricos e metodológicos – encaminhamentos introdutórios de pesquisa. ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA POLÍTICA, 2017. Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: UECE, 2017.

SEGAL, Myraí Araújo. **Elites Políticas e a Construção do Estado Nacional Brasileiro: A Atuação da Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba no período Imperial (1840-1850).** XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2015, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis, UFSC, 2015, p. 01-16.

SILVA, D. M. (2020). **Poder local e capital político-familiar: estratégias de poder, familismo e clientelismo da família leite no sertão paraibano – Desterro–PB (1977-1989)** 2020. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

VIDAL, Ademar. **Lendas e superstições:** contos populares brasileiros. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica O Cruzeiro S.A, 1950.